

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO URBANAS: O
CASO DO PARQUE ESTADUAL DO SUMAÚMA**

MANAUS

2009

MARIA SUELY SILVA SANTOS GUIMARÃES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO URBANAS: O
CASO DO PARQUE ESTADUAL DO SUMAÚMA**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia. Área de concentração: Consultoria Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Marilene Corrêa da Silva Freitas

MANAUS

2009

Catálogo Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas

G963p Guimarães, Maria Suely Silva Santos.

Políticas públicas em unidades de conservação urbanas: o caso
do Parque Estadual Sumaúma / Maria Suely Silva Santos
Guimarães - Manaus: UFAM, 2009.

146 f. : il.; 30 cm.

Orientadora : Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas
Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente e .
Sustentabilidade da Amazônia) Universidade Federal do Amazonas.

1.Reserva ecológica. 2.Políticas públicas. I. Título

CDU 504.06(043.3)
CDD 577

MARIA SUELY SILVA SANTOS GUIMARÃES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO URBANA:
CASO DO PARQUE ESTADUAL DO SUMAUMA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia. Área de concentração: Consultoria Ambiental.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas – Globalização e Ambiente
Instituto de Ciências Sociais História e Letras
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Hiroshi Noda – Genética e Melhoramento de Plantas.
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Prof. Dr. Serguei Aily Franco Camargo – Ecologia.
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente Àquele que nos dá a premissa do amanhecer a luz do dia e a beleza da noite, ao Criador do Universo de todas as coisas, a própria força da Natureza e da Inteligência Humana, Deus.

Aos responsáveis por minha existência neste mundo físico, querido e amado Guilhermino Corrêa dos Santos meu pai (*in memorian*), pela firmeza de caráter e exemplo de vida e Raimunda Laranjeira dos Santos minha mãe querida e fonte de eterna juventude e inspiração de luta, guerreira e incansável, meus pais a quem devo minha educação.

Meu muitíssimo obrigada ao meu marido, meu cúmplice Fernando Carlos Ribeiro Guimarães, meu amor neste mundo e no outro amigo, irmão, parceiro de todos os momentos da minha vida, abdicando muitas vezes do seu espaço de estudo, dos eventos sociais, para ceder a mim e deixando seus afazeres para dar-me atenção e me ajudando a participar do levantamento dos dados, abrindo portas de atores-chaves no processo para o resultado desta obra.

Ao Gabriel Silva Santos Guimarães meu filho que é a razão do meu viver e dos meus projetos, apesar de muito jovem, mas detentor de uma grande sabedoria à quem aprendi desde ainda criança a ter um grande respeito e admiração, na certeza de que todas as formas de expressão são mínimas para refletir meu amor, carinho, dedicação, compreensão e apoio em todos os momentos da minha vida.

A minha professora e orientadora Marilene Corrêa da Silva Freitas, por seus sábios conhecimentos, por disponibilizar textos e livros para a pesquisa, a quem devo profunda gratidão pela atenção devida. Embora muitíssima ocupada com sua agenda profissional sempre muito lotada, ainda assim disponibilizava longos diálogos. O bom uso de sua sabedoria e de seus conhecimentos foram intrínsecos para o debate da indagação e da formulação do pensamento para esclarecer os enigmas da investigação. A conclusão deste trabalho, boa parte é resultado de seu conhecimento.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e em particular a Argely Zaiden por ter me acompanhado ao local de estudo. A Maria Adriana Bezerra pelas doces palavras de incentivo que me fortaleciam nos momentos de angústia.

Aos professores Hiroshi Noda e Serguei Camargo que estiveram muito presentes na aula de qualificação e que contribuíram de forma eficaz com comentários enriquecedores, meu muito obrigado.

A professora Vera Val, que na época da coordenação deu forças para iniciar este mestrado e apoiou nas horas mais difíceis e acreditou em mim.

À Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAF-Manaus/AM) pelo apoio dado aos seus servidores que ingressam em programas de capacitação.

Ao meu colega pessoal, profissional e acadêmico José Lúcio do Nascimento Rabelo, a quem tenho profunda gratidão, e ao Antonio Ribeiro Neto, Dalila Pacheco, Ângela Tribuzy pelo incentivo, companheirismo e compreensão.

A coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Sandra Noda. Além da atenção cordial e paciente diante de nossas reivindicações pela qualidade acadêmica.

Aos Professores Doutores, Andréa Viviana Waichman, Alexandre Rivas Carlos Edward de Carvalho Freitas, Elizabeth Santos, Fábio Aprille, Hans (*in memória*), Marilene Corrêa da Silva Freitas, Neliton Marques da Silva, Pedro Assashi, Rozana Zau, Ronaldo Manarino, Sandra Noda, Serguei Camargo, Tito Borges e Vânia Marinho Batista, que nos orientaram para além da construção do conhecimento científico, com filosofias, teorias e técnicas. Suas lições incluíram compreensão, amizade, e mais do que tudo, nos conferiu confiança e determinação em nossos projetos profissionais e de vida.

Às secretárias do curso de Mestrado, Raimunda Albuquerque, a quem aprendi a gostar no percurso desses anos a quem a chamo carinhosamente de Ray e, a Cleide Costa também sempre muito prestativa e atenciosa durante o período de convivência acadêmica.

Aos colegas com quem compartilhei momentos de dedicação aos estudos e pesquisas realizados ao longo do curso, momentos de desânimos e de expectativas e momentos de alegrias e de descontrações, principalmente a Ligia Costa e Priscila Freire, pelo companheirismo, troca de idéias e grandes desafios que juntas passamos.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM pela atenção e orientação na condução das pesquisas com base nos princípios éticos.

Ao Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SDS), pelo apoio e reconhecimento da relevância deste estudo para balizar políticas públicas voltadas à preservação/conservação de unidades de conservação urbanas no Município de Manaus.

À Prefeitura Municipal de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Manaus e Meio Ambiente (SEMMA), pelo apoio e reconhecimento da relevância deste estudo sobre unidades de conservação urbanas no Município de Manaus.

À Prefeitura de Manaus por intermédio de seus funcionários, Socorro, Olivaldo e ao Sr. Marco Antonio coordenador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - RDS Tupé.

A sucessão dos discursos do método que se escreve a história do pensamento humano gera uma sucessão paralela de revoluções científicas

(Thomas Khun).

Haverá um tempo em que o homem, em meio ao alvoreço das grandes metrópoles, terá de reaprender a conviver com a natureza, tirando dela os exemplos mais essenciais e sublimes à continuidade da vida. E, lá poderá estar a Amazônia e a grandeza infinita de sua biodiversidade, até hoje desconhecida, a servir para o bem da humanidade.

(Marina Silva).

A consciência do mundo é a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscreve o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho tem como propósito identificar o processo de consolidação das Unidades de Conservação dentro do perímetro urbano de Manaus capital do Estado do Amazonas. Logo, busca-se ressaltar alguns levantamentos como: regularização das UC's no que refere a parte documental, questões sociais das comunidades do entorno (habitação, saúde e questões de saneamento básico), analisar o uso dos recursos naturais. Destaca-se que este trabalho tem como foco principal de estudo o Parque Estadual Sumaúma, mas fez-se uma breve pesquisa de algumas áreas ambientais protegidas em Manaus para poder ter uma visão do desenvolvimento destas. As áreas estudadas foram: Parque Samauma, Parque do Mindu, Nascente do Mindú, Corredor Ecológico do Mindú, Jardim Botânico Adolpho Ducke, RDS do Tupé, Reserva Ecológica Sauim de Coleira, Reserva Particular da Moto Honda. Nesse sentido se conseguirá identificar se consolidação das Unidades de Conservação Urbanas de Manaus-AM é dependente das Políticas Públicas e da influência na relação sociedade/natureza entre os habitantes do Município.

Palavras-Chaves: Unidades de Conservação; Políticas Públicas, Parque Sumaúma.

ABSTRACT

This dissertation aims at to identify of the Conservation Units within the urban perimeter of Manaus. Therefore, it was intended to highlight some surveys as: documents at regularization of UC's social issues of the surrounding community (housing, health and sanitation issues), reviewing the use of natural resources. It is expected that this manuscript has as main focus in the study at Samaúma State Park, but it was made a brief search of some environmental protected areas in Manaus to have a vision of developing these. The areas studied were: Samaúma State Park, Park of Mindu, east of Mindú, the Ecological Corridor Mindú, Adolpho Ducke Botanical Garden, the RDS Tupé, Ecological Reserve Sauim of Coleira, Private Reserve of Moto Honda. In that sense it was possible to identify whether consolidation of units of Urban Conservation of Manaus-AM is dependent on public policies and its influence in relation society / nature between the inhabitants of the city.

Key-Words: Units of Conservation, Public Policy, Samaúma State Park.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa da cidade de Manaus	59
Figura 2:	Parque da Nascente do Mindu	75
Figura 3:	Imagem Satélite do Corredor Ecológico do Mindu.	77
Figura 4	Imagem Satélite Parque do Mindu.	79
Figura 5:	Imagem Satélite da Reserva do Tupé.	81
Figura 6:	Imagem Satélite da Reserva Ecológica Sauim Castanheiras.	83
Figura 7:	Reserva Adolpho Duck.	84
Figura 8:	Imagem Satélite da RRPN Moto Honda.	85
Figura 9:	Av. Noel Nuteles	87
Figura 10:	Mapa Sumaúma: divisão Setorial externa	90
Figura 11:	Mapa Sumaúma: divisão interna	92
Figura 12:	Visão da vegrtação do Parque Estadual Sumaúma	93
Figura 13:	Prédio (Casarão)	95
Figura 14:	Viveiro de Mudas	95
Figura 15:	Renda Familiar	101
Figura 16:	Tipo de habitação	102
Figura 17:	Moradia irregular	103
Figura 18	Condição de moradia	104
Figura 19:	Participação da comunidade no processo social	107
Figura 20:	Abastecimento de água	107
Figura 21	Níveis de pessoas na Escola	113
Figura 22:	Conhecimento da existência do Parque Estadual Sumaúma	114
Figura 23:	O que representa a Unidade de Conservação para a comunidade	115
Figura 24:	Conhecimento da estrutura do Par Parque Estadual Sumaúma	116
Figura 25:	O homem faz parte do Ambiente	118
Figura 26:	Liderança comunitária	119
Figura 27	Conhecimento do plano de Gestão	121
Figura 28:	A quem é atribuída à responsabilidade para proteger o Ambiente	125
Figura 29:	Visão parcial de Reflorestamento	125
Figura 30:	Visão parcial do encontro das 2 nascentes do Goiabinha	126

LISTA DE TABELAS

Gráfico1:	Procedência de Moradores do Entorno do Parque estadual Sumaúma.....	97
Gráfico 2:	Faixa etária.....	100
Gráfico 3	Tempo de Moradia dos residentes no entorno do Parque estadual Sumaúma.....	105
Gráfico 4:	Doenças causadas por falta de saneamento básico.....	109
Gráfico 5:	Tipo de Transporte utilizado pela população do entorno das UC's.....	109
Gráfico 6:	Relação das Escola Públicas.....	112
Gráfico 7:	Opinião dos moradores sobre a Relação homem/natureza.....	120
Gráfico 8:	Espécies de arvores frutíferas	123
Gráfico 9:	Espécies de animais.....	124

APÊNDICE

A	Questionário: socioeconômico e percepção ambiental	142
B	Parecer do Comitê de Ética em pesquisa	146

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AM	Estado do Amazonas
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BIRD	Banco Mundial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCLAME	Conselho Comunitário Livre do Amazonas
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.
IEIUC	Indicadores de Efetividade da Implementação de Unidade de Conservação
ISER	Instituto de Estudos da Religião
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAP	Núcleo de Áreas Protegidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Programa Nacional
PDLI	Plano Diretor Local Integrado de Manaus
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PGUC	Planos de Gestão para as Unidades de Conservação

PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RE	Reserva Ecológica
REBIO	Reserva Biológica
REDES	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Manaus
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde de Manaus
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
UC(s)	Unidade (s) de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNA(s)	Unidade(s) Ambiental(is)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature)
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEE-P	Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPITULO I.....	21
1 O MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	21
1.1 Aspectos Conceituais Sobre Meio Ambiente e Políticas Públicas em Unidades de Conservação Urbana	21
1.2 O Pensamento Filosófico acerca da Relação Homem-Natureza.....	25
1.3 Construção Social e Histórico-Cultural do Homem.....	29
1.3.1 Conhecimento científico.....	29
1.3.2 Cidades Sustentáveis.....	40
1.4 Análise Historiográfica de Unidades de Conservação	44
1.5 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.....	46
1.4 Entre dois Paradigmas: Unidades de Conservação X Áreas Protegidas: Uma Estratégia de Conservação da Biodiversidade	52
CAPITULO II.....	56
2.1 Pressupostos Epistemológicos da Pesquisa.....	56
2.2 Área de Estudo.....	59
2.3 População	60
2.4 Material e Método.....	60
2.5 Levantamento de Dados.....	66
2.6 Análise de Dados.....	68

CAPITULO III.....	70
3 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	70
3. 1 Unidades de Conservação na Cidade de Manaus.....	74
3.1.1 Nascente do Mindu.....	75
3.1.2 Corredor Ecológico do Mindu.....	76
3.1.3 Parque Municipal do Mindu.....	77
3.1.4 Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.....	80
3.1.5 Reserva Ecológica Sauim Castanheiras.....	81
3.1.6 Jardim Botânico Adolpho Ducke.....	83
3.1.7 Reserva Particular do Patrimônio Natural da Moto Honda.....	85
3.2 Parque Estadual Sumaúma	86
3.2.1 Cidade nova: histórico do bairro.....	86
3.3.2 Contexto Histórico do Parque Estadual Sumaúma.....	89
3.3.3 Aspectos Socioeconomicos da população do entorno do Parque Estadual Sumauma.....	95
3.3.4 Percepção Ambiental dos Moradores.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
APÊNDICES.....	142
Questionário para entrevista.....	142
Parecer do Comitê de ética em Pesquisa.....	146

INTRODUÇÃO

O respectivo trabalho foi realizado *in loco*, onde se fez entrevista estruturada com cento e quinze membros da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma. Enfatiza-se que é uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e qualitativo.

Desenvolvimento econômico e a gestão ambiental urbana representam um desafio complexo para as sociedades contemporâneas, haja vista não se tratar apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições à população, propiciando assim que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades. O ambiente urbano ou da cidade, engloba tanto o natural quanto o transformado, resultante da ação humana (OLIVEIRA, 2007).

Com o estudo, pretende-se propor mecanismos para que as comunidades próximas das Unidades de Conservação (UC's) tornem-se mais integradas ao tema para que possam internalizar conhecimentos do verdadeiro cenário ao qual fazem parte e devam ser sujeitos ativos para o processo de preservação em áreas protegidas.

Para contemplar o estudo das unidades de conservação urbana – UC's, no município de Manaus- Amazonas, é relevante considerar para o que atenta Bucci (2002). O entendimento acerca “de Políticas Públicas e a contribuição dos atores formadores do processo para produzi-las e reproduzi-las nesta contemporaneidade, identificando um espaço privilegiado de atuação que tem como meta a sustentabilidade urbana”.

Assim sendo, a pesquisa busca o entendimento das políticas públicas em unidades de conservação urbana, focando os estudos das ciências humanas. Buscaremos a abordagem histórica, para situar o estudo nos princípios teóricos que norteiam a análise. Desta feita, a discussão estará alicerçada nos conhecimentos de uma linha teórica que tem a perspectiva da

produção, com base nos objetivos, justificativas e na própria metodologia de abordagem do trabalho.

Neste sentido, o estudo justifica-se na medida em que se propõe contribuir para produzir conhecimento sobre Unidades de Conservação Urbana uma área pouco estudada na cidade de Manaus e, especialmente, por levar em conta o momento em que consideráveis mudanças relacionadas ao tema influenciam as tomadas de decisões de foco ambiental em todo o mundo.

Por este estudo tratar-se de um tema urbano de natureza interdisciplinar, o estudo sobre UC's traz dificuldade, para o analista compreender sua essência. Com base nessas dificuldades acerca das questões sócio-ambiental e econômico, buscou-se a reflexão acerca do marco histórico das UC's e suas características, assim como do processo sócio-econômico e ambiental que perfazem a localização e seus arranjos. Para tanto, foi necessário colher informações e dados sobre o processo histórico de criação da área estudada por meio de levantamentos bibliográficos nas instituições e dos sujeitos sociais elencados à temática, para a produção de elementos que possam ser úteis à consolidação da gestão no Parque Estadual Sumaúma. O estudo, tem como objetivo geral; analisar a dinâmica do processo de consolidação das Unidades de Conservação em ambiente urbano no Município de Manaus. Com isso, traçou-se os objetivos específicos: 1) Estudar os marco regulatório e os documentos fundamentais de formalização das UC's, 2) Caracterizar as Unidades de Conservação da Cidade de Manaus, 3) Identificar as condições socioeconômicas e ambientais da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma, 4) Averiguar como a população do entorno do Parque se relaciona com a Natureza

Dessa forma, a pesquisa está estruturada com base em duas hipóteses norteadoras: i) a consolidação das Unidades de Conservação Urbanas de Manaus-AM é dependente das

Políticas Públicas e da influência na relação sociedade/natureza entre os habitantes do Município de Manaus Amazonas, ii) há um distanciamento muito grande entre o plano de manejo e a realidade das UC's, no Município de Manaus Amazonas.

Apesar do foco do estudo se concentrar no Parque Estadual Sumaúma, outras UC's foram estudadas, como: Parque do Mindu, Nascente do Mindu, Corredor Ecológico do Mindu, Jardim Botânico Adolpho Ducke, RDS do Tupé, Reserva Ecológica Sauim de Coleira, Reserva Particular da Moto Honda. Desse modo, procuramos através de uma visão crítica, disciplinar a forma de perceber e interpretar as políticas públicas em unidade de conservação. Para tanto no primeiro momento se estudou a características das mencionadas UC's da Cidade de Manaus, em seguida se fez uma análise específica do Parque Estadual Sumaúma.

O primeiro capítulo nos reporta ao referencial teórico que aborda: 1) os aspectos conceituais sobre o meio ambiente e políticas públicas em unidades de conservação urbana; 2) a relação Homem-Natureza com base no pensamento filosófico; 3) a construção social e histórico-cultural, dando ênfase às cidades sustentáveis; 4) análise historiográfica de Unidades de Conservação. O referencial teórico traz uma abordagem acerca dos aspectos conceituais sobre o meio ambiente e as políticas publicas em unidades de conservação urbanas.

No segundo capítulo descreveremos a Metodologia do estudo que trará os tópicos: 1) pressupostos epistemológicos da pesquisa; 2) características do método; 3) procedimentos da pesquisa; 4) descrição dos materiais; 5) instrumentos de coleta de dados; 6) análise e interpretação dos dados. Este capítulo descreve a discussão em torno da orientação dos procedimentos metodológicos sugeridos, de modo critico e reflexivo tentando elucidar a aproximação teórica que orientam os métodos e a realidade do contexto estudado.

O terceiro capítulo trata da discussão e resultados da pesquisa de campo. Conforme o entendimento apresentado no capítulo I, em abordagem fenomenológicas privilegiou a

discussão dos sujeitos entrevistados, mesmo que a dimensão quantitativa não seja exigência física para ilustração das propostas. Nesse caso, a exceção feita à dimensão empírica tem a função de descrever de modo resumido, o alcance da pesquisa de campo sobre os sujeitos e as suas apreensões do foco ambiental em exame.

A pesquisa será de grande valia para o segmento governamental e não – governamental da sociedade, principalmente, porque deverá contribuir com estudos das Unidades de Conservação Urbanas (UC's).

CAPÍTULO I

1. O MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No contexto ambiental, as peculiaridades sócioeconômicas para as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos. Dessa forma, é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos de análise das políticas públicas diante das tradições para as populações.

1.1 Aspectos Conceituais sobre Meio Ambiente e Políticas Públicas em Unidades de Conservação Urbana

O reconhecimento da natureza finita dos recursos naturais e a grande interdependência existente entre as funções exercidas na vida do homem têm levado a humanidade a rever seus valores relativos às questões ambientais. A importância da proteção dos recursos naturais, como forma de assegurar sua utilização dentro de uma perspectiva de uso futuro, é uma estratégia de defesa da natureza.

No início do século XXI intensificou-se a necessidade de reorganização global em suas instituições e revisão de suas ideologias, paradigmas, modelos, procedimentos e posturas diante da sociedade, da cultura e da natureza, as quais, por sua vez, não podem ser mais vistas de maneira isolada, mas sim como sistemas interligados e interdependentes.

Freitas (2000) e Feldman (2005) destacam que essa realidade apresenta a necessidade de reformular as diretrizes que norteiam os hábitos, principalmente os de consumo, pois os danos sociais, como a desigualdade social, a dominação política, a dominação econômica, científica e tecnológica, a extinção de espécies, a degradação e deterioração ambiental, a redução dos índices de qualidade de vida, a explosão demográfica, o colapso étnico-cultural de comunidades tradicionais, em níveis alarmantes, entre outros, efetivam a realidade do caos

global. O Relatório do Desenvolvimento Humano/ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (1998, p.38) *apud* Feldmann (2005) diz que:

O consumo contribui para o desenvolvimento humano, quando aumenta suas capacidades, sem afetar adversamente o bem estar coletivo, quando é tão favorável para as gerações futuras como para as presentes, quando respeita a capacidade de suporte do planeta e quando encoraja a emergência de comunidades dinâmicas e criativas (PNUD, 1998, p.38 *apud* FELDMANN, 2005, p.148).

As práticas mais recentes de se criar espaços protegidos têm sua origem com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872. Esse parque nasce para a preservação dos atributos cênicos, da significação histórica, e como forma de estabelecer uma área de lazer para a população local. A partir daí, muitas outras áreas protegidas são geradas, inclusive como forma de racionalizar a colonização americana que devastava os ecossistemas por pressão econômica (DIEGUES, 2004).

Diegues (2004) enfatiza, ainda, que a criação do Yellowstone teve como preocupação possibilitar a integração do homem com a natureza, através do contato com porções ainda “intocadas” pela ação humana, marcando assim, o início de um modelo que serviu para orientar a criação de diversos parques em todo o planeta. Nessa perspectiva, a única forma de proteger a natureza seria afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la.

A técnica de criar ilhas de proteção veio a se espalhar por diversos continentes no século XIX, sob a influência do pensamento preservacionista. Notava-se uma profunda preocupação em manter a floresta intocada, ausente de qualquer intervenção. Entretanto, o engenheiro florestal, Gifford Pinchot criou, ainda no século XIX, o movimento conservacionista dos recursos naturais, sendo este, um protótipo do modelo atual de

desenvolvimento sustentável. Observou-se que a prática de criação das áreas protegidas não pode excluir a participação das comunidades que residem na região, uma vez que a efetiva proteção só se dá através do apoio das populações locais, atuando como parceiros; sem elas seria difícil evitar a invasão do espaço.

O pensamento conservacionista se fortalece no final do século XIX, e tem como intuito mitigar os conflitos em torno das áreas protegidas que excluía o homem. Nesse novo contexto, a presença humana não é interpretada como ameaça, mas como parte indispensável ao desenvolvimento. A proteção da biodiversidade é compreendida como vital às novas formas de convívio saudável entre espécie humana no planeta.

No Brasil, a proteção de ecossistemas é um tema que se reveste da maior relevância quando observada a sua riqueza em termos sociais e biológicos. O país além de líder mundial em biodiversidade¹ que “concentra a maior heterogeneidade de espécie de plantas, primatas, anfíbios, peixes de água doce e insetos”, comporta uma variedade cultural capaz de fornecer novas alternativas em termos de interações com a diversidade (SANTILLI, 2005).

Reclama-se para a Amazônia a produção de modelos inovadores, coerentes com as preocupações ambientais em curso. Tal postura é consenso acerca da Região, tanto quanto o zoneamento econômico-ecológico é posto como prioridade (Cf. SILVA, 2000). Essa realidade apresenta-se como uma necessidade de reformular as diretrizes que norteiam os hábitos da população, pois os danos sociais e a degradação da natureza são conseqüências diretas do consumo desordenado. Portanto, os atuais e futuros problemas mencionados dependerão, dentre outras ações, da transformação de valores e da percepção ambiental, começando pela mudança do paradigma social dominante na análise da sociedade e da natureza.

¹ Art. 2º da Lei do SNUC. Biodiversidade é “a variedade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, entre outras, os ecossistemas terrestres, marinhos, outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade de espécie e de ecossistema”.

Segundo Leff (1989), a problemática ambiental surge como indício de questionamento do modelo de civilização construído sobre um conjunto de elementos de racionalidade das sociedades modernas. A racionalidade capitalista tem se fundamentado em um crescente processo de racionalização instrumental de forma que se expressa nos padrões tecnológicos, na organização burocrática e nos aparatos ideológicos do Estado. Partindo deste pressuposto vemos que:

A crise ambiental destrói os mitos do desenvolvimento e esclarece as partes ocultas do modelo econômico dominante. Os problemas ambientais mostram com clareza que estão associados à imposição de modelos tecnológicos a serviço dos interesses econômicos espúrios (MEDINA, 1994, p.20).

Silva (2000) e Viana (2004) declaram que, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, as áreas protegidas, se consolidam, através da observância dos planos de manejo, subsidiando a gestão das UC's. "A Amazônia merece uma atenção especial, por estar em seu território a maior biodiversidade do mundo e parte da Floresta Amazônica" (Silva 2000). Sabe-se, entretanto, que "a integridade ambiental está ameaçada por vários empreendimentos, públicos e privados". (Viana, op. cit.).

A preocupação ambiental apresenta-se atualmente com uma variedade significativa de Políticas Públicas específicas e gerais. No âmbito da especificidade, percebe-se o esforço público de elaboração de planos, programas e ações de proteção ao ambiente. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC emerge como formulador da racionalidade ambiental, apoiada por iniciativas do Estado em consonância com a Sociedade.

1.2 O Pensamento Filosófico acerca da Relação Homem-Natureza

Coimbra (2002) assinala alguns indicadores utilizados para sintetizar o atual pensamento filosófico do Homem diante à Natureza. Na verdade, o autor faz definições de palavras, dos conceitos, da posição do Homem frente aos problemas ambientais do mundo no início do Século XXI. Segue da simples filologia, a mais profunda filosofia, sem tropeçar no formalismo científico e filosófico, demonstrando a verdadeira contradição que existe na aparente objeção, entre o Homem e o seu próprio mundo espiritual e material.

O homem moderno, enquadrado nos moldes tecnológicos ou investido de decisões tecnocráticas, não valoriza a Natureza. Para muitos, a vida da Terra não passa de um acontecimento biológico e o Homem tem o poder absoluto de tudo que nela vive e habita, inclusive de seus semelhantes (COIMBRA, 2002).

A relação de temor, respeito e de sacralidade aos fenômenos naturais vivenciados pelo Homem da pré-história, ainda vivenciada pelos povos primitivos do nosso tempo, foi rompida através dos séculos à medida que o conhecimento científico era aprofundado. Drew (1998) retratou que o homem primitivo via a Natureza com sinônimo divino, a exemplo de muitos povos primitivos de hoje e que, portanto, ela devia ser temida e respeitada.

Com isso, não se deve exaltar a inferioridade do Homem primitivo, impotente, medroso e submisso à Natureza. Menos ainda, incentivar a duvidosa agressividade, independência e superioridade com que o Homem moderno se arroga no trato com as coisas inanimadas e os seres vivos de seu ambiente (COIMBRA, 2002).

Esse Homem moderno não tem compromissos sérios consigo mesmo, nem com o mundo, nem com os sofrimentos da Terra, daí questionar-se onde fica a ética nesse caso. Na verdade, ele não tem referências, perdeu seu objetivo e está cada vez mais desorientado diante das grandes interrogações da existência [...] (ROJAS, 1996).

Para Rojas (1996) é um tanto questionável a ação do homem moderno, à medida que ninguém perde a sua referência, orientação ou rumo. Percebe-se que tudo isso é mascarado de tal forma pelo uso e manipulação de idéias (ideologias) em busca de conquistas e do empoderamento das classes dominantes.

O espírito científico nasceu do espírito filosófico. Com isso, a razão expulsou a magia e banuiu a superstição e isto significou uma conquista do espírito humano e científico. O homem começou a se especializar em decifrar enigmas, desenvolver modelos, fórmulas, teorias e equações matemáticas capazes de decodificar e explicar os diversos fenômenos naturais do seu tempo.

Dessa forma, o homem não é uma criatura racional, embora haja quem pense ao contrário. Suas atitudes para com a Terra e suas reações ao ambiente têm variado através do tempo e ainda mudam entre regiões e culturas (DREW, 1998).

Nas relações com a Natureza, o homem (no sentido biológico) sempre teve um comportamento irracional e ganancioso, resultado das relações econômicas e de poder ao longo do processo histórico de dominação pelo uso da força (guerras) para conquistas de novos territórios, principalmente, aqueles abastados de recursos naturais. Na verdade, esses ciclos de dominadores estarão se reproduzindo no planeta para que haja perpetuação de um poder estruturado hierarquicamente sob os ombros dos dominados, incluindo a Natureza.

Sem sombra de dúvida, o conhecimento científico e o surgimento dos diversos ramos da ciência possibilitaram a mecanização e a industrialização, racionalizando as atitudes humanas chegando a ponto de substituí-las nos processos de produção industrial (COIMBRA, 2002).

As condições naturais são abordadas enquanto o local, espaço ou meio de onde provêm os recursos necessários para a vida humana, em seu envolvimento com os processos

produtivos, e não em seu movimento intrínseco (SCHMIDT, 1976 *apud* BERNARDES e FERREIRA, 2003). O conceito de trabalho elaborado por Karl Marx afirma que:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é uma das condições de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, e constitui uma necessidade natural eterna para mediar o intercambio entre homem e natureza e, portanto, a vida humana (ibid, 2003).

Para Marx, as relações Sociedade-Natureza são enfocadas como sociedade que se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais *apud* Bernardes e Ferreira (2003). Contudo, Marx não deixa claro um conhecimento aprimorado sobre o funcionamento do sistema natural, tendo em vista que na própria Natureza havia as classes ou níveis de estratificação social da vegetação, por exemplo, as plantas dominantes, as co-dominantes, as emergentes, as intermediárias, as de sub-bosque e entre outras. Portanto, o autor não admitiu a possibilidade da existência de uma sociedade hierarquizada segundo as leis naturais, mas fundamentada em valores e princípios do Homem e da Natureza.

Para Enrique Leff (2002, p.117):

O propósito de integrar as diferentes instâncias que conforma o todo social e seus processos de reprodução/transformação gerou um problema teórico e metodológico ainda não resolvido pelo marxismo: o relativo à articulação dos processos naturais com as estruturas sociais (produtivas, ideológicas, jurídicas, políticas) na caracterização dos modos de produção e as formações econômico-sociais atuais (...). Contudo, existe uma dificuldade não resolvida para compreender as determinações sociais e técnicas de produção e para incorporar os processos ecológicos nos processos produtivos globais e do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

A concepção quantitativa da Natureza, transformada em mito às avessas pela tecnologia, começou a dominar todos os aspectos da vida, produzindo a pura quantidade sem alma e sem significado. Essa quantificação do mundo natural pelo saber científico associada à transformação da Natureza em objeto para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, a perda da sacralidade do ambiente natural e a profanação do mesmo pelo Homem podem ser bastante evidentes quando se anseia um modelo ideal de desenvolvimento.

Na busca pelo sustento a humanidade se preocupa mais com o ter do que com o ser. Mas, o ideal quantitativo deixa as pessoas desumanizadas, rompendo com os elos da relação Homem versus Homem e Homem versus Natureza (COIMBRA, 2002). O autor expressa que a desumanização das pessoas quer retratar a perda dos valores, dos princípios e dos contratos intrínsecos a convivência harmoniosa das comunidades humanas.

Essa prática do Homem moderno, capaz de manipular e armar técnicas, diante de um mundo coisificado, reduzido a números e quantidades, é a de soberano, explorador-espoliador (COIMBRA, 2002). Essa exploração-espoliação que extravasa do relacionamento com a Natureza e com os seus elementos constituintes, transforma-se em um ecossistema diferente, artificializado que o Homem criou à sua imagem e semelhança, as cidades (*ibid.*).

O ecossistema artificial chamado de cidades, por sua vez, também vem sendo violentado de mil maneiras, vítimas de uma utilização desumana por parte dos interesses espúrios daqueles que se intitulam cidadãos, em sua grande maioria compostos por mandatários públicos outorgados pelo povo e por facções capitalistas, que as estupram continuamente.

Na ótica de Coimbra (2002), a expansão descontrolada do consumo desperta novas tecnologias para atenderem à demanda que cresce cada vez mais assustadoramente. E aí se processa uma reação em cadeia até atingir a base do processo produtivo, que é a Natureza. A

expansão descontrolada da tecnologia sem finalidade maior prega sustos ao Homem, cria problemas sociais e políticos, que interferem seriamente nas relações infra e internacionais.

Para Coimbra (2002), os meios de comunicação muitas vezes começam a gritar, não porque se sensibilizam com o planeta Terra, como uma alusão aos povos primitivos, mas porque receiam verem-se privados dos recursos e comodidades que o mundo moderno oferece. Muitas vezes espelha-se nas diversas passarinhadas² da vida que não passam de meras alegorias da exploração ambiental, tais como garimpagem, privatização das praias, uso indiscriminado de produtos químicos, matança de animais, derrubada de florestas tropicais, loteamentos legais, monocultivos entre outros, (Ibid).

1. 3. Construção Social e Histórico-Cultural do Homem.

O ser humano desenvolve-se de acordo com padrões bem definidos. No início, fortemente canalizados, regidos por princípios biológicos, todavia a interação que estabelece com o mundo que o rodeia, socialmente estruturado e culturalmente definido, possibilita a emergência de conhecimento através de processos, mais complexos e sofisticados. Com a sua construção dá-se uma *ruptura qualitativa* que certamente distingue e separa o desenvolvimento irracional do racional (Alvarez e Rio, 1990).

1. 3. 1 Conhecimento Científico

Para Habermas (1996) as categorias nas ciências sociais, não podem adquirir sentido como aquelas referentes às ciências naturais, ou seja, com insensibilidade ao mundo criado pelos homens. Deve-se, sobretudo, assegurar-se da adequação de suas categorias ao objeto. Portanto, o autor enfatiza que o referencial teórico precisa ter a medida na coisa e no

² Alusão que o autor faz à notícia de que um prefeito da Região Metropolitana de São Paulo organizou, em meados dos anos 80 (século XX), uma confraternização onde foi servida uma passarinhada com aves da fauna local.

momento de sua construção, sendo a universalidade das leis nas ciências sociais oriunda não de uma extensão conceitual a qual se ajustam sem descontinuidades as peças particulares, mas da relação entre o universal e o particular em sua concretude histórica. É importante que se faça essa relação entre a questão ambiental e as mudanças realizadas com a sociedade moderna e, assim, com ela própria, já que é parte constitutiva das mudanças.

A análise acerca do conhecimento de políticas públicas em unidade de conservação urbana exige um olhar cada vez mais crítico em busca de saber quais as concepções que orientam as ações e as intervenções na Amazônia em relação à dialética do local e o global. No texto da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 255, é determinado que; “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Compreende-se que a Constituição Federal de 1988 é uma carta política que reflete os interesses das mais diversas camadas da sociedade brasileira. O expressivo número de direitos fundamentais de cunho liberal e social é um forte indicativo neste sentido. O grande desafio está na sua implementação, sobretudo, perante de conflitos e de problema culturais e sociais, aqueles direitos fundamentais ditos positivos porque exigem a atuação direta e efetiva do Poder Público em unidade de conservação urbana aqui focada, (CF/1988, Art.182).

Acredita-se ser problemática, também, a retomada da velha dicotomia entre *agency* e estrutura, cuja superação tem sido o objetivo de cientistas sociais como Giddens e Bourdieu (1994, 1994). Desse ponto de vista, a distinção entre “dominação” e “poder”, oferecida pelo primeiro, parece ser fundamental. A “dominação” descreve a dimensão estrutural das relações políticas, em que os diversos recursos (econômicos, políticos e simbólicos) são desigualmente distribuídos entre os atores; o poder, por sua vez, refere-se ao uso desses recursos pelos atores em interações concretas (GIDDENS, 1994).

Para Giddens (1994) e Chazel (1995) tais recursos não existem *a priori*, mas são mobilizados (de diversas maneiras e com graus variados de eficácia) nas interações concretas. É essa conjugação que permitirá a, pensar a possibilidade da mudança social como fruto das interações com as políticas públicas.

Acredita-se no resultado dessa interação, pois assim pode-se aceitar que a ação humana, ainda que orientada por normas, obtenha através de estratégias certo grau de liberdade quanto à interpretação dessas mesmas normas, as quais podem equilibrar as relações de força entre os atores e promover a mudança social.

Nesse sentido, o entendimento do conhecimento como a construção social e histórico-cultural se insere na compreensão científica, posto que este demonstre resistência na medida em que sua co-existência se afirme. Perceber a importância do uso das políticas ambientais a partir de mudanças de *habitus*. Torna-se, portanto imprescindível à compreensão da problemática em foco.

Para Leff (2001), foram os complexos problemas da contemporaneidade tecnológica, socioeconômica e ambiental que obrigaram o surgimento de projetos multidisciplinares. Para o autor, estes projetos têm como propósito, reorientar a formação profissional, através de um pensamento capaz de apreender a unidade da realidade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade busca construir uma realidade multifacetária, porém homogênea, cujas perspectivas são os reflexos das luzes que sobre ela projetam os diferentes enfoques disciplinares.

Quanto ao enfoque epistemológico, cabe destacar que a ciência é compreendida pelos autores como Brundtland (1991), Giddens (1994) e Leff (2000), como uma atividade que exige, sobretudo, equilíbrio entre a razão e a intuição. Logo, a teoria conhecida como *sistêmica*³ parte da idéia de que os sistemas vivos representam totalidades e suas propriedades

³ A teoria dos sistemas de CAPRA ensina que todos os sistemas vivos compartilham de propriedades e princípios

representam o todo. Por isso, as partes só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior, ou seja, considerando o seu meio ambiente. Capra salienta que:

A crise paradigmática atravessa todas as disciplinas, colocando em questionamento não apenas os instrumentos metodológicos e conceituais, mas a própria forma de inteligibilidade do real proporcionada pelo paradigma vigente. As contradições que perpassam o conhecimento científico e seu modelo de racionalidade tornam-se evidentes, evocando alterações radicais na forma de ser, de ver e de pensar (CAPRA, 1996, p. 49).

A ciência trouxe inúmeros ganhos para o homem, mas é certo também que o desenvolvimento científico comporta certo número de traços negativos: a fragmentação, a disjunção e a esoterização do saber (MORIN, 1999 e CASTELLS 2000). Delineiam-se aqui as chamadas Políticas Públicas, cujos traços constitutivos são as transformações propiciadas pela revolução das tecnologias da informação, pela crise econômica do capitalismo e do estadismo e sua subsequente reestruturação e pelo florescimento dos movimentos sociais e culturais, que traz à tona uma nova era, cuja fonte fundamental de riqueza é o conhecimento. Dessa forma ultrapassa a era industrial para a era do conhecimento.

Foucault (1973) ressalta que todos estes desenvolvimentos são aspectos da emergência do Homem. Logo, para mostrar a historicidade daquilo que se pensa como independente da experiência, tanto o conhecimento como a ação encontram suas condições de desenvolvimento nos sistemas de ordenamentos (dispositivos e *epistemes*) que são totalmente históricos – e como tais, contingentes e possivelmente superáveis.

de organização comuns. Isto significa que o pensamento sistêmico pode ser usado para integrar disciplinas e descobrir semelhanças entre diferentes fenômenos dentro da ampla gama de sistemas vivos. Alfabetização Ecológica: O Desafio para a Educação do Século 21. In Meio Ambiente no Século 21(2005.p.22).

Tais sistemas organizam o espaço do saber e do poder para um dado momento. Esses sistemas se apresentariam como condições históricas da realidade, (FOUCAULT, 2000). Entretanto, o método de investigação é mostrar que nem os limites do conhecimento, nem as divisões normativas, nem as posições que o sujeito adquire correspondem a um fundamento ou necessidade, mas têm caráter de acontecimento histórico.

Entende-se que o autor não deixa de analisar os discursos na genealogia. No entanto, passa a observar as relações entre poder e saber, submetendo a análise das formações discursivas a uma genealogia das relações de poder. Confrontando discursos com práticas sociais determinadas por interesses políticos e econômicos.

Compreende-se que o surgimento da sociedade capitalista coincide com o alastramento de técnicas de controle social em diversas instituições que não estão, necessariamente, ligadas ao aparelho do Estado. Foucault (1973) compreende a modernidade não como um processo que decorre do reconhecimento de direitos fundamentais advindos da razão libertadora concebida pelo Iluminismo, mas sim como a propagação das relações de sujeição. Logo o paradigma entre sociedade e natureza é um dos traços fundamentais das sociedades moderna, por exemplo. Referindo-se ao processo de construção do conhecimento, que define:

As mudanças de paradigmas são naturalmente freqüentes na história da ciência. O que diferencia o período de crise de paradigma do período de estabilidade é justamente o debate que ocorre em torno dos seus fundamentos. Ou seja, no período que antecede qualquer esquema paradigmático, o cientista está ainda confuso sobre os conceitos e/ou técnicas que o permitirão analisar e estudar melhor os objetos científicos. Esta situação parece ser superada quando se chega ao quadro definitivo de conceitos e/ou elementos científicos que possibilitarão um aprofundamento mais rigoroso acerca da verdade dos objetos de estudo. Uma vez que se consegue estabelecer um esquema paradigmático, cessam as preocupações em torno dos caminhos teórico-metodológicos mais eficientes e eficazes para a busca da verdade, bem como as preocupações com os seus fundamentos (KUHN, 1979, p.78).

A noção de “mudança paradigmática” permite compreender a atividade científica e o processo do conhecimento a partir de uma descontinuidade, ou seja, para o autor, o conhecimento científico é reconstruído a partir das rupturas epistemológicas com os saberes que o precedem. Dessa forma, o processo científico sofre descontinuidades e revoluções que permitem a passagem qualitativa de um paradigma a outro (KUHN, 1979).

Considerando as contribuições do autor para a questão ambiental, é possível extrair importantes aspectos da necessidade da instauração do campo do conhecimento ambiental. Sobretudo a partir da noção de “paradigma epistemológico”, pode-se interpretar que o praticante da “ciência normal” (definida como a atividade na qual a maioria dos cientistas não problematiza os fundamentos de sua prática) é alguém completamente cego (PEREIRA, 1993). Dessa forma, para compreender a complexidade ambiental, faz-se necessário uma articulação dialógica entre todos os saberes numa relação constante e permanente de vigilância crítica. É a partir dessa articulação entre os saberes que se definem o corte e ruptura epistemológica necessárias.

Tanto a “filosofia” como as políticas do ambientalismo atual estão perpassando por diferentes posições teóricas. Daí a necessidade de uma epistemologia que, enquanto filosofia crítica e vigilante, faça o acompanhamento permanente e rigoroso do processo de reconstrução da racionalidade ambiental e da redefinição das diretrizes e bases para aplicação de políticas públicas no âmbito da questão em voga (LEFF, 2000).

Para Bachelard (1996), o momento atual, embora angustiante pelo seu aspecto de crise, é um momento frutífero. Por que é exatamente em termos de “obstáculo epistemológico”, entendido como crise do pensamento, que o problema dos fundamentos do conhecimento científico deve ser restituído. O momento da crise ambiental se constitui assim, em oportunidade de reflexão sobre os fundamentos da ciência. O autor ao abordar em sua

obra o tema da “formação do espírito científico”, considera que “o instinto formativo acaba por ceder a vez ao instinto conservativo. Chega o momento em que o espírito prefere e confirma seu saber àquilo que o contradiz em que gosta mais de respostas do que de perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar, e cessa o crescimento espiritual” (BACHELARD 1996, 19).

Nesse sentido, interpretando o processo histórico da ciência, pode-se compreender que o “instinto conservativo” da ciência moderna instalou-se no objetivo de uma teoria autônoma pura que suspeita de todo saber que não se constitui a partir da codificação positivista.

Diante dessa perspectiva, alguns aspectos elementares são perseguidos prioritariamente pelos epistemólogos da questão ambiental, são eles: as diferentes concepções de ambiente, de educação, de ser humano, de conhecimento, de sociedade, etc., bem como as várias formas de considerar a relação homem-natureza, teoria-prática, educação-sociedade-ambiente, entre outras.

Enquanto Marx (1998), no século XIX⁴ alertava acerca do processo de produção, uma nova sociedade se desdobraria em três direções fundamentais: promoveria uma revolução técnica incessante (voltada para expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação); realizaria uma profunda revolução cultural (para fazer surgir o homem portador daquelas novas necessidades em expansão); e formaria o sistema-mundo (para incluir o máximo de populações no processo da produção). É, exatamente, o que acontece hoje, com a disparada da acumulação financeira global. O autor referido⁵ anteviu: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise.

O capitalismo venceu. Talvez, agora, possa perder, pois antes que o novo tenha condições de surgir, Hegel dizia, é preciso que o antigo atinja a sua plenitude, abandonando as

⁴ Atualidade de Marx, art. De César Benjamin, Revista espaço acadêmico nº 42 – novembro de 2004.

⁵ Marx, Karl. Capítulo VI (Inédito). Ciências Humanas, 1978. São Paulo.

mediações de que necessitou para se desenvolver. O momento do auge de um sistema, quando suas potencialidades desabrocham plenamente, é o momento que antecede seu esgotamento e sua superação.

As crises do mundo contemporâneo constituem o desafio que está posto para a população neste século. Para o autor, o valor de uma mercadoria representa o trabalho humano e a despesa em geral que o envolve. Entretanto, esse aumento na riqueza material pode gerar certo distanciamento no seu valor, mesmo que ocorra uma mudança na produtividade que pode estar atrelado a idéia de produção, de trabalho, o que vai gerar magnitudes diferenciadas de valores de uso. Na verdade considerou a produção como um pressuposto geral (MARX, 1998).

Historicamente, o capitalismo subsidiado pela ciência e pela tecnologia moderna consolidou processos de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmando externalidades recíprocas entre o homem e a natureza, ou seja, o homem entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional, legitimando a degradação da natureza, percebida meramente como fonte inesgotável dos mesmos recursos, pois, considerava-se que a natureza possuía mecanismos e engrenagens tal como as máquinas, que a capacitavam a reproduzir-se eternamente de maneira homogênea.

A complexidade da questão ambiental colocou para o mundo contemporâneo o debate que hoje se precisa. Os investimentos das nações no sentido de valorizar o paradigma ambiental que tira a natureza de uma posição de passividade e inércia, concebendo o meio ambiente como expressão de criatividade, diversidade e depositário da inter-relação de todos os seres, visam à sobrevivência e qualidade de vida. A noção de qualidade de vida relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las,

demarcando este problema das considerações tradicionais das necessidades de uma economia do bem-estar numa nova perspectiva (LEFF, 2002).

A consciência de que é necessário tratar com racionalidade os recursos naturais, uma vez que estes podem se esgotar, mobilizando a sociedade no sentido de se organizar para que o desenvolvimento econômico não seja predatório, mas sim, sustentável. Leff (2001) destaca que “a questão ambiental não é ideologicamente neutra nem distante dos problemas sociais e interesses econômicos”. Nesse sentido, as estratégias de ação política sobre os processos ecológicos vinculam-se as ações práticas de desenvolvimento social, sendo relevante nesse seguimento, à compreensão da manifestação da subjetividade humana, a confirmação de novos valores e na construção de novas interpretações da relação homem e natureza, buscando como base incipientes padrões cognitivos.

O ambiente é tudo o que vai à volta, o que rodeia determinado objeto, organismo ou ser. O ambiente começou como particípio presente do verbo *ambire* (*ambiens, ambientis*), depois passou a designar uma entidade que vai à volta de um determinado ser, mas que existe em si mesma. A compreensão de totalidade no conceito de Meio Ambiente aparece bem clara numa única palavra apropriada pela língua francesa *Environnement*, significando Meio Ambiente, cujo significado é aquilo que envolve que circunda, que cerca, seja em um meio físico ou moral (DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO KOOGAN-LAROUSSE SELEÇÕES, 1978 APUD ROCHA, 1999).

Segundo Rocha (1999), há quem ironize a palavra meio ambiente dizendo que deverá haver apenas metade de um ambiente e não um ambiente inteiro. O que já se sabe que isso é uma inverdade pelo significado da palavra meio, como discutido anteriormente.

Para muitos autores como: Guimarães (1997), Leff (2001), Mota (2001) e Silva (2002) o uso da palavra Ambiente é a mais adequada para o significado que a mesma se propõe.

Portanto, verificou-se a existência de diversas definições sobre "meio ambiente", algumas compreendem apenas os componentes naturais e outras refletindo a concepção mais moderna, considerando-o como um sistema no qual interagem fatores de ordem física, biológica e sócio-econômica⁶.

Para Silva (2002):

Meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas suas formas⁷. Já para José Ávila Coimbra, dissertando sobre o mesmo tema, considera meio ambiente como "o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos"⁸.

Na Legislação Pátria, o inciso I, do artigo 3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81), define meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981). E para Giollito (1982) Meio Ambiente "é ao mesmo tempo uma realidade científica, um tema de agitação, o objeto de uma diversão, uma especulação".

Logo, entende-se que a expressão "meio ambiente" deve ser interpretada de forma ampla, não se referindo apenas à natureza propriamente dita, mas sim a uma realidade complexa, resultante do conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sócio-

⁶ FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE (Rio de Janeiro – RJ), Vocabulário Básico de Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 1990, p. 133/135.

⁷ SILVA, José Afonso da, Direito Ambiental Constitucional, São Paulo 2002, Malheiros Editores, p. 20.

⁸ MIRALÉ, Edis, apud COIMBRA, José de Ávila Aguiar, Direito do Ambiente, Editora RT, p. 64/65.

econômicos, bem como de suas inúmeras interações que ocorrem dentro de sistemas naturais, artificiais, sociais e culturais, tais como a conceituação que se segue:

Para Medina (1994), Meio Ambiente deve ser entendido como o resultado das relações de intercâmbio entre Sociedade e Natureza em um espaço e tempo concretos. O ambiente é gerado e construído ao longo do processo histórico de ocupação e transformação do espaço por parte de uma Sociedade.

Em Reigota (1994), meio ambiente é a noção de um lugar determinado ou percebido, aonde os elementos naturais e sociais encontram-se em relações dinâmicas e em interação. Estas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural.

O meio ambiente apresenta características de um sistema aberto, que recebe e exporta energia, e tem como subsistemas a economia, a ecologia e os demais entes relacionados (MOTA, 2001).

Assim como a Terra e a Biosfera, o conceito de Ambiente (ou de Meio Ambiente, termo de preferência pelo senso comum) também vem evoluindo ao longo dos tempos, seja de uma visão reducionista onde se considerava por Ambiente apenas os seus elementos biológicos e físicos. Entretanto, passou-se a inserir uma abordagem de maior amplitude, evidenciando os aspectos sociais, culturais e econômicos e a correlação entre todos esses diferentes elementos e Gutman (1988) associou-o também a dinâmica das interações Sociedade-Natureza e suas conseqüências ao espaço que habita o homem e do qual o mesmo também é parte integrante.

1.3.2 Cidades Sustentáveis

A preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental tem crescido continuamente desde meados da década de 60, quando começa a "revolução ambiental" estadunidense. “Na década de 70, essa preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80, quando atinge a América Latina, Europa Oriental, a União Soviética e sul e leste da Ásia” (SILVA, 2006, comunicação pessoal).

A partir das duas últimas décadas do século XX, a globalização trouxe novas demandas para as cidades, levando-as a competir para tornarem-se centros de negócios regionais ou internacionais. Nesse sentido, Santos (2006) salienta que “são as cidades locais que exercem comando técnico e econômico, ligado ao que na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita, (...) a dialética do território, mediante um controle “local” e “técnica”. Com isso, as cidades que detêm ciência e tecnologia terão comando econômico e político sobre as demais. A criação do Estatuto da Cidade vem estabelecer diretrizes gerais da política urbana através da Lei nº 10.257/ 2001, art. 2º.

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Lei nº 10.257/ 2001, Art. 2º).

No Brasil, as cidades converteram-se cada vez mais nas molas propulsoras do crescimento econômico, mas a sustentabilidade urbana tem estado sob constante pressão. Essa pressão fez com que houvesse maior aproximação das pautas sociais e ambientais em busca,

tanto pelas ONG's quanto pelos movimentos sociais. Com discursos menos distantes, estes setores passaram a cobrar dos governos o cumprimento da Agenda 21, ou a fomentar a elaboração destas agendas em nível local.

Nessa perspectiva, o reconhecimento do sentido ecológico das cidades - que vem sendo abordado desde 1972, na Conferência de Estocolmo - seus problemas e desafios ambientais já aparecem no Relatório Brundtland, na Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1987.

O conceito de cidades sustentáveis, no entanto, começou a se instituir a partir da CNUMAD, também conhecida por Eco-92 ou Rio 92, onde foi firmado um documento, conhecido como Agenda 21, propondo diretrizes de sustentabilidade para a gestão do território, um compromisso entre as nações acerca de uma nova concepção de desenvolvimento, abarcando preservação e equilíbrio ambiental e maior equidade social. Desse modo, a concepção de cidade sustentável tem estreita relação com a busca de uma forma alternativa de desenvolvimento como maneira de superar as dificuldades impostas pelo modelo econômico concentrador e excludente vigente.

Para efetivar o acordo, o governo brasileiro lançou o documento "Cidades Sustentáveis subsídios para a elaboração da Agenda 21 Brasileira", através do Ministério do Meio Ambiente, que contou com as parcerias de organizações não governamentais e agentes da sociedade civil em geral. Esse documento, por sua vez, vem consagrar a inserção da política ambiental como articuladora das diversas políticas públicas nacionais através de temas tratados pela Agenda 21 Brasileira que englobam Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Algumas críticas têm sido feitas ao conceito de Cidades Sustentáveis, principalmente devido ao fato do ambiente urbano demonstrar características insustentáveis. Os gestores das políticas públicas e a sociedade civil precisam assumir responsabilidades partilhadas em consonância com os princípios da sustentabilidade no meio urbano, quebrando paradigmas e mudando políticas e atitudes, Ribeiro (2007).

Contudo, vale ressaltar que a sustentabilidade urbana é uma busca que se faz através de diversas dimensões da organização humana sobre os territórios, como a busca por sustentabilidade ambiental relacionada à capacidade de suporte, a sustentabilidade política que exige um esforço da construção da cidadania e participação, a sustentabilidade institucional e demográfica. Para que se efetive a sustentabilidade urbana é necessário que todas essas dimensões se articulem em políticas e diretrizes, capazes de instrumentalizá-la e concebê-la como a capacidade das cidades de produzir e consumir, reduzindo os impactos em seu entorno tais como a poluição das águas e do ar, também vistas como externalidades negativas.

Nesse contexto, podemos dizer que não há cidades sustentáveis, mas há busca por sua sustentabilidade. É necessário pensar as cidades sustentáveis como um processo progressivo da implementação de critérios que exigem o reconhecimento de uma série de valores, atitudes e princípios tanto nas esferas públicas como privadas e individuais da vida urbana. Harvey (2004, 286) ressalta que:

Mas importante ainda é, contudo nossa necessidade de reconhecer os modos pelos quais nossas ações se disseminem por entre rede de interconexões que constitui o mundo vivo (...)Tal como muitas outras espécies, somos perfeitamente capazes (...) de destruir nosso próprio ninho ou dilapidar nossos próprios recursos (HARVEY, 2004, 286).

Harvey, alerta para que não ocorra uma catástrofe ambiental, e nem tampouco a destruição do planeta terra. Historicamente, essa abordagem tem ocorrido de maneira fragmentada e não interdisciplinar, desconsiderando os vários atores envolvidos, com seus respectivos interesses em torno da conservação e/ou gestão dos recursos naturais.

Para Capra (2005), não precisamos “inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero”, porém adaptá-las conforme aos ecossistemas naturais. Percebe-se que a visão sistêmica pode integrar disciplinas e descobrir semelhanças entre diferentes fenômenos dentro dos sistemas vivos.

Nessa perspectiva, o olhar interdisciplinar torna-se complexo e sistêmico na prática, devido à amplitude do tema e também às dificuldades de interação e comunicação entre os variados “campos do saber entre si; entre as partes interessadas e entre a sociedade como um todo” (CAPRA, 2005).

Além disso, a noção de meio ambiente no Brasil ainda é parte de um universo imaginário distante, onde homem e natureza são dissociados, contrariando o conceito de ambiente. Pelo contrário, (...) “o ambiente não é mero espaço natural independente de nossa ação, a qual não consiste somente no trabalho no sentido econômico, mas sim no conjunto de atividades sociais, reguladas política e juridicamente numa tradição cultural específica” (LOUREIRO, 2003).

O homem é parte integrante do meio ambiente, e ao mesmo tempo, ser social detentor de conhecimentos e de valores socialmente produzidos ao longo do processo histórico. No Brasil, o meio ambiente ainda é confundido com “fauna e flora, como se fossem sinônimos”. É “grave também, a constatação de que a maioria dos brasileiros não se percebe como parte do meio ambiente” Trigueiro (2005). Essa análise foi comprovada na pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião-ISER, na série intitulada “O que o brasileiro pensa

do meio ambiente” (ISER, 2002). Apesar de o brasileiro estar demonstrando disposição a colaborar com a proteção do meio ambiente, os avanços ainda são insignificantes. Nesta perspectiva, o brasileiro possui o que poderia ser chamado de “visão romântica” ou naturalista em relação ao meio ambiente. Isso é preocupante, pois coloca o homem fora da natureza, levando-o ao desconhecimento de problemas ambientais presentes e permeiam questões de uma grandeza maior, como: a favelização, o saneamento, o destino do lixo, a poluição, a biopirataria, a urbanização das cidades, entre outros (CRESPO, 2005).

A Agenda 21 Amazônica é resultado de um processo de construção coletiva, instrumento que mobiliza, capacita, planeja, juntando idéias que aparentemente são excludentes. Faz acontecer os debates críticos, que traduz uma preocupação razoável com a problemática ambiental na Amazônia. Esta agenda é resultado da busca pelo caminho para a sustentabilidade e do sonho de uma comunidade local, sendo hoje, um dos grandes instrumentos de formação de políticas públicas no Brasil. A agenda, ainda, é amadurecimento do debate da comunidade internacional com as locais, a respeito da compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e conseqüentemente, sobre a continuidade e sustentabilidade da vida no planeta terra (VIANA, 2007).

1.4 Análise Historiográfica de Unidades de Conservação

O paradigma norte-americano de conservação da natureza passou a incorporar o paradigma bioregional, que prevê a criação e manutenção de redes de áreas protegidas, integradas no contexto regional. O modelo conservacionista inaugura a possibilidade de um uso direto de populações, “onde as necessidades humanas são compartilhadas com a proteção do meio ambiente, deste modo às unidades de uso direto ou sustentáveis compreendem a exploração racional dos recursos, visando a sua perenidade” (BRITO, 1998).

Diante desse novo enfoque, a partir da criação da Lei federal nº, 9.985/ 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, as Unidades de Conservação, dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Machado (2004) salienta que UC's de acordo com a Lei do SNUC são:

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. art 2º inciso I, da Lei (9.985/00).

Ainda na Lei nº 9.985, em seu art. 5º inciso XIII, registra:

Busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contínuas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração dos ecossistemas (DOU de 19.07/00).

As unidades de conservação integradas do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidade de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. Constituem o grupo das Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.

II - Unidade de Uso Sustentável tem objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. É composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Nesse sentido, é relevante considerar a Lei do SNUC, a qual nasce como resposta à crescente demanda da sociedade pelas questões ambientais. Isso porque, algumas unidades de conservação se encontram em condições degradáveis. Logo, a Lei define ainda uma compensação financeira caso haja destruição por entidades públicas e privadas.

Cavalcante (2001) ressalta a importância da gestão de uma unidade de conservação, onde deve haver um grande equilíbrio entre a população de entorno e a unidade de conservação. A gestão desses espaços e seu desempenho dependem da implementação de ações, através de uma relação entre a população do entorno e a própria Unidade de Conservação. A manutenção harmoniosa entre o homem e a natureza deveria ocorrer através de estratégias adequadas que considerem a crescente expansão populacional.

Fearnside (2003) se refere ao contínuo desmatamento e destruição, que provoca um desequilíbrio ambiental. Cabe ao homem conservar/preservar ou destruir ecossistemas, pois estes devem ser guardiões destes recursos para gerações futuras (CAPRA, 2005).

1.5 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

A criação dos três primeiros Parques Nacionais no Brasil, no quinquênio 1935 a 1939, refletiu o início da sensibilização mundial para a necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos, iniciada nos Estados Unidos com a criação do *Yellowstone National Park* (1872). A rede de áreas naturais legalmente protegidas no Brasil foi iniciada com a criação dos Parques Nacionais do Itatiaia, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu.

Os primeiros parques nacionais eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. De 1940 a 1958, 18 anos passaram sem a criação de novas UC's. Em 1959, foram criados mais três Parques Nacionais: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, destinados a proteger belezas cênicas excepcionais.

A influência da Conferência de Estocolmo sobre a criação da SEMA, corrobora com a percepção de Leis (1999) quanto a Declaração dos países onde ainda não estavam constituídos os espaços públicos, assim como a estrutura centralizadora relativas às questões ambientais decorridas desta condição. O período entre 1970 a 1974 foi importante para o surgimento das unidades de conservação, pois data a criação da primeira reserva biológica no Brasil, Poço das Antas. Sua importância decorre do fato de constituir o último remanescente do *habitat* original do mico-leão-dourado (*Leontopithecus r. rosalia*), espécie ameaçada de extinção justamente pela degradação de seu ambiente natural. Prevista desde a promulgação do Novo Código Florestal (Lei Nº. 4.771 de 15 de setembro de 1965) e ratificada pela Lei de Proteção à Fauna (Lei Nº. 5.197 de 03 de janeiro de 1967), esta categoria de manejo destina-se à preservação total do meio ambiente. Ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pelo órgão competente. Trata-se de uma categoria de manejo então inovadora, voltada unicamente à conservação da biota, pesquisa e à educação ambiental, excluída a visitação para lazer.

Esse período marca o início da criação das unidades de conservação na Região Norte, abrangendo áreas gigantescas. Nessa época, o Brasil e outros países com fronteiras na Amazônia buscavam critérios para a demarcação de novas UC's na vasta região. Foi criado o Comitê Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF então consideraram prioritárias

para a conservação as áreas indicadas por trabalhos científicos especializados. Nesse período foi criado o Parque Nacional da Amazônia⁹, além de outros dois parques na Região Sudeste.

A década de 80 representa o marco histórico da criação das unidades de conservação: 33 unidades criadas entre 80 e 84 pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF. Com a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA do Ministério do Interior uma nova categoria de manejo de uso restritivo veio somar-se às outras: as Estações Ecológicas (Lei Nº. 6.902 de 27 de abril de 1981). Das 33 unidades de conservação criadas nessa época, 6 foram parques nacionais, 9 reservas biológicas, 2 reservas ecológicas e 15 estações ecológicas. Nessa mesma época foi criado o Parque Nacional do Jaú que conta com 2.272.000 ha.

No quinquênio 1985 a 1989, iniciaram-se os procedimentos para a compensação ambiental por danos aos recursos ambientais causados por empreendimentos de médio e grande porte. A Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) Nº. 10 de 1987 criou estes procedimentos, que foram efetivamente homologados pela Resolução CONAMA 02/96.

Embora alcançando níveis menores, no tocante ao número de unidades criadas e do número de hectares protegidos, foi também significativo o quinquênio 85 – 89, quando 22 unidades foram criadas, abrangendo mais de 2.500.000 ha. No tocante às categorias de manejo, 8 parques nacionais, 7 reservas biológicas e 7 estações ecológicas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Instituto Brasileiro do

⁹ Criado em 1985, o Parque Nacional da Amazônia situa-se à margem esquerda do Rio Tapajós. Com uma área de 864, 047 mil ha., grande parte do parque encontra-se alagada durante vários meses do ano

Desenvolvimento Florestal - IBDF e a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA e Superintendência da Borracha – SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE.

De 1990 a 1994 foram criadas cinco (05) UC, sendo que para a realidade amazônica, quatro eram pequenas e uma de tamanho médio. Destaca-se neste período a criação da Reserva Biológica de Uatumã, para compensar a extensa área a ser alagada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas.

No período de 1995 a 1999, foram criadas 09 (nove) unidades de conservação, sendo 08 (oito) parques nacionais e 01 (uma) reserva biológica, refletindo a política de abertura de UC à visitação pública e conseqüente aumento da categoria que privilegia o uso público: os parques nacionais. Nesse período destaca-se a criação do Parque Nacional-PN de Ilha Grande em razão de compensação ambiental de UHE de Ourinhos - SP. Finalmente a Lei Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Entre 2000 a março de 2002, foram criadas 10 unidades de conservação, sendo quatro (04) parques nacionais e seis (06) estações ecológicas.

Destaca-se que a elevação das áreas de preservação no país gera uma divergência de entendimento da população em geral, a respeito do que seja UC's e Áreas Protegidas. Isto porque, compreende-se que ambas tem o mesmo objetivo que é preservar a biodiversidade.

No Brasil, assim como em vários outros países, a legislação ambiental surgiu como resultado do movimento ambientalista que se formou no cenário internacional no final dos anos 60 e início dos anos 70, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972.

Nesse contexto, foi editada a Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Além de estabelecer princípios, objetivos e instrumentos da PNMA, a lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, formado pelos órgãos e entidades

da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

As cidades sustentáveis deverão obrigatoriamente, possuir uma fundamentação ética. Nesse sentido, a teoria discursiva do direito de Habermas (1989) é a que melhor se aplica nesse contexto, uma vez que a mesma possui como pressupostos: a) a ação comunicativa, que se funda numa Ética discursiva, que é o processo de interação linguisticamente mediado, voltado para os interesses emancipatórios da humanidade; b) o combate à juridicização da vida cotidiana, que é um novo tipo de dependência entre o cidadão e o aparelho burocrático do Estado, que leva ao empobrecimento cultural; c) é uma teoria que busca remover os obstáculos à ampla participação dos cidadãos nos processos de decisão jurídica.

Nestes termos, pode-se afirmar que o direito à cidade sustentável deverá surgir de uma gestão do meio ambiente urbano, onde as decisões são amplamente descentralizadas, levando em consideração que aos aspectos econômicos das cidades devem visar o bem-estar social e ambiental de seus habitantes.

O planejamento urbano, em especial, o Plano Diretor, integra todas as perspectivas apontadas no decorrer deste trabalho, ou seja, como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, deverá ser informado obrigatoriamente pelos princípios do desenvolvimento sustentável e a participação popular, que informarão os princípios constitucionais do direito urbanístico que são; a) a função social ambiental da propriedade; b) a política urbana é uma função – obrigatória do planejamento e; c) justa distribuição do ônus pela urbanificação, pois como já se disse:

A política de desenvolvimento urbano, que não tiver como prioridade atender as necessidades essenciais da população pobre das cidades, estará em pleno conflito com as normas constitucionais norteadoras da política urbana, com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, em especial com o princípio do desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2006).

Admitir que o desenvolvimento sustentável passasse a ser um componente fundamental do desenvolvimento urbano, significa a compatibilidade constitucional entre o desenvolvimento urbano, previsto no art. 182 da Constituição, como o art. 225 da mesma Constituição, que assegura o direito das presentes e futuras gerações ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Eis o fundamento do Direito à cidade sustentável. David Harvey revela uma mediação entre a gestão urbana do Estado e a sociedade que podemos utilizar aqui para abordar a apropriação político-ideológica do direito à cidade. Dirá o autor que uma vez que o poder efetivo de organizar a vida urbana escapa da administração local (esta desempenha tão somente “um papel de agilizar e coordenar”) uma ampla coalizão de forças, empreendida por diversos sujeitos sociais, se constitui numa ‘densidade social’ variada e conflituosa (HARVEY, 2004).

A ampla coalizão de forças que extrapola o governo local urbano, Martins (2006) denominou de “campo urbanístico”. Esse campo de forças pode ser encarado como a tentativa de abarcar a totalidade da luta política e cognitiva pelo controle do processo de produção do espaço, realizada por diversos agentes e instituições. Nessa trama que se desenrola pelo controle monopolista em torno:

“do direito à cidade propugna a gestão democrática da cidade, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle social e a participação da sociedade civil, e a função social da cidade e da

propriedade, como prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade. É a idéia de uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro de parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis” (Ibid, p.134).

Não podemos perder de vista as determinações de um Estado capitalista bem como suas limitações no alcance de uma gestão democrática de promoção do direito à cidade.

1.6. Entre dois Paradigmas Unidades de Conservação X Áreas Protegidas: uma estratégia de Conservação da Biodiversidade.

As concepções de sistema jurídico e de legitimidade aqui apresentadas são requisitos teóricos necessários para a superação de um debate sobre a temática, a qual possui uma história de diversas nomenclaturas utilizadas acerca do tema e do panorama normativo do processo de criação das unidades de conservação urbanas destinadas à conservação da Natureza.

É interessante observar o posicionamento dos autores a seguir quanto à legislação: Para Afonso Silva (2004), os espaços ambientais dividem-se em espaços territoriais especialmente protegidos e o zoneamento ambiental. O autor define os espaços territoriais especialmente protegidos como:

Áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, (...) tendo em vista a preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistema, a proteção ao processo evolutivo das espécies, (...) dos recursos naturais. Nem todo espaço territorial especialmente protegido se confunde com unidades de conservação, mas estas são também espaços especialmente protegidos. Não é fácil, porém, diante da legislação em vigor, dizer quando é que um espaço territorial especialmente protegido deve ser considerado unidade de conservação. O

máximo que se pode dizer é que um espaço territorial se converte numa unidade de conservação, quando assim é declarado expressamente, para lhe atribuir um regime jurídico mais restritivo e mais determinado (SILVA, p.230).

O referido autor argumenta que:

Nem o legislador nem a doutrina estão conseguindo encontrar clara distinção entre os espaços especialmente protegidos e as Unidades de conservação. A Lei 9.985/2000 perdeu boa oportunidade de assumir uma terminologia adequada, tal como prevista na Constituição (art.225, III), tomando como gênero os Espaços Especialmente Protegidos e como uma de suas espécie as Unidades de Conservação.(ibid).

O diferente olhar dos autores citados assim como, das organizações internacionais são até singulares, ao relatarem à complexidade epistemológica e cognitiva da explicação do poder público, das ONG`s e da população para compreender os objetivos dessas unidades territoriais.

A posição de Benjamin (2001), é que a Lei do SNUC restringiu-se às categorias típicas de unidades de conservação, mas há outras “extra-sistema”, como “as Áreas de Preservação Permanente, a Reserva Legal, a Reserva Biosfera, as Áreas de Servidão Florestal, a Reserva Ecológica, os Monumentos Naturais Tombados e as Reservas Indígenas”, segundo autor essas “unidades de conservação” estão em conformidade com a Constituição Federal, em seu art. 225 §, 1º, III, mas estão inseridas no SNUC, por razões pragmáticas, dada sua dispersão territorial, fragmentação e domínio.

Dessa forma, o autor sustenta que a Lei do SNUC, está equivocada, ao afirmar que esta regulamenta os incisos I, II, III e VII do § 1º, art. 225 da Constituição, quando em nenhum momento, o texto constitucional usa a expressão “unidade de conservação”.

A Constituição Federal de 1988 inova profundamente na proteção dos espaços territoriais, como unidade de conservação, áreas de preservação permanente – APPs e reservas legais florestais”, os quais:

Poderão ser criados por lei, decreto, portaria ou resolução. A tutela constitucional não está limitada a nomes ou regimes jurídicos de cada espaço territorial, pois qualquer espaço entra na órbita do art. 225, § 1º, III, desde que se reconheça que ele deva ser especialmente protegido (MACHADO, 2005).

“A norma constitucional não abriu qualquer exceção à modificação dos espaços territoriais. E assim, mesmo uma pequena alteração só pode ser feita por lei” (MACHADO, 2005). Essa inovação para o autor é pertinente, pois no âmbito do parlamento, os ambientalistas têm tempo e oportunidade para se fazerem presentes, e exemplifica com o Parque Nacional do Iguaçu, onde os agricultores da região buscam a reabertura da estrada do colono, que corta o Parque. Porém o autor defende que as florestas de preservação permanente, assim como as reservas legais florestais, só podem ser suprimidas através da lei.

Observa-se que há dificuldades em aplicar termos técnicos ao conceito da expressão “espaço territorial especialmente protegido”. Tal conceito não é consensual. No entanto, o legislativo, intencionalmente, explicou que as unidades de conservação são sinônimos de espaços territoriais especialmente protegidos e não espécie de gênero.

Segundo Silva (2004), a política autoritária de criação de unidades de conservação em áreas de posse de populações tradicionais tem levado a uma colisão de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, a um direito cultural inserido no art., 215, e um direito natural no art. 225 da Constituição Federal. Porém, a própria definição de unidade de conservação constante da Lei do SNUC, confirma essa equivalência: a unidade de conservação é um espaço territorial sob regime especial de administração, com objetivos da Lei do SNUC relativos à criação e alteração das UC.

CAPITULO II

2.1 Pressupostos Epistemológicos da Pesquisa

O desenvolvimento lógico do conceito de cidades sustentáveis associa-se ao desenvolvimento histórico do direito ambiental às cidades sustentáveis e às questões epistemológicas da relação homem versus natureza, no quadro da problemática teórica abordada no capítulo inicial.

O foco é a Unidade de Conservação Urbana – UC's, no Município de Manaus, a partir do olhar de suas populações sobre as políticas públicas. Parte-se do suposto que a definição do marco regulatório, o envolvimento das ações de ordenamento territorial e a dinâmica do desenvolvimento urbano têm apreensão específica pelas populações. Além do mais, a suposição de que a consolidação das UC, urbana é tão dependente de políticas públicas quanto da percepção dos moradores acerca da relação homem-natureza, põem às populações locais numa dimensão de sujeitos históricos neste processo de consolidação. Por fim, a constatação do distanciamento entre o plano de manejo das UC's Urbanas e a realidade vivida e testemunhada pelos seus moradores é ilustrativa da dificuldade da implantação de políticas públicas ambientais no espaço urbano de Manaus.

2.2 Áreas de Estudo

Para obter dados de estudos na área da pesquisa foi realizada uma investigação bibliográfica nos órgãos localizados em Manaus como Prefeitura Municipal de Manaus - PMM, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(...), Manaus é uma exceção,
porque nada. se ama sem conhecer;

Manaus tem rios com garças voando,
tem relva e flores de todas as cores,
tem japiim nas biqueiras cantando,
tem igapó, igarapé, lagos e riachos,
tem mitos e lendas e tem sonhadores.

Tem miríades de insetos sem nome,(..)
tem árvores de todos os verdes
onde a fauna pode saciar a fome,
colhendo frutas de vários sabores!...

O trecho da poesia nos remete a refletir o cenário cultural e ambiental, acerca do reconhecimento de um grande ecossistema que é a área de estudo. Com esse olhar, Gaitano¹⁰ capta diferentes aspectos da beleza natural da Cidade de Manaus, Amazonas. Por outro lado, Manaus inspira uma natureza poética de outra tradição literária.

Filgueiras (2008) aborda Manaus como um espaço de abandono e ódio contra a natureza. Essa dicotomia é percebida em suas poesias, forma pela qual o autor encontrou para denunciar ou chamar atenção do poder público para as mazelas de Manaus.

A floresta, só mesmo
a ferro e fogo se vê
travestir todo seu poste
em mato, ou em mata,
como se assina a versão
cabocla, e não a índia,
do tal despir em pauta.

É assim que a cidade
Invade a floresta
de tangas e miçangas
pisa nas fontes
de água e de vida
afaga os peixes
dá uma raiva na gente
e ensina a dizer

bom dia, obrigado.
Nova Suburbio, Aldisio Filgueiras

¹⁰ *Gaitano Laertes Pereira Antonaccio* é manauense, advogado, contabilista, empresário, escritor, poeta, articulista e conferencista, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis; membro da Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas, membro da Academia de Letras do Irajá (Rio de Janeiro), membro do Instituto de Antropologia da Amazônia, membro da Academia de História do Amazonas, fundador e primeiro presidente da Associação dos Escritores do Amazonas, membro correspondente da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro; e possui vários lauréis no Amazonas, Brasil e exterior, além de 72 obras.

A área macro da pesquisa está localizada aos 3° de latitude sul e 60° de longitude oeste (Figura 01). Manaus, para Ab`Saber (1953:18/20), é a verdadeira capital da Hinterlândia Amazônica, por se encontrar num ponto do principal eixo de navegação fluvial do Brasil, exatamente no meio da Amazônia Ocidental e Oriental, situação geográfica privilegiada na confluência com os rios Negro e Solimões, comporta-se rigorosamente como uma cidade de afluência, recebendo a denominação inicial de “Lugar da Barra”. Seu porto fluvial continental se tornou uma etapa central e obrigatória devido ao entrosamento com rotas de cabotagem¹¹ e transatlânticos¹². Manaus possui uma área de 11.401 km².

O acesso por via fluvial é através do rio Negro. Por via terrestre, pelas rodovias BR-174 (Manaus - Boa Vista) ao Norte; BR-319 (Manaus - Porto Velho) a sudoeste e AM-010 (Manaus Itacoatiara) e ainda por vias aéreas: Manaus/Belém, Manaus/Roraima e para o restante do País Manaus/Brasília.

¹¹ Navegação mercante entre portos de um mesmo país.

¹² Navio que atravessa o atlântico.

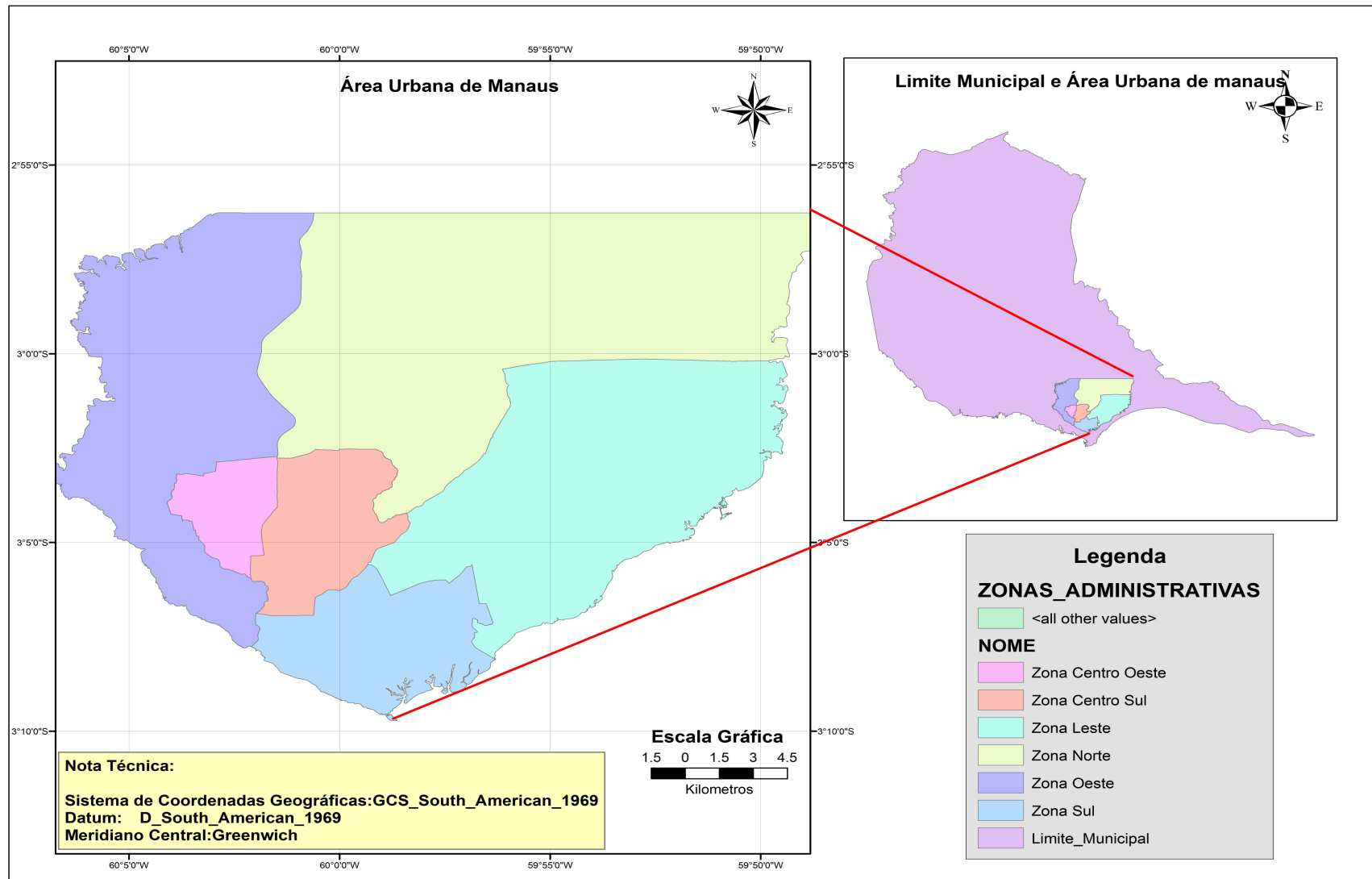


Figura 01: Localização geográfica da cidade de Manaus.
Fonte. Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SEMMA, 2009.

2.3 População

➤ População: 1.709.010 habitantes; 52,07% mulheres e 47,93% homens), Mais de 60% da população do Estado do Amazonas concentram-se em área urbana de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/08.

➤ Densidade demográfica: 144,4 habitantes por km²

➤ Mortalidade infantil até cinco anos de idade: 21,26 a cada mil crianças

➤ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M): 0,774

- IDH-M Renda: 0,702
- IDH-M Longevidade: 0,711
- IDH-M Educação: 0,909
- Renda per capita (dados de 2000 expressos em R\$ de 1 de agosto de 2000): R\$ 11,998,20

A maior parte da população encontra-se nas regiões norte e leste da cidade, sendo a Cidade Nova (norte) o bairro mais populoso, com mais de 260 mil moradores. O processo de ocupação urbana é marcado pela dinâmica das relações sociais de produção em um espaço historicamente estabelecido. No caso do Parque Estadual Sumaúma, esse processo reflete as alterações ocorridas nas formas diferenciadas em que apresenta o processo de acumulação capitalista na cidade de Manaus.

A ocupação das UC`s em Manaus, particularmente, a do entorno do Parque Estadual Sumaúma, remonta ao início da expansão da malha urbana da cidade, pós a criação da Zona Franca de Manaus ocorrida em 1967. Deu-se através de processo ordenado e formação de conjuntos residenciais.

2.4 Material e Método

Yin (2005) ressalta que a investigação empírica é um método importante para pesquisa de campo. Baseado nesta afirmação, este é um estudo de caso onde o campo e os dados empíricos moldaram a escolha e o foco investigado. Jennifer Platt (1992 *apud* YIN, 2005) “ênfatiza que o método do estudo de caso que balizou as ciências sociais e foi bastante difundido pela escola de Chicago de Sociologia nos Estados Unidos”, deixa clara a importância substancial da observação participante, sendo esta uma técnica de coleta de dados, a qual deixa pendente a qualquer definição adicional e distintiva sobre o estudo de caso.

O primeiro contato com o Parque Estadual Sumaúma foi em setembro de 2003 quando da sua inauguração. Porém dessa data até 2007 mantinha contato esporadicamente quanto havia eventos e por curiosidade investigava um ou outro morador do entorno. A partir dessa curiosidade surge o interesse em fazer este estudo. Porém o primeiro contato realizado para dar aporte à pesquisa deu-se em julho de 2007, quando começaram os diálogos com um dos militantes pela causa do Parque, o Sr. Tobias. Em seguida os contatos foram se ampliando cada vez mais com a liderança local com os senhores: Olavo, Aldo, Agenor, Tobias, Emilio e os gestores das escolas do entorno, dentre outros simpatizantes, e com moradores que não têm a menor relação com o Parque. As entrevistas eram marcadas de acordo com a disponibilidade e tempo desses líderes. Em seguida, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas-UFAM (Anexo 01). Cumprida as normas para a pesquisa, foram realizadas várias visitas à localidade, onde famílias foram contactadas para expor a finalidade da visita, o objetivo da pesquisa, à

instituição envolvida, a metodologia a ser utilizada, e, principalmente, a importância da colaboração pessoal dos entrevistados. Na maioria das visitas, a pesquisadora era recebida pelos chefes da família; só houve dois casos que os pais não estavam e que os filhos se responsabilizaram pelas entrevistas.

Para a caracterização utilizada nas etapas de realização deste estudo incluíram-se os seguintes procedimentos: a identificação do(s) método(s) utilizado(s), a classificação da pesquisa quanto a sua natureza, objetivo e forma de abordagem, a descrição dos materiais utilizados, o processo de seleção das unidades amostrais, o instrumental de coleta de dados, o contexto dos participantes e a análise e interpretação dos resultados. Inicialmente, salienta-se que o importante para a eficácia do resultado esteja na metodologia e procedimentos que podem ser adequados para tratar um determinado problema.

No caso de estudos na área sócio-natural, diversos métodos podem ser utilizados, concomitantemente, com o objetivo de alcançar vários aspectos do mesmo objeto de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2002). Por outro lado, Stake (2000) menciona que no estudo de caso o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. O referido autor destaca que este tipo de estudo salienta os seguintes aspectos: a) a natureza do caso; b) o histórico do caso; c) o contexto (físico, econômico, político, legal, estético); d) outros casos pelos quais é reconhecido; e os informantes pelos quais pode ser conhecido.

Yin (2005) destaca que o estudo de caso é um método de investigação amplo que permite a “preservação das características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Mediante essas afirmações compreende-se que este tipo de método seja eficaz para proposta da referida pesquisa. Isto porque, ajuda no redirecionamento do foco de estudo e permite testar as hipóteses de maneira clara. Desta maneira conseguirá uma resposta através da

comprovação dos fatos, pois neste estudo é permitido ter acesso mais fácil aos fenômenos da pesquisa que às vezes são inacessíveis em outros métodos de abordagem (YIN, 2005).

A presente investigação adotou a abordagem quantitativa e qualitativa por sua natureza epistemológica de ver o mundo através de uma perspectiva interpretativa, estudando o fenômeno. Entende-se pesquisa qualitativa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994).

Minayo (1994) considera a pesquisa qualitativa e quantitativa, quando o objeto de estudo apresenta especificidades: a) *histórico* – está localizado temporalmente, podendo ser transformado; e os respectivos objetivos são: descritivos e explicativos, pois se buscou descrever as características do fenômeno e identificar os fatores de contribuição; b) possui consciência *histórica* – não sendo apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas; c) apresentando ainda uma *identidade com o sujeito* – ao propor investigar as relações humanas, de uma maneira ou de outra, a pesquisa identifica-se com ele; d) é *intrínseca e extrinsecamente ideológico* porque “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes”; e) é *essencialmente qualitativo* já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela (Ibid).

Pode-se afirmar que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re) construção da realidade, alimenta a atividade do objeto de estudo e a atualiza frente à realidade.

Neste estudo, procurou-se utilizar a dialética, pois os fenômenos da natureza não podem ser compreendidos isoladamente e esta permite compreender o fenômeno como todo, haja vista estarem ligados organicamente aos que o cercam, condicionando-se reciprocamente. KONDER (1981) ao estudar o caráter materialista da dialética, a partir de Engels e Marx, ressalta algumas de suas características e princípios. No primeiro momento o autor salienta que, para a dialética, os fenômenos da natureza não podem ser compreendidos isoladamente, incorrendo-se no risco de ao isolar os fenômenos, convertê-los em algo sem sentido. Na dialética os fenômenos são compreendidos como um todo, ligados organicamente aos que o cercam, condicionando-se reciprocamente.

A natureza e a sociedade são observadas como um estado de movimento, transformação, renovação e desenvolvimento incessantes. Por isto a interpretação dialética exige que os fenômenos sejam compreendidos além de suas relações e condicionamentos recíprocos, sob a perspectiva do movimento, da transformação. O processo de desenvolvimento é considerado não como simples crescimento, mas como um processo que passa de mudanças quantitativas e latentes às mudanças qualitativas radicais e bruscas que se verificam em saltos. Segundo a compreensão dialética, os fenômenos encerram uma contradição interna, expressada em seu lado positivo e negativo, no velho e no novo, entre o que se desagrega e se desenvolve. O autor ressalta que, mesmo evidenciando princípios e características da dialética, a mesma não pode ser aprisionada em codificações (KONDER, 1981).

A observação direta se constituiu em um importante instrumento e oportunidade a partir do momento que viabiliza a percepção da realidade de alguém de “dentro” do estudo de caso. Nesse estudo, que trata da questão das Políticas Públicas em Unidades de Conservação na cidade de Manaus e a população do entorno das referidas UC's, que por sua vez envolveu

uso da legislação vigente, mudança de cultura/comportamento, a observação direta foi uma constante na pesquisa.

Para viabilizar esse estudo, os materiais utilizados foram:

a) Bibliografia geral específica e complementar de acordo com a temática da pesquisa, livros, artigos de periódicos, informações disponibilizadas na internet, dentre outras. No levantamento bibliográfico buscou-se os elementos teóricos que explicitassem o problema investigado e seus constituintes factuais,

b) Documentos cópias de atos normativos – Leis, decretos, portarias, resoluções etc.

c) Imagens de Sensores Remotos (LANDSAT e IKONOS-1) disponibilizadas por instituições especializadas como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM, SEMMA e IPAAM) para análise temporal da ocupação do espaço territorial de Manaus e como ilustração das unidades das paisagens selecionadas (amostras), tendo como foco central a avaliação das pressões antropogênicas sobre as mesmas;

d) Mapas temáticos sobre diversos elementos geográficos: relevo, solos, hidrografia, vegetação etc.;

e) Formulários/questionários/entrevistas elaborados (ver Apêndices A).

f) Histórico, fatos para se entender a corrente situação do fenômeno. A investigação fenomenológica começa com o silêncio do pesquisador na tentativa de captar aquilo que estuda, enfatizando o comportamento subjetivo das pessoas. O sujeito é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento, o mesmo “precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos” (CHIZZOTTI, 2005).

g) Campo e entrevista com os atores envolvidos tanto da comunidade local quanto das instituições envolvidas no certame,

h) Articulação dos dados com as orientações teóricas com vistas à confirmação da hipótese central da pesquisa.

Esses métodos corroboraram para o desenvolvimento do projeto da dissertação; capítulos, as técnicas de construção e conclusão da pesquisa. Mencionar que para a primeira fase da pesquisa foi realizada através da coleta de dados, na segunda foi feita uma análise do fenômeno e a terceira a interpretação e observação do respectivo fenômeno e dos sujeitos sociais envolvidos.

Definidos os contornos da pesquisa, passamos à etapa da investigação focalizada na coleta sistemática das informações. Enquanto no período exploratório, o pesquisador conta apenas com seu poder de observação (uso dos sentidos), nesta fase recorreu-se aos instrumentos auxiliares baseados na aplicação de técnicas de sondagem como as entrevistas estruturadas, roteiros de entrevistas e/ou formulários de observação, conforme dispostos nos Apêndices “A” desta dissertação.

2.5 Levantamento de Dados

Quanto ao nível da pesquisa, foi utilizada a exploratória. A fase exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias e facilita a construção de hipóteses e, a descritiva, que registra e descreve o objeto Chizzotti e Yin, (2005, 2005). Destaca-se, ainda que a pesquisa originou-se do método indutivo, ou seja, do particular para o geral. Quanto os elementos fundamentais são: a observação dos fenômenos, a descoberta da relação entre eles e a generalização da relação.

As fontes de evidência utilizadas nesta pesquisa foram: documentação, registro em arquivo, entrevista estruturada, observação direta e registro fotográfico. Na documentação temática, os elementos são determinados em função da própria estrutura do conteúdo da área estudada. Essa etapa da pesquisa é fundamental para o pesquisador uma vez que a

documentação é toda informação sistemática, seja ela: comunicada, de forma oral, escrita, visual ou gestual, fixada em mural ou suporte material. O registro em arquivo é um conjunto de documentos, “quaisquer que sejam sua data, forma ou suporte material, produzidos e recebidos por qualquer pessoa física, (...) no exercício de sua atividade”. Foram utilizados registros organizacionais, mapa do ambiente, fotos, registros e anotações pessoais. (CHIZZOTTI, 2005).

A entrevista estruturada foi utilizada como fonte de evidência essencial para este Estudo de Caso que tem por objetivo captar informações diretas simples e superficiais que servem de indicadores explicativos do objeto Chizzotti, (2005). A entrevista estruturada consiste em um roteiro pré-estabelecido de perguntas que possuem uma flexibilidade durante o momento da entrevista, possibilitando “um contado mais estreito entre o pesquisador e o entrevistado”, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes. Quanto ao contexto dos participantes, foram aplicadas 115 entrevistas direcionadas aos moradores e lideranças da borda e do entorno do Parque Estadual Sumaúma, e também foram entrevistados, os gestores das instituições diretamente ligados as Unidades de Conservação (SDS, SEMMA, ONG , ICAM e IBAMA). Ressalta-se, que foram selecionados os moradores mais antigos.

Questionários também foram utilizados como técnica de pesquisa, com perguntas estruturadas (ou sistemáticas) e não-estruturadas (também chamadas de assistemáticas, antropológicas ou livres). No primeiro tipo, as perguntas são usadas na proposição de questões mais precisas, bem como identificar o perfil dos entrevistados e as categorias de observação relevantes para respondê-las. Este tipo de questionário é muito usado para identificar práticas que a teoria indica ser eficaz, podendo até expressá-las em resultados quantificados, o questionário não-estruturado, característico dos estudos qualitativos, as condutas e as práticas observadas não são predeterminados, sendo observados e relatados da

forma como ocorrem, visando descrever e compreender o que está acontecendo numa dada escala de tempo e espaço.

Na elaboração do questionário/entrevista, foram definidos indicadores sociais entre os grupos temáticos como: renda, escolaridade, idade, profissão, tipo de moradia, tempo de moradia; no segundo grupo temático foi levantada a questão socioambiental sobre o olhar da comunidade acerca da UC; o que é uma unidade de conservação, qual a opinião dos moradores sobre a legislação vigente, qual sua relação com a natureza, de quem é a responsabilidade em conservar o ambiente, dentre outras.

A amostragem é uma parte do procedimento metodológico de fundamental importância no desenvolvimento do método científico. Os dados foram coletados em oito UC's. A coleta de dados consistiu de uma seleção com os moradores mais antigos das unidades.

Cabe destacar que o referido estudo tem dois níveis de descrição. No primeiro há uma caracterização geral das sete UC's da cidade de Manaus, Amazonas; no segundo, um exame mais particular do Parque Estadual Samaúma, o qual se deu aos aspectos socioeconômicos e da percepção ambiental dos moradores que residem na borda (residências localizadas nos limites do Parque) e no entorno do Parque (residências localizadas nas proximidades do Parque).

2.6 Análise de Dados

A análise e interpretação dos dados de um processo exploratório/investigatório, segundo Lakatos e Marconi (2002) assim como as informações coletadas têm natureza objetiva, tanto quanto sua relação com a opinião dos participantes envolvidos na pesquisa pública.

Neste caso, procurou-se apresentar os fatos sob dois aspectos distintos, entretanto, complementares e influenciáveis entre si. O primeiro com relação às inferências oriundas na interpretação qualitativa e quantitativa das respostas das entrevistas aplicadas, através de questionário sócio-econômico. Segundo o nível de percepção da sociedade local sobre a questão ambiental, com referência analítica do sistema de gestão adotado e seus instrumentos. Foram totalizadas 115 entrevistas, no Parque Estadual Sumaúma.

CAPÍTULO III

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal processo de constituição de uma cidade é a criação de uma infra-estrutura urbana capaz de atender às funções que a vida em cidade exige. Manaus é uma cidade que sofre desequilíbrios ambientais, sociais e culturais, e os processos econômicos e de urbanização provocam fortes interferências na vida das populações locais. Os primeiros impactos ocorreram por ocasião da economia gomífera seguido da implantação da Zona Franca.

No período áureo da borracha, a remodelação de Manaus, com novos olhares sobre a cidade, gerando uma redefinição da identidade e representações diferenciadas dos outros espaços por parte de seus habitantes, especificamente suas autoridades e elites. A *Belle Époque* passou a ser representada por segmentos da sociedade local dominante como sendo a Manaus moderna e civilizada. Neste período os impactos ambientais foram de várias ordens e Dias (2007), bem os descreve através da Ilusão do Fausto: substituição dos materiais utilizados para construção de casas abrigos ou forma de adaptabilidade na floresta; hierarquização de espaços de moradia, de circulação de mercadorias e de serviços, tanto como criação de espaços de segregação de poucos e coletividade; hierarquização de habitações por segmento econômico e configuração de espaços de ocupação urbana pelas classes econômicas e sociais; desenvolvimento de uma geografia da diferença nos espaços de circulação de mercadorias; desenvolvimento de estrutura física de intervenção no relevo, hidrografia e distribuição espacial da população e de escoamento da produção por meio de portos, aterros,

zoneamentos centrais e periféricos, tipologia de transporte fluvial, terrestre dentre outros. Os impactos sociais e culturais interferiram de forma danosa sobre as populações tradicionais de nossa cidade.

Os segmentos sociais populares, neste processo, e em oposição às elites, eram vistos como contrastantes do ufanismo de uma cidade que buscava incutir a *modernidade* e *civilização*, principalmente quando exteriorizavam práticas culturais diferenciadas das estabelecidas (*Ibid*, 2007). Na última década do século XIX, grandes obras públicas foram erigidas, enaltecendo a cidade de forma ufanística e objetivando suas sincronias com o que era avaliado como moderno e civilizado, no eixo norte-sudeste e no mundo, ficando Manaus conhecida como *Paris das Selvas*.

A população de Manaus passou aproximadamente de 29.000 habitantes em 1872 para 61.000 em 1900. Com a reestruturação urbana e com a pujança da economia gomífera, passaram a viver na capital, além das elites agro-exportadoras, grandes negociantes, técnicos, profissionais diversos e uma gama de trabalhadores que exerciam suas atividades na cidade que se expandia (*ibid*, 2007).

Os espaços foram sendo permeados de simbolismo que se configuraram nas relações de sociabilidade das elites, mas que se tornaram híbridos pela presença, permanência e circulação de segmentos sociais variados que compunham a cidade. A implantação de sofisticado serviço de transporte significava um grande sinal da modernização, porém apesar das mudanças positivas na sociabilidade dos segmentos, a exclusão de parte significativa da população desse serviço era marcante.

Dias (2007) assim traduz o novo cenário de Manaus-AM:

“A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelo bonde elétrico, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando o atrasado e feio e construindo o moderno e belo” (DIAS, p. 29, 2007).

A transformação da cidade afetou o modo sócio-econômico, cultural e ambiental tornou-se imprescindível na visão tradicional de desenvolvimento urbano, trouxe grandes contingentes principalmente nordestinos para os seringais amazônicos e que após o declínio das atividades da produção da borracha (*Hevea Brasiliensis*-seringueira), muitos deles vieram para Manaus acabando por provocar o "inchaço" abrupto da cidade (DIAS, 2007).

Após a decadência da economia gomífera, Manaus fica quase 40 anos sem um ciclo econômico definido. Porém no fim da década de 60 passa a viver o segundo momento histórico de sua economia com a implantação da Zona Franca em Manaus – ZFM através do Dec. 288/67. Essa política pública direcionada para a região, financiada pelo governo federal, trouxe consequências sociais de grande impacto, afetando os alicerces das formas de organização sócio-econômica, cultural e política tradicional.

Na ótica capitalista, o modelo ZFM canalizou toda sua lógica e princípios na Amazônia, exercendo estratégia do processo de mundialização da economia que culminou na integração da Amazônia ao Estado Nacional e sua inserção na esteira do capitalismo mundial.

O programa ZFM tinha como essência o desenvolvimento econômico da Região Amazônica através da integração dos setores produtivos primário, secundário e terciário. Com a implementação da política de forma errônea, foi dada ênfase apenas ao setor industrial, deixando esquecido especialmente o setor primário estadual. O atrativo de desenvolvimento da Capital e o abandono ao interior do estado provocaram o êxodo rural, o inchaço e a

urbanização desordenada, através da favelização, com o surgimento de novos bairros sem a mínima infra-estrutura. A população excedente e marginalizada socialmente, mesmo quando assalariada, começava a ocupar as áreas de risco ambiental como as margens dos principais igarapés que cortam a cidade (ainda não poluídos na época), pois a cidade não havia se preparado estruturalmente para receber esse êxodo maciço. Os baixos níveis de instrução e de qualificação profissional da grande maioria dessa população se constituíram no fato gerador de toda uma problemática social, visto que esse contingente passou a ocupar cargos menos especializados, percebendo baixos salários e ficando à margem da sociedade dominante.

O aumento populacional elevou a demanda por serviços públicos como, saúde, transporte, educação, saneamento básico dentre outros. Essa escassez de recursos públicos são consequências da nítida explosão demográfica que perpassa a cidade de Manaus em seu contorno socioeconômico, educacional e ambiental. O que se pode elucidar em sentido amplo, a desorganização do espaço das cidades sob as mais variadas formas (BRAGA, 2007b).

Ao tratar das cidades, trata-se do urbano. E o que é urbano para o direito brasileiro? É o que consta como tal no Código Tributário Nacional (art. 32, § 1º). Trata-se de área definida em lei municipal que possua pelo menos dois dos requisitos a seguir indicados, construídos ou mantidos pelo Poder Público: meio-fio e calçamento; abastecimento de água; esgotos sanitários; rede de iluminação pública; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado (BRAGA. 2007b).

Esta não é a realidade com a qual convive a grande massa da população da cidade de Manaus. Os serviços básicos que deveriam ser supridos pelas políticas públicas estruturantes deixam a desejar e transformam o espaço urbano de nossa cidade numa área repleta de desajustes sociais, econômicos e ambientais. Nessa ótica percebe-se que Manaus, está distante

do conceito ao qual se define uma cidade sustentável, como citamos anteriormente no Capítulo I.

3.1. Unidades de Conservação na Cidade de Manaus.

Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2007), o Estado do Amazonas conta com 38 Unidades de Conservação Federais e 34 estaduais, totalizando 38,3 milhões de hectares de áreas protegidas. As Unidades de Conservação do Estado do Amazonas são enquadradas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, apresentando níveis de proteção diferenciados.

Encontram-se representadas no primeiro grupo, as Reservas Biológicas - REBIO, os Parques Estaduais - PAREST e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. No segundo grupo, encontram-se as Reservas Extrativistas - RESEX, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, as Florestas Estaduais e as Áreas de Proteção Ambiental - APA.

A revista de Unidade Conservação do Estado Amazonas (2007) enfatiza que a ampliação em favor das áreas protegidas tem sido um grande desafio, pois é fundamental para o país, e principalmente para o Amazonas, conhecer e proteger racionalmente os seus recursos naturais, favorecendo sobremaneira o bem estar coletivo das populações onde estes espaços estão inseridos. Amparada no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), a criação da lei do SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação) representou, portanto, um papel importante dentro da política nacional de áreas protegidas do país e para o Amazonas.

A referida revista destaca que os Parques Estaduais, embora sejam Unidades de Proteção Integral, são as áreas abertas à ação humana, contemplando atividades voltadas para

educação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico e divulgação. Os Parques Estaduais localizados nas zonas urbanas das cidades representam um constante despertar, onde o processo de desenvolvimento é bastante acelerado o que pode ocasionar a instalação e ocupação ilegal de terras, tendo como consequência o desmatamento em demasia.

3.1.1 Parque da Nascente do Mindu

Parque Nascente do Mindu – criado pelo Decreto nº 8351/2006, engloba uma área de 16 ha, localizado na Comunidade Santa Bárbara, Bairro Jorge Teixeira, zona leste de Manaus. Foi criado com finalidade de preservar a mata ciliar das nascentes do Igarapé do Mindu, bem como a biodiversidade do local sendo, portanto, o início do Corredor Ecológico do Mindu. Com a implantação da infra-estrutura, o Parque visa à integração da comunidade do entorno em atividades educacionais e de proteção dos recursos naturais do Parque (Figura 02).

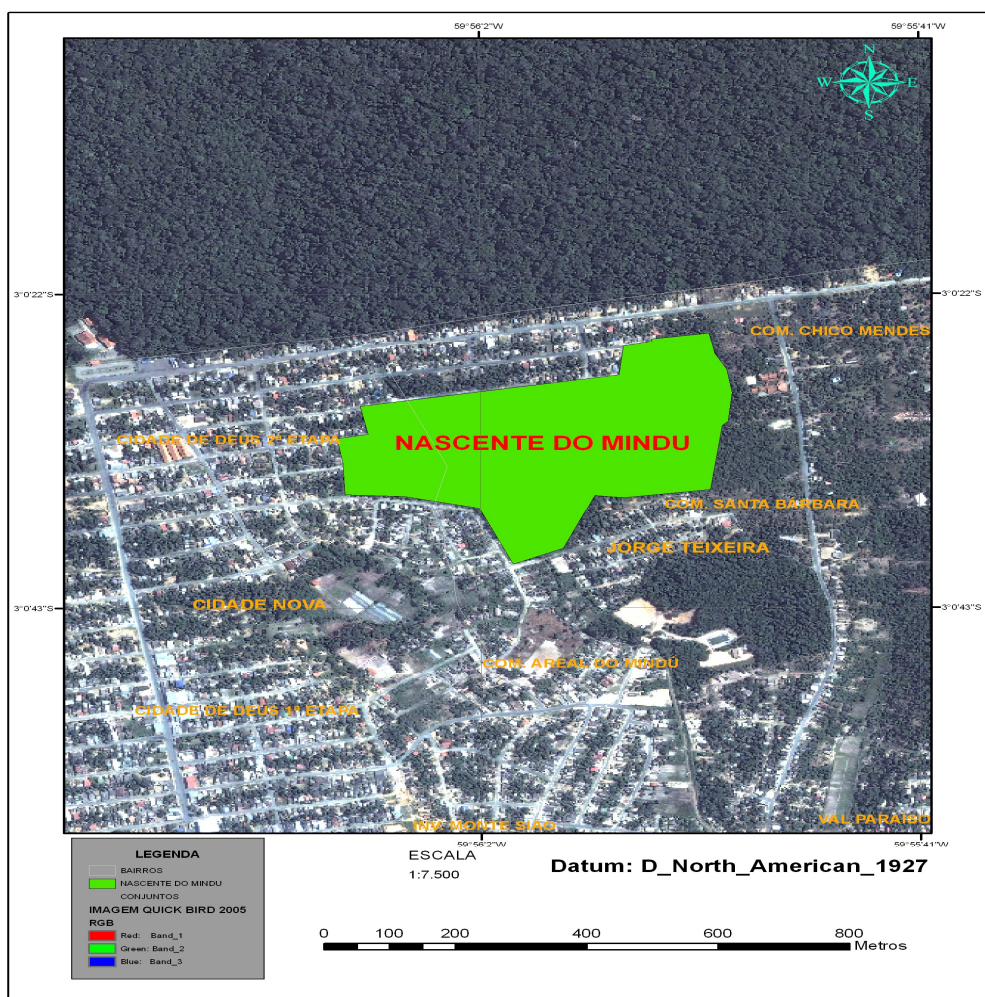


Figura 02: Parque Nascente do Mindu, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

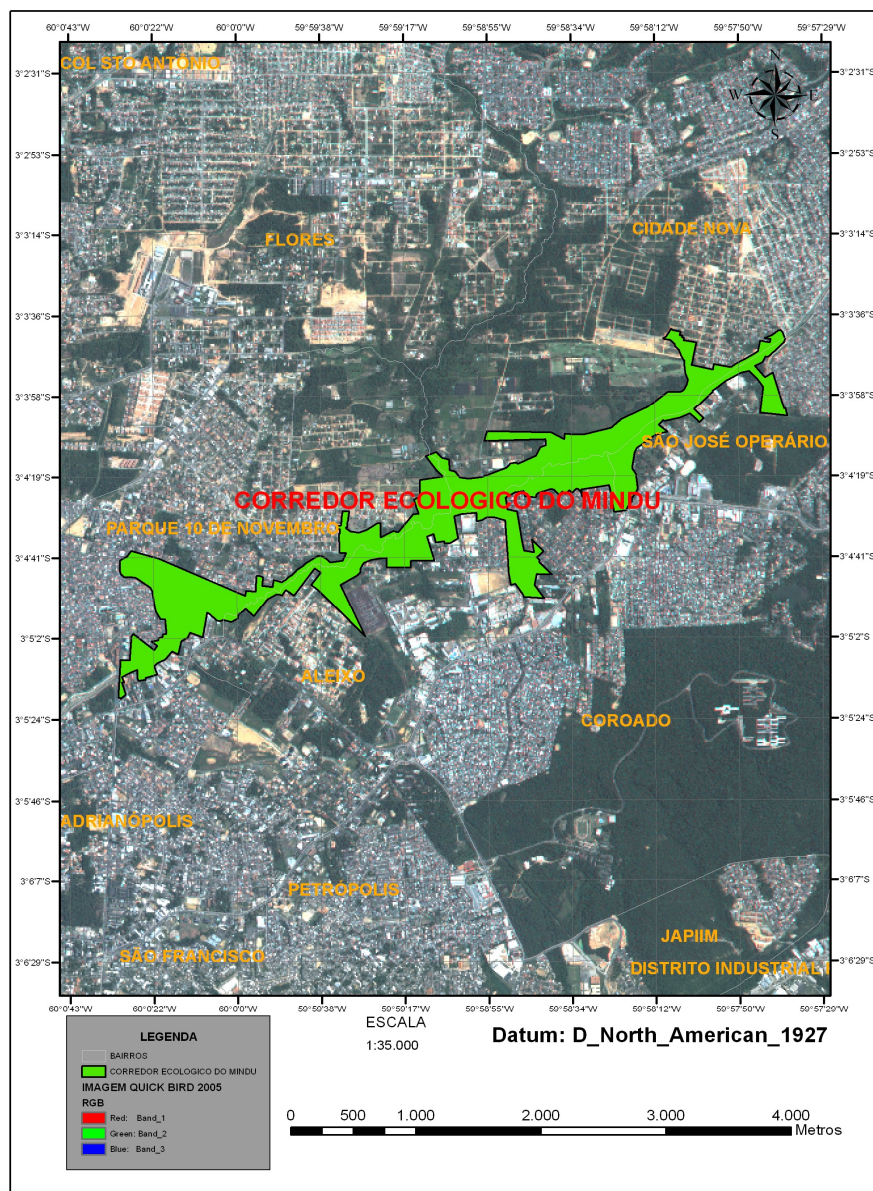
3.1.2 Corredor Ecológico do Mindu

Corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recomposição de áreas degradadas.

O Conceito de Corredor Ecológico Urbano nasceu pela necessidade de se conectar fragmentos florestais urbanos (Áreas Verdes dos Conjuntos Residenciais, Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação) possibilitando o fluxo gênico e o movimento da biota entre estas áreas.

O Corredor Ecológico Urbano do Mindu tem seu início na zona leste, no Parque da Nascente, segue o curso do igarapé do Mindu e chega até o Parque dos Bilhares, na zona centro sul da cidade. O Percorso conecta outras duas Unidades de Conservação (Parque Municipal do Mindu e RPPN Reserva Honda), além de áreas verdes dos conjuntos habitacionais por onde passa.

O objetivo do corredor é garantir a conservação da biodiversidade por meio do monitoramento, fiscalização e fortalecimento do Jardim Botânico Adolpho Ducke e do Parque do Mindu, duas unidades de conservação interligadas e que compõem o corredor ecológico do igarapé do Mindu (Figura 03).



3.1.3 Parque Municipal do Mindu

Os Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque foi criado em 1989 e regulamentado através da Lei 321/95, a partir de um movimento de moradores, como forma de proteger o habitat do Sauim de Manaus (*Saguinus bicolor*), o Parque Municipal do Mindu possui área de aproximadamente 33 ha.

O Parque Municipal do Mindu é uma UC de Proteção Integral destinada à preservação de fragmentos de grande relevância ecológica e beleza cênica, pesquisas científicas, Educação Ambiental, recreação e turismo ecológico. Está localizado na Zona Centro-Sul da Cidade de Manaus e se configura na UC urbana de maior visitação.

O bairro do Parque Dez foi criado em 1938 . O endurecimento do regime não impediu que, em Manaus, fosse criado o balneário do Parque Dez, estruturado para receber as famílias amazonenses em sua piscina natural, abastecida pelas águas límpidas do igarapé do Mindu, em vasta área verde, com zoológico e um restaurante para a satisfação gastronômica dos freqüentadores. Na década de 1970, instalava-se no Bairro do Parque Dez de Novembro, um conjunto de grande intervenção urbana na área, sendo o maior entre os demais conjuntos edificadas e com concepção setorizada de comércio, moradia, ruas, quadras, vias internas, perimetral dentre outras, uma reserva de área verde pertencente ao bairro (Figura 04).

Diante da expansão urbana de Manaus, ocasionada pela implantação do Pólo Industrial, a área foi alvo de especulação imobiliária, tanto que foi severamente invadida tendo 15% de área total desflorestada por grileiros (hoje a entrada, e o pátio de estacionamento) do Mindu.

O Parque do Mindu (Fig. 04) constitui-se a partir de movimento pelos próprios moradores. Estes incluía seguimentos ligados à comunidade científica e a ativistas políticos que militavam em ONGs, instituições governamentais, partidos políticos informados e influentes junto a opinião pública. Os moradores buscavam espaços de conservação de um dos recantos de composição florística ímpar, além do fato de o lugar ser um dos refúgios do

Sauim-de-colera (*Saguinus bicolor*), espécie de primata de pequeno, ocorrência endêmica na região de Manaus.

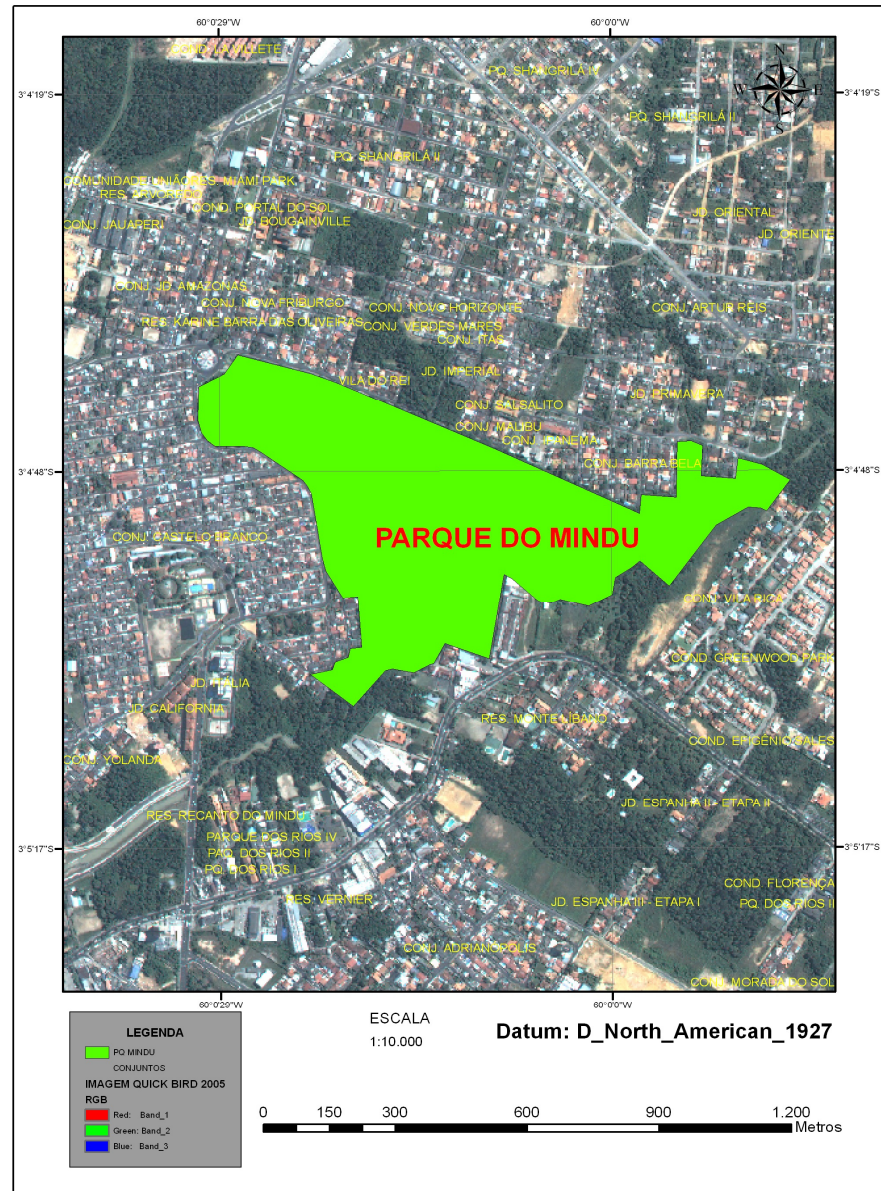


Figura 04: Parque do Mindu, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2006.

Com uma área de 309.518 m² (aproximadamente 31 ha), o Parque apresenta quatro ambientes fitoecológicos distintos: uma vegetação mais densa, que representa 58% da área total; área de capoeira, com 12,5%; área de campo, com 18,5%; e área degradada, com 11% do total.

Nesses ambientes são encontradas espécies remanescentes da composição florística de Manaus, além de abrigar várias espécies da fauna local, dentre mamíferos, répteis, pássaros, insetos etc.

3.1.4 Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

A RDS Tupé – foi criada através do Decreto 8044/2005, com intuito de preservar o local e desenvolver as 6 comunidades que pertencem a RDS, por meio do ecoturismo e da agricultura sustentável (Figura 05). Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

As REDES do Tupé é uma UC de uso Sustentável que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se na exploração de recursos naturais em modos sustentáveis e que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. O nome tupé, de origem indígena, significa uma grande esteira feita de talas de arumã (*Ischnosiphon* sp. Marantaceae), que os índios Tarumãs, habitantes do local, faziam para colocar seus utensílios e usar para sentar/deitar na areia. Sua visitação pública também está condicionada a instrumentos de gestão para a área.

Localizada na margem esquerda do rio Negro, na porção oeste do Município de Manaus, à 25 km do perímetro urbano da cidade, é um dos balneários públicos mais reservados, possuindo uma extraordinária vegetação com dois tipos de formações bastante distintas: a mata de igapó e de terra firme, onde predominam árvores de grande porte.

Silvestres e o Programa de Proteção ao Sauim-de-Coleira, além de coordenar o Serviço de Resgate de Animais Silvestres.

Localizado no perímetro urbano da Zona Leste da Cidade de Manaus, a UC foi criada em 1982, como categoria de Reserva Ecológica em terras pertencente à União, mais precisamente sob domínio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (Figura 06).

Em 2001, o IBAMA firmou um Acordo de Cooperação Técnico-Científico passando a gestão da área de 95,45 ha, para a Administração Municipal por intermédio da SEMMA, que passa a adotar o nome de Refúgio de Vida Silvestre.

Na área, encontram-se populações plantadas de castanheiras (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) na parte mais elevada no terreno. A área de capoeira corresponde cerca de 45,08% da área total, sendo o ambiente fitoecológico de maior predominância no local. Já as áreas de campo ou áreas descampadas totalizam cerca de 24,81% e evidenciam a forte intervenção humana no local. As áreas alagáveis correspondem aos terrenos próximos dos cursos d' água, cujos registros indicam a ocorrência de apenas duas nascentes de dimensões bastantes diminutas e de direções opostas, uma no sentido norte-sul e outra no sentido leste oeste, a qual inclusive se atribui como um dos principais contribuintes da bacia do Igarapé do Quarenta.

Seu principal objetivo é a proteção da fauna silvestre, através do desenvolvimento de programas especiais, como o Centro de Triagem de Animais Silvestres, o Serviço de Resgate de Animais, o Programa de Proteção do Sauim de Manaus realizado em parceria com a ONG SAPECA e a Petrobrás, e ações de educação ambiental, como o Projeto Fauna na Escola em conjunto com a SEMED.

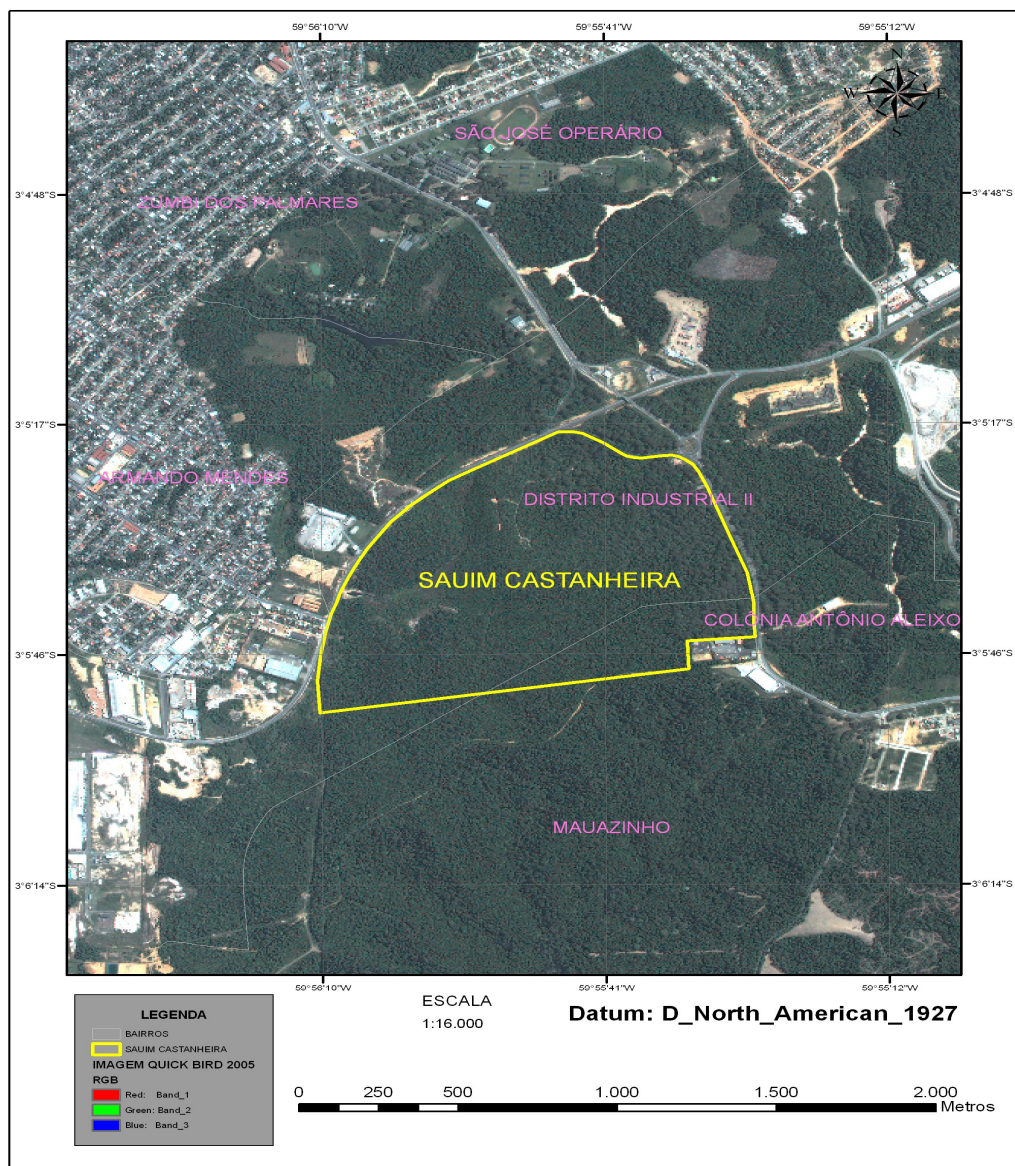


Figura 06: Reserva Ecológica Sauim Castanheiras.

Fonte: Secretaria de Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

3.1.6 Jardim Botânico Adolpho Ducke

Localizado na Zona Norte da Cidade de Manaus, ocupa uma faixa de 500 m de largura por 10.000 m de comprimento, o equivalente a 5% da Reserva Biológica Adolpho Ducke do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Conhecida por Reserva Florestal Adolpho Ducke ou simplesmente Reserva Ducke, foi cedida à Prefeitura Municipal de Manaus por meio de um Convênio de Cooperação Técnico-Científica celebrado entre ambas as instituições (Figura 07).

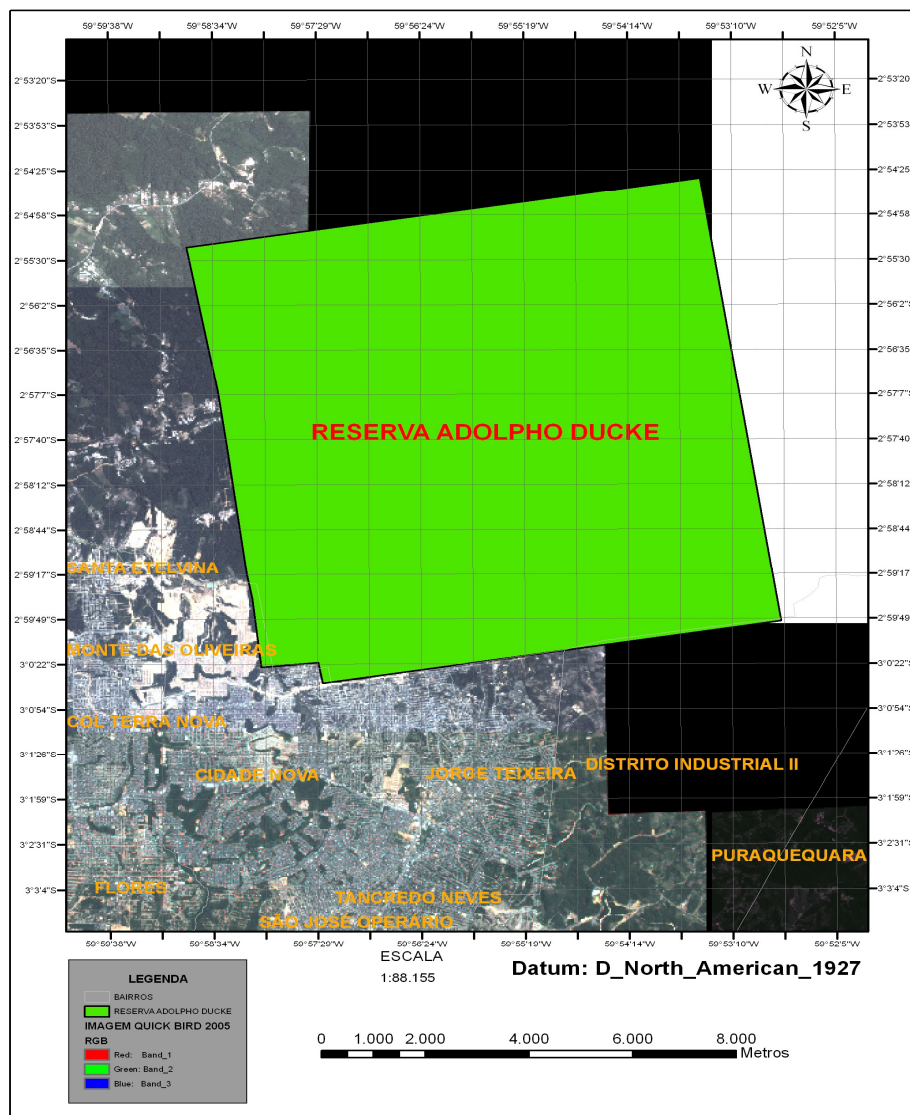


Figura 07: Reserva Adolpho Ducke, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

O Jardim Botânico de Manaus Adolpho Ducke é uma UC de Proteção Integral caracterizada por suas coleções de plantas vivas, cientificamente mantidas, ordenadas, documentadas e identificadas, aberta ao público com finalidades científicas, educativas e conservacionistas. Sua implantação em 2000 foi uma estratégia de proteção ambiental no intuito de conter a pressão antrópica observada pelo avanço ocupacional dos espaços territoriais nas porções sul e sudoeste da Reserva. A área total da Reserva é de 10.072 ha e nesse ambiente registra-se a ocorrência de várias nascentes de cursos d'água, além de uma riquíssima diversidade florística e faunística.

3.1.7 Reserva Particular do Patrimônio Natural da Moto Honda

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A RPPN “Reserva Honda” de propriedade da empresa Moto Honda da Amazônia Ltda., foi criada através do Decreto nº 8501/2006 e inaugurada no dia 02 de junho de 2006, ocupa uma área de 16 ha, tem o objetivo de proteger os recursos naturais e conservar a biodiversidade regional (Figura 08).

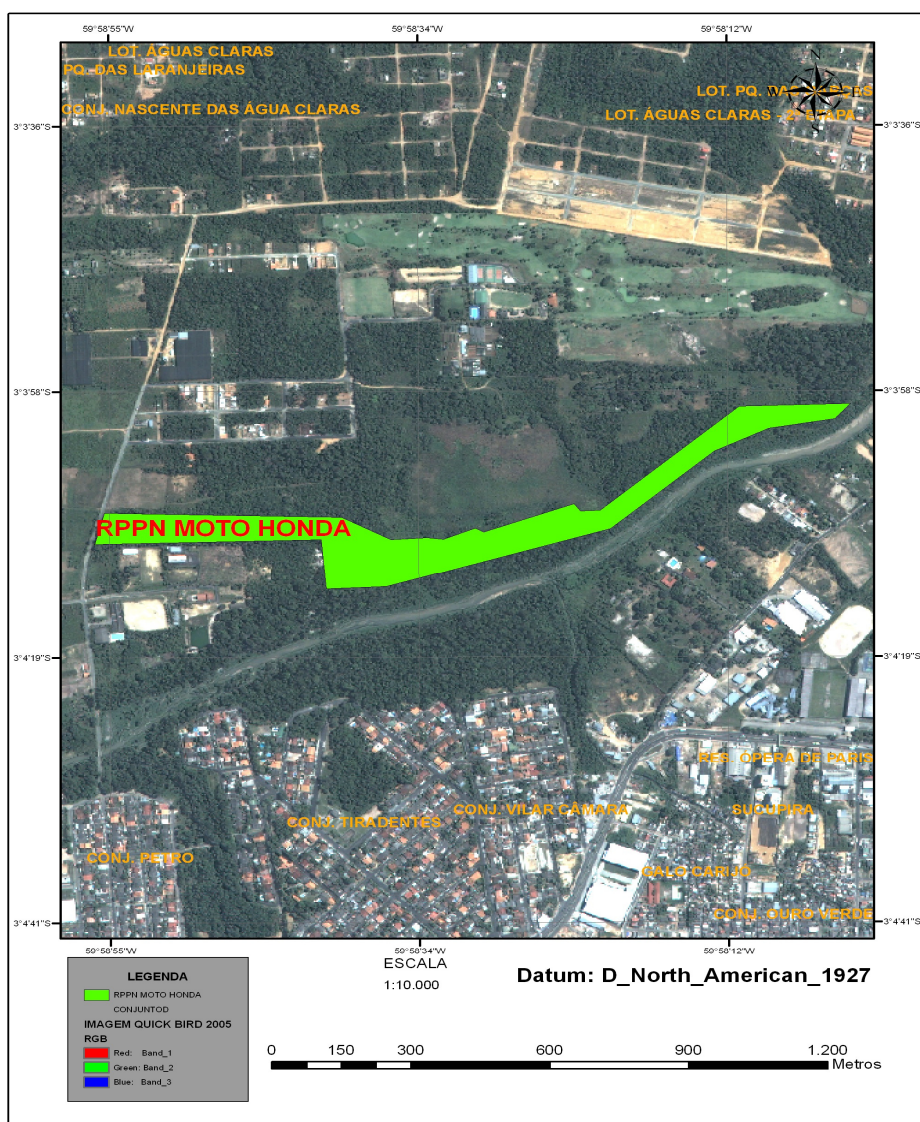


Figura 08: RPPN Moto Honda, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

Encontra-se inserida na área urbana de Manaus, zona norte da cidade próximo a Colônia Japonesa. Foi a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural registrada em nível municipal, atendendo a proposta da SEMMA para que a iniciativa privada dê sua contribuição para a preservação ambiental e também está inserida no Corredor Ecológico do Mindu.

3.2 O PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA

3.2.1: Histórico do Bairro Cidade Nova

Manaus crescia sem nenhuma perspectiva de acerto. Acredita-se que pensando nisso o então governador (José Lindoso), decidiu promover moradia à população de baixa renda.

Nascia, o maior aglomerado habitacional da América Latina (na época). O projeto inicial previa 15.000 casas, no entanto, foram entregues 1.800 casas na primeira etapa. A finalidade era atender a população oriunda do interior que atraída pelo Pólo Industrial chegavam à busca de emprego. Essa população estava criando um bairro à margem do rio Negro sem nenhuma estrutura urbanística. Não se imaginava que essa parte da Zona Norte fosse se tornar o maior bairro de Manaus. O bairro conta com a 5ª etapa construída do núcleo 21 a 24, o bairro continua sendo mais populoso de Manaus,

Da situação geográfica e social o bairro da Cidade Nova, esta localizado na convergência entre o Centro e a Zona Norte, o bairro é um dos que mais se valorizam na cidade, crescendo rapidamente e atraindo a classe alta, vinda de bairros nobres já saturados e a classe média alta emergente, vinda de bairros mais humildes. A vizinhança inclui, principalmente, os extensos quarteirões situados na extremidade oeste da Avenida Noel Nuteles (Fig. 09) localizado nas proximidades do bairro do Parque 10 de Novembro. Segundo dados da contagem populacional, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Em relação à primeira contagem realizada em 1996, o bairro cresceu 246%.

Atualmente segundo IBGE (2007), a Cidade Nova tem 286.289 habitantes, tornando-se assim o maior bairro de Manaus e da região norte brasileira. Apesar da contagem, estima-se que a população do bairro ultrapassa os 300.000 habitantes.



Figura 09: Av. Noel Nuteles, principal via da Cidade Nova que faz a conexão com a zona leste, centro sul, sul e oeste, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2006.

O bairro que mais avançou no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos últimos anos na cidade IBGE (2007). A Cidade Nova, ao contrário dos bairros da Zona Centro Sul, que possuem arranha-céus residenciais, possui, principalmente, prédios baixos com grandes varandas. É considerado um dos bairros mais seguros da cidade e sua infra-estrutura foi toda planejada para uma boa qualidade de vida. Nele, localizava-se a antiga bola do 8, que seria destruída com as obras de abertura da Avenida Max Teixeira. Entretanto, parte da Cidade Nova manteve a denominação de "Bola do Produtor", em referência ao antigo logradouro, Apesar disso, curiosamente, a Bola do Produtor não faz parte do bairro da Cidade Nova,

fazendo parte do bairro Jorge Teixeira, pois fica depois do conjunto Jardim Canaranas, divisa oficial dos dois bairros.

Foram incontáveis projetos de urbanização e ocupação da zona, todos completamente executados. A região sofreu várias intervenções, com o projeto "Parque Sumaúma", mantido até hoje.

Atualmente o Bairro da Cidade Nova possui uma área de 4.897 ha, está localizado a 4,2 Km, da rodovia AM-174, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Roraima. É um bairro novo comparando aos mais próximos do centro da cidade, que datam as primeiras ações de ocupações (IECAM, 2007). As primeiras ocupações do bairro datam de outubro de 1979.

Do ponto de vista organizacional do espaço da cidade de Manaus, esta o bairro classificada no antigo Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática (IMPLAN, 1996), da Prefeitura Municipal de Manaus – PMM/96, da Lei de Delimitação dos Bairros de Manaus, nº287/95.

Atualmente, a fim de continuar o projeto inicial de criação de um novo pólo de desenvolvimento em Manaus, pelo menos três grandes empreendimentos têm sido construídos no bairro: um novo shopping em Manaus (Shopping Jardim Primavera, projetado para a Copa de 2014) que tem data de início em 2009, um Centro de Convenções do Governo do Estado e um pólo de informações da Vivo (operadora de telecomunicações). O Governo tem feito muitos esforços no sentido de revitalizar a região, considerado hoje em dia um dos bairros de maior tráfego de veículos da capital. Também é na Cidade Nova que se localiza o IML de Manaus, inaugurada em 1984. O foco do estudo compõe a Zona Norte onde se localiza o bairro da cidade nova e onde se encontra o Parque Estadual Sumaúma objeto de estudo.

3.2.2 Contexto Histórico do O Parque Estadual Sumaúma

Localizado na zona norte no bairro da Cidade Nova, criado através do Decreto nº 23.721 de 5 de setembro de 2003 é a primeira Unidade de Conservação Urbana Estadual no município de Manaus Amazonas, tendo como gestor a Secretaria de Estado e Meio Ambiente - SDS. Possui uma área de 51 ha. Vale ressaltar que o anseio da comunidade local foi decisivo para sua criação. Destaca-se que a mobilização dos moradores do bairro da Cidade Nova I se articulava desde 2000. Este compreendia seguimentos ligados a comunidade científica e ativistas, ONGs, Instituições governamentais, partidos políticos que militavam para que essa área fosse oficializada, em área de conservação urbana pelo seu potencial biológico, numa tentativa de proteger uma das áreas verdes do bairro na cidade de Manaus (Figura 10).

Quanto a Gestão do Parque Estadual Sumaúma é gerida em conformidade com a legislação vigente, ou seja, através do art. 29 da Lei 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, possui um Conselho Consultivo presidido pelo órgão responsável que é a Secretaria Estadual do Ambiente – SDS e representantes das instituições públicas, ONG's e representantes das comunidades no seu entorno.

Em 2005, foram capacitados 50 Agentes Ambientais Voluntários, os mesmos exerciam algumas atividades relacionadas ao Parque em consonância com o IPAAM (órgão gestor na época), tais como; participação em reuniões, eventos e outros. Porém a falta de infra-estrutura interna no Parque, a ausência e morosidade do órgão gestor em resolver tal situação foi causa principal da desmotivação e esvaziamento da mobilização e atuação desses Agentes, que embora frustrados aguardam com pé-atrás a oportunidade para corroborar e assumir co-responsabilidades com a gestão do Parque.

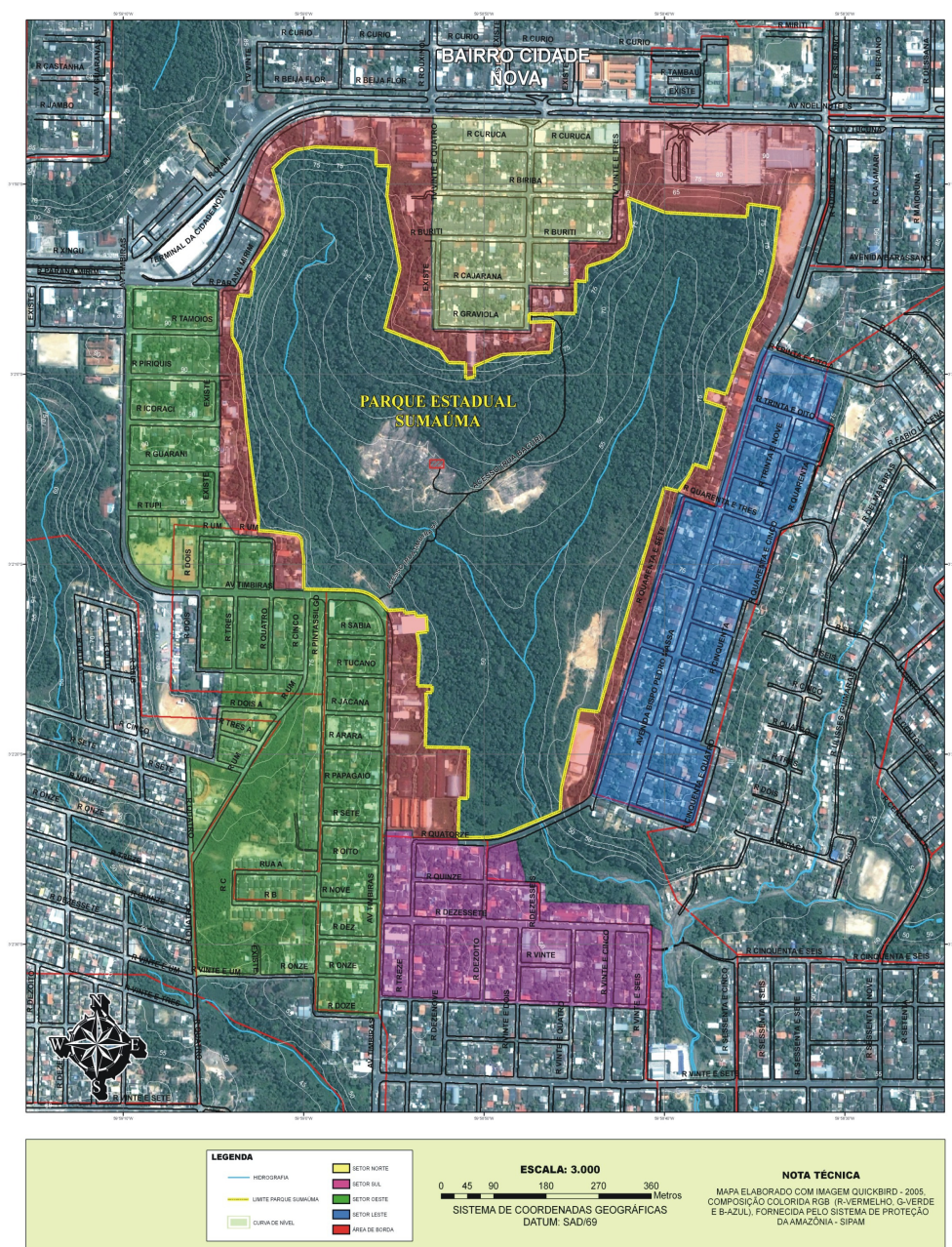


Figura 10: Mapa de setorização do Parque Estadual Sumaúma Manaus, Amazonas. Limites do parque; área verde claro setor norte, rosa setor sul, verde setor oeste, azul setor leste e vermelho borda do parque.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A caracterização biológica do Sumaúma, 70% de sua cobertura vegetal¹³ encontra-se conservada, com incidência de espécies pioneiras como lacre, apui, embaúbas¹⁴, murici¹⁵,

¹³ Professor Marcelo Gordo - UFAM

¹⁴ Nome comum a várias árvores da América, de cinco a 10m de altura, eretas, com ramos alternos pouco ramificados. — O tronco é cheio de cicatrizes, em que vivem formigas agressivas, do gênero *Azteca*. As folhas, verde-escuras, ásperas na face superior e esbranquiçadas na inferior, são digitadas, isto é, têm a forma de dedos. As flores são mínimas e agrupadas em espigas. Os frutos, comestíveis, constituem o alimento preferido das

buriti¹⁶, açai¹⁷. A área do Parque apresenta-se bastante íngreme, principalmente no setor norte, provavelmente resultante de movimentações de terra para a construção dos núcleos habitacionais do entorno, Gordo (2006). Inserido na micro-bacia do Mindu, contribui para a dinâmica hidrológica com a presença de duas nascentes em sua área interna, que em junção formam o igarapé Goiabinha. Linha azul claro (hidrografia, Figura, 10).

Terrenos elevados conhecidos como platôs demonstram que houve retirada de terras para a construção civil, há grande ocorrência de declives (ou vertentes), que apresentam solos argilo-arenosos, denominados argissolos. Ao longo dos igarapés, nos terrenos de baixio, encontram-se solos arenosos mal drenados, denominados plintossolos/gleissolos. Nos baixios dos terrenos e planos, ao sul do Parque o solo apresenta sedimentação de material carreado de outras partes do parque, podem ser observados os limites de borda do parque através das linhas pontilhadas (amarelas) e curva de nível (verde claro) (Figura, 11).

Constatou-se que as duas nascentes do Parque Sumaúma vêm sendo modificadas gradativamente pela ação do homem. Entre os danos causados pelo avanço da urbanização, o mais visível foi à poluição por esgoto doméstico e industrial no entorno. Esses derramamentos de esgoto sem tratamento nos córrego causam a perda da qualidade da água, há exemplo do aumento significativo “no pH, e redução dos níveis de oxigênio dissolvido na água”. Outro fato que chama a atenção é a grande quantidade de lixo depositado na borda no Parque principalmente nas localidades onde não há residências. Segundo moradores, o lixo

preguiças. Uma das espécies tem as folhas lisas na face superior e cobertas de uma pubescência branca na inferior: é por isso conhecida na Amazônia como *embaúba-branca*. O nome *embaúba* tem as variantes *imbaúba*, *umbauúba*, *ambauúba* e *imbaíba*. Dicionário da Língua Portuguesa HostiDime.

¹⁵ Nome dado a várias plantas da família das malpighiáceas, de cujo fruto comestível se faz refresco. Dicionário da Língua Portuguesa HostiDime.

¹⁶ Espécie de palmeira típica brasileira, de cujas folhas se extrai uma fibra que tem várias aplicações e cujo fruto, comestível, é rico em caroteno. Dicionário da Língua Portuguesa HostiDime.

¹⁷ Palmeira da Amazônia, de cujo fruto se faz refresco. / O fruto dessa palmeira. / Refresco de açai. Dicionário da Língua Portuguesa HostiDime.

depositado no parque é levado por sujeitos de outras localidades. Por outro lado, foi observado que moradores do entorno também jogam lixo na borda do parque.

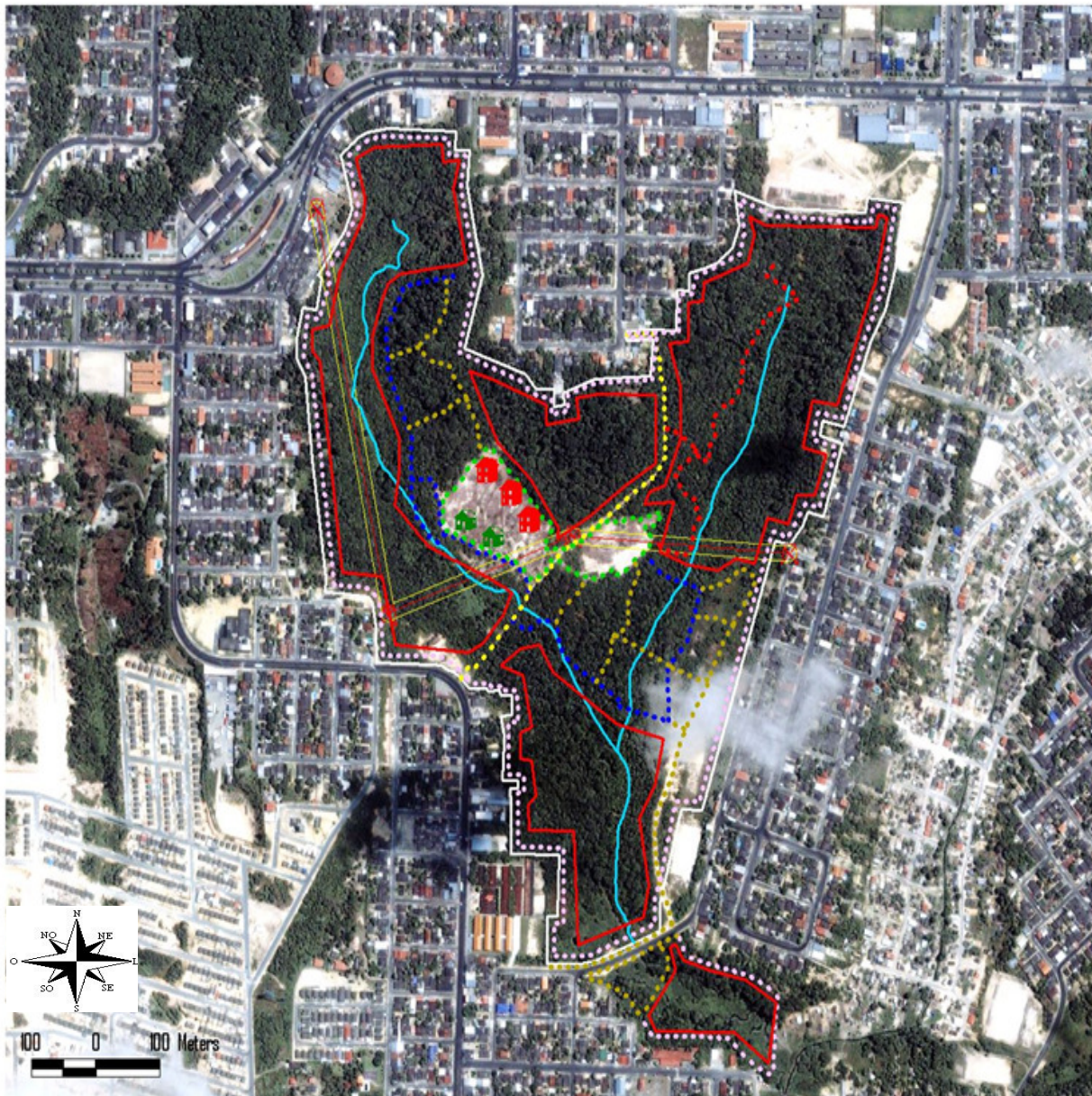


Figura 11. As duas nascentes estão localizadas ao norte do Parque, uma ao lado direito do T-3 (terminal de ônibus da Cidade Nova), vindo no sentido centro bairro e, a outra por traz do hiper DB, formando 2 córregos (linha azul), que ao se encontrarem formam igarapé do goiabinha mencionado anteriormente. As linhas pontilhadas de amarelo são acessos ao parque.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

Foi observado que atualmente a vegetação que predomina no Parque assemelha-se a uma floresta Ombrófila Aberta, em função de desmatamentos antigos e retirada seletiva de

madeira, como consequência forma uma cobertura predominantemente de florestas secundárias (capoeiras) em diversos estágios de sucessão (GORDO, 2008).

A composição da flora apresenta-se espécies pioneiras e de vegetação secundárias em grande abundância (Figura 12).

Destaca-se a importância que a vegetação representa para a manutenção da qualidade do ambiente local e o urbano. A ampliação, recuperação de matas ciliares, ampliação e ordenamento da arborização no parque, proteção da área de alta vulnerabilidade e restrição do parcelamento e da ocupação na área florestada limítrofe à área do parque, hoje, é complicada dada à aceleração da ocupação desordenada da população. Há grande preocupação no que tange o fragmento florestal e às nascentes dos cursos d'água, principalmente com relação a construção da Avenida das Torres, que, uma vez concluída inferirá em 30% da perda da biodiversidade do parque.



Figura 12: Vegetação do Parque Estadual Sumaúma, Manaus, Amazonas.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

Segundo relato de um morador, antes da área ser instituída como um Parque ecológico, este era palco de disputa dos invasores, “eles invadiam e derrubavam as árvores nativas, retiravam as madeiras para a construção de casas e até mesmo de barco” (José Ribamar, morador da borda do Parque). Segundo ele, essa prática hoje não existe mais, porém ainda falta ação pública que possa agir através das políticas públicas ambientais para conservar ambientes que ainda mantêm suas características naturais, como é o caso do Parque Sumaúma na Cidade Nova.

Atualmente, a infra-estrutura do Parque conta com o Centro de Visitantes, o qual serve como prédio de apoio administrativo/pedagógico, principalmente em atividades de educação ambiental, biológica e reuniões comunitárias (Figura 13); trilhas de barro; via asfaltada de acesso ao centro e demais áreas, sendo esta a principal entrada para visitas ao Parque Estadual Sumaúma; placas externas demarcando a área do parque e internas definindo velocidade dos automóveis, silêncio e cuidados com os animais; estacionamento e sinalizações pertinentes; viveiro inaugurado dia 5 de setembro, ato solene alusivo aos cinco anos de existência do Parque, (Figura 14 a,b). Ressalta-se que neste dia, a secretária da SDS, entregou o Plano de Manejo do Parque ao Sr. Tobias representante da comunidade do entorno do Sumaúma.

Não se pode deixar de citar algumas ações públicas tomadas na tentativa de buscar conexão entre a população e as UCs (Figura 14). Essas atividades muitas vezes tornam-se pontuais e isoladas do contexto, não havendo continuidade e, portanto, acabam não atingindo seus objetivos. A falta de comprometimento com a melhoria da qualidade de vida da população e com a ética ambiental por parte dos governantes vem se configurando, ao longo dos tempos, como o principal fator para desmotivação e descrédito da sociedade. Os interesses pessoais movidos pela vaidade partidária, aliados aos interesses político-eleitorais e econômicos, na grande maioria se sobrepõem ao interesse público.



Figura 13: Prédio de apoio administrativo e pedagógico (chamado de chapéu de palha) no Parque Estadual Sumaúma, Manaus, Amazonas.

Fonte. Guimarães Ma. Suely, 05 de setembro de 2008.



Figura 14. A, e B Viveiro de mudas destinado a revegetação do Parque Estadual Sumaúma, visitado pelas autoridades, alunos e comunitários no dia de sua inauguração

Fonte. Guimarães Ma. Suely, 05 de setembro de 2008.

3.2.3 Aspectos socioeconômicos da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma

A população da Área de Borda do Parque, compreende aproximadamente 108 domicílios¹⁸, cujos respectivos terrenos fazem limites com o Parque Estadual Sumaúma. Ao sudoeste do Parque existe somente uma área de aproximadamente 300m da rua 27, que não é

¹⁸ Relatório Final – diagnóstico Socioeconômico Parque Estadual Sumaúma – Fonte: SDS 2007.

habitada em sua borda. Além dos domicílios residenciais na borda do Parque há também a presença de 3 igrejas católicas e 2 evangélicas e 5 escolas, sendo 3 de ensino médio e 2 ensino fundamental; dentre elas, somente uma é particular. Mas se considerar as demais escolas do entorno, soma-se 11 escolas.

Foram entrevistados 73 homens e 42 mulheres (Figura 15). Tal fato deu-se, principalmente, pelo fato das entrevistas com os residentes terem sido agendadas com antecedência para os fins de semana ou à noite, horário acessível à participação masculina. É interessante destacar uma maior receptividade masculina. Porém houve determinadas entrevistas que foram necessárias reagendar por várias vezes por se tratar de pessoas que têm uma jornada de trabalho muito intensa. Tal foi o caso dos gestores das sete escolas que foram entrevistados; da mesma forma deu-se com os mentores responsáveis pela iniciativa de criação do Parque, mas que foram elementos chaves para a pesquisa.

Procurou-se externalizar alguns dos aspectos subjetivos do comportamento humano e as nuances no universo conceitual dos sujeitos entrevistados sobre os fatos do cotidiano e sobre as interações dos sujeitos com as questões ambientais em dado momento temporal, mesmo refletindo algumas indefinições e contradições quando se trata de temas tão abrangentes e complexos como este.

Para isso, fez-se necessário uma preparação prévia e específica envolvendo desde o planejamento das fases da pesquisa (elaboração dos instrumentos e cronograma de aplicação), identificação dos perfis dos atores sociais envolvidos, contato com as lideranças sociais, administrativas e políticas e, finalmente, a preparação do entrevistador/pesquisador.

Dentre as vantagens e desvantagens observadas quanto às entrevistas, apontam-se como vantagens: possibilidade de corrigir distorções de interpretações sobre as perguntas dos questionários; não desperdício de materiais (questionários) e, no entanto, uma maior otimização dos custos; garantias de alcance do público alvo no objeto da pesquisa.

Destaca-se ainda a importância da presença do pesquisador/investigador em todas as fases da pesquisa, principalmente, quando se trata da abordagem fenomenológica. Em síntese, pode-se afirmar que pelo método adotado, no contexto individual, conseguiu-se expressar de forma sistêmica os fenômenos estudados.

Constatou-se que 50% dos entrevistados advêm do médio Amazonas, 33% do alto Amazonas e 17% do baixo Amazonas (Tabela 01).

Tabela 01: Procedência de moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma por municípios do Amazonas. N=115

MUNICÍPIO	TOTAL
Apuí	01
Benjamin Constant	01
Boca do Acre	02
Carauari	01
Castanho	02
Coari	02
Codajás	02
Eirunepé	03
Fonte Boa	02
Itacoatiara	02
Juruá	02
Manacapuru	01
Manaus	81
Manicoré	01
Parintins	05
Presidente Figueiredo	02
Rio Purus	02
Tefé	03
TOTAL	115

Os migrantes possuem traços marcantes de seus locais de origem, transformados em *habitus* do seu cotidiano, preservando costumes de seus ancestrais, que sempre são comentados. “*Gosto de ajudar as pessoas, como fazia meus avós quando eram vivos, vou à igreja, sou devoto de Nossa Senhora do Carmo, tenho um dom especial que Deus me deu e com ele ajudo as pessoas que me procuram, rezo para curar pessoas, pego desmentidura*” (Guilherme 62, oriundo de Parintins morador do entorno do Parque Estadual Sumaúma).

O fato que chama atenção com relação ao fluxo migratório ou mobilidade das famílias para a Capital é alegação dos moradores quanto à falta de políticas públicas acerca de infraestrutura de serviços básicos, apresentando problemas que vão desde a questão habitacional, com o crescimento de favelas, a ocupação de igarapés até a falta de saneamento básico, dentre outros para os Municípios, essa ausência de políticas para o setor traduz o modo como os governos municipais tratam à população. Por outro lado, essa migração traz consigo sérios problemas para a área urbana, tais como, (ocupação irregular, prostituição, desemprego, aumento de menor nas ruas, dentre outros), que de certa forma não está preparada para receber o enorme contingente de migrantes.

Para Santos (1996), o migrante é considerado como a pessoa que vive fora do lugar onde nasceu. No Brasil, cada vez mais as pessoas mudam de lugar ao longo de sua existência. Sustenta o autor que a migração não representa uma opção, mas uma imposição provocada pelo fato de que o jogo do mercado não encontra nenhum contrapeso nos direitos dos cidadãos e também pela inacessibilidade de bens e serviços essenciais. Da forma como Santos analisa, essa mobilidade humana é percebida nas cidades da Amazônia. Do mesmo modo, afirma Oliveira, essas populações migrantes mergulhadas no pretérito refletem o presente, mas que são concebidas perante lente científica como um rico patrimônio da cultura cabocla, ainda que sejam “invisíveis” aos olhos da própria população amazônica. Oliveira (2007) assinala que:

Há baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; há pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; há a predominância de atividades caracterizadas como rurais. Nas pequenas cidades amazônicas, a natureza é importante. Porém, muito mais do que pelo fatalismo de uma vida governada pela determinação da natureza,

há a cultura amazônica que se estrutura como lógica e como razão, mas também como sonho, esperança e resistência. (ibid)

As ações deveriam buscar as condições da urbanidade, o que significa articular as políticas públicas, “visando remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só como funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar das pessoas” (OLIVEIRA, 2007). No entanto, o Estado deveria ser visualizado como um sistema em fluxo permanente, inteiramente diferenciado, sobre o qual também pudesse repercutir diferentemente os princípios, as normas, as filosofias e valores, bem como, as próprias necessidades e condições da população local. Mas esse processo ainda se encontra em construção pausado e pendente de ações mais verdadeiras. Enquanto isso na cidade, os moradores do entorno trazem na memória recordação de um passado recente.

Um morador comenta que: *“Lá onde hoje é o parque tinha um igarapé, eu e minha família íamos aos domingos se banhar, cavávamos a areia pra ficar mais fundo o Igarapé e agente olhava a areia bem branquinha no fundo, hoje sequer dá pra perceber que ali tem igarapé”* (Maurício, morador do entorno do Parque, 48).

Bourdieu (1989) expressa que o entendimento de como as “disposições adquiridas” (*habitus*) no processo de socialização vão se transformando em ações e comportamentos observáveis (explícitos) dos sujeitos.

A população da borda e do entorno Parque Estadual Sumaúma apresenta a distribuição etária em percentual físico que se segue (Tabela 02). Pela leitura dos dados apresentados na pesquisa, conclui-se que a população é composta por jovens, tendo em sua maioria entre 21 a 30 anos de idade correspondendo a 31,5% do universo dos entrevistados,

seguido de 16% com idade entre 10 a 20 anos, a população na faixa etária entre 30 a 40 anos é 14,5%, enquanto que o número de crianças residentes entre 0 e 10 anos de idade é de 13,5%, e de 41 a 50 é de (12 %), e de 51 a 60 é de (10,5%), e de 2% o número de idosos na faixa etária entre 61 a 70 anos.

Tabela 02: Faixa etária dos moradores do entorno e borda do Parque Estadual Sumaúma. N= 115

Faixa Etária	Área de Borda
0 a 10 anos	13,5%
10 a 20 anos	16%
21 a 30 anos	31,5%
31 a 40 anos	14,5%
41 a 50 anos	12%
51 a 60 anos	10,5%
61 a 70 anos	2%

De forma geral houve pouca variação entre as faixas etárias em quase todas as seqüências, a maior variação constatou-se na faixa etária entre 21 e 30 anos de idade, representando 31% e 2% entre 61 a 70 anos, do total população da borda. Esse resultado consolida o que já citamos acima, a maioria da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma é formada por jovens. Por outro lado, apresenta um percentual baixo de idosos.

Foi observado que 92% das crianças com idade de 10 anos estão freqüentando a escola, e os jovens com idade superior a 14 anos estão cursando o ensino médio, os de 20 anos terminaram o ensino médio. Essas seqüências apresentam conhecimento acerca preservação por terem envolvimento com atividades de sensibilização ambiental, dentre as escolas destaca-se a Senador João Bosco, que mantém relação mais estreita com o Parque. Quanto à seqüência entre 21 a 30 anos, esses jovens atualmente estão fazendo faculdade e outros já concluíram.

Quanto à renda familiar as questões respondidas pelos informantes constantes no apêndice “a”, todos responderam a questão sobre esse item.

A Figura 16 mostra que 24,78% das famílias da área de borda e entorno, do Parque Estadual Sumaúma, recebe média R\$830,00 a R\$1.660,00. Seguida de um percentual 18, % que recebem entre R\$1.660,0 a 2.075,00. E 10,04% dos entrevistados têm renda mensal de R\$2.075,00 a R\$2.490,00 e, 16% com renda mensal de R\$2.490,00 a R\$3.320,00. Em seguida, 15% dos entrevistados apresentam renda mensal de R\$415,00 a R\$830,00. Entre as classes de renda média, apresenta os menores índices percentuais, os quais atingem a 7,82%, renda de R\$4.150,00 e 5,4% com renda mensal de R\$5.395,00 ou superior.

Esta variável possibilitou avaliar o perfil socioeconômico, pois a ela estão diretamente relacionados aquisição de bens, ao poder de acesso escolas particulares, cursos preparatórios, livros e diversos outros meios facilitadores do ingresso nas Universidades Públicas, espaço cada vez mais competitivo. O referido contexto também sugere, em consonância com os resultados do perfil sócio-econômico, o poder aquisitivo desses indivíduos, visto que quem ganha mais tem condições de sair para outros lugares em busca de lazer. Por outro lado quem ganha menos procura as opções da comunidade, isso se atribui ao baixo índice de moradores que conhecem o Parque.

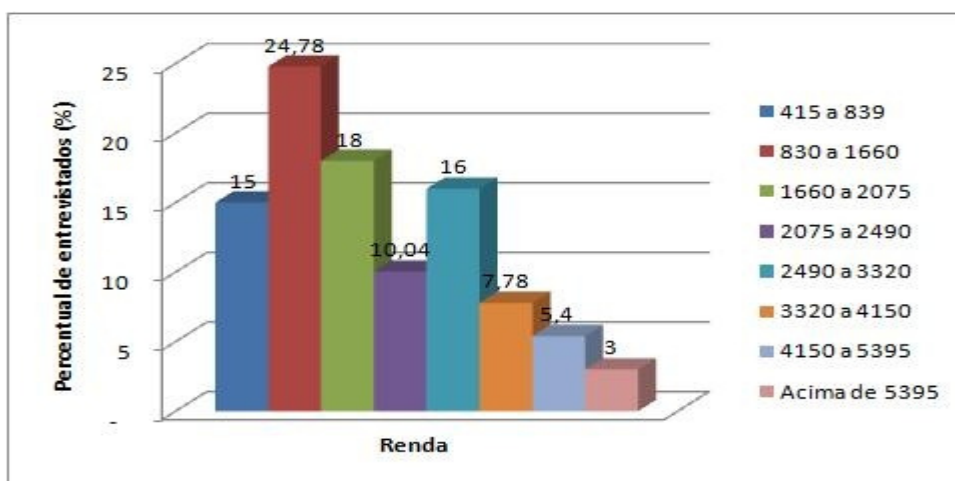


Figura 16: Renda familiar (R\$/mês) dos moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

As condições habitacionais – localização geográfica, tipo de construção, tipo de propriedade, número de cômodos, dentre outros, são determinadas condições de vida

intimamente relacionadas com o estado nutricional (VASCONCELOS, 2002). Os tipos de habitações no entorno da unidade de conservação – UC's, são praticamente em sua totalidade construções em alvenaria, (Figura 17).

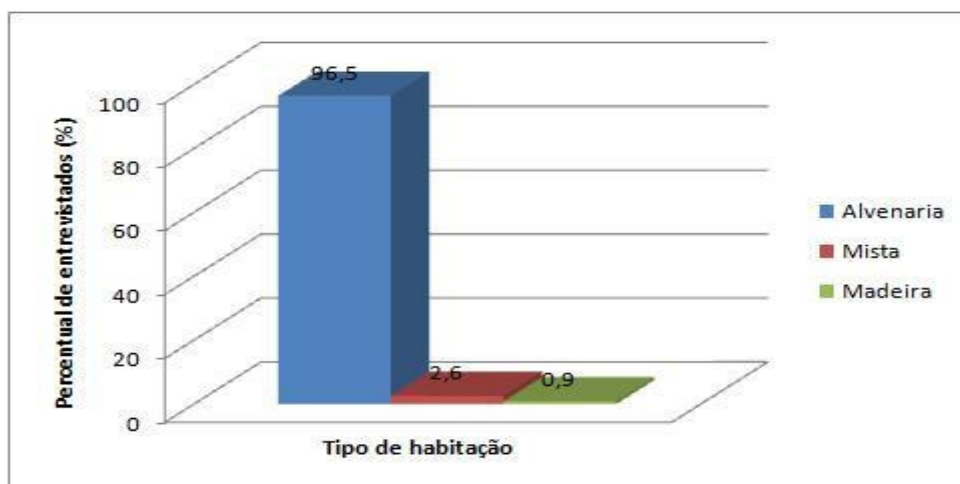


Figura 17: Tipos de habitações dos moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

No período de 1982 até 1990 foi construído o conjunto Cidade Nova, que ampliou a expansão da cidade para a Zona Norte e inaugurou nova fase na construção de unidades habitacionais populares em Manaus, pelo número de moradias e por concentrar no seu entorno outros projetos habitacionais. Com relação aos dados acima, não houve surpresa quanto aos tipos de habitações. Há uma predominância à modalidade de habitação em alvenaria (96,5 %), no entorno e borda do Parque Estadual Sumaúma.

. Quanto à divisória das moradias, estas não seguem um padrão, a menor é dividida, em quatro cômodos que são: sala, quarto, cozinha e banheiro, no entanto, a maioria das residências é composta de garagens, dois a três quartos, sala de visitas/estar, sala de jantar, copa/cozinha e 2/3 banheiros, 100% desses banheiros são internos e os externos servem para a área de lazer. As moradias são constituídas por habitações alinhadas em ruas e quadras com numeração seqüenciada. Em alguns casos, como na borda no parque, existem mais de uma habitação construída, assim como ocupação irregular (Figura 18). A pesquisa verificou que o que se questiona em relação às ocupações construídas à margem de intervenções públicas é

que as mesmas são feitas de maneira (des) ordenadas, sem qualquer planejamento, ou seja, são feitas aleatoriamente causando desmatamento que, por conseguinte, prejudicam a natureza.



Figura 18. Moradia irregular, Rua 47, Zona Leste da borda do Parque Estadual Sumauma-2009

Foto: Guimarães, M.S.S.S.

As populações menos favorecidas almejam um horizonte mais amplo e se alimentam de sonhos e esperanças como o justo acesso à moradia com qualidade. No entanto, “perseguirão o atendimento do Estado na luta pela moradia mais imediata”, imersos num cotidiano que não podem escapar ou romper, declara RODRIGUES (2006).

Outro fator abordado no estudo é a condição das moradias observou-se que na borda do Parque Estadual Sumaúma, 92,5% das residências são próprias e estruturadas em alvenaria, 5,5% são alugadas para fins residenciais e comerciais e 2 % das residências são cedidas para fins de moradia. Ressalta-se que na Borda no Parque, principalmente na Zona

Leste e parte da Zona Norte, foi evidenciada várias construções irregulares, como mostra a figura 18. A condição de ocupação no entorno do Parque, não se diferencia da borda. Sendo 87,2% dos moradores residem em casa própria, seguido de 11% que residem em casas alugadas e 1,8% moram em residências cedidas. Embora 89,85% são residências próprias. A ação do Estado na construção de moradias populares, apesar do crescimento do número de unidades oferecidas nos anos noventa, não consegue atender a demanda no mercado de trabalho e que preenche as condições exigidas pelo sistema de financiamento da casa própria Oliveira (2007). Essa falta de moradia é um dos reflexos da paisagem da borda do Parque Estadual Sumauma.

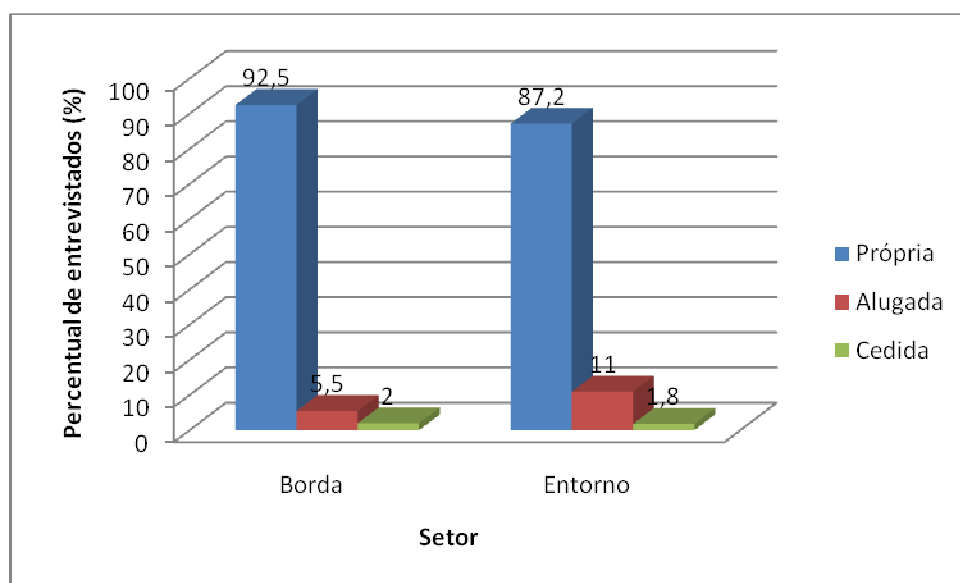


Figura 19: Condição da moradia dos moradores do entorno e borda do Parque Sumauma. N= 115

A ocupação no entorno do parque, deu-se dez anos após a implantação da Zona Franca de Manaus, enquanto que a ocupação da borda foi mais recente. A maioria dos moradores são os primeiros habitantes da localidade, (Figura 19).

Quanto ao tempo de ocupação das moradias no entorno e na borda do Parque Estadual Sumauma, a Tabela 03 mostra que 70% moram na localidade de 16 a 28 anos, 26% moram de 6 a 15 anos e 4% moram de 1 a 7 anos. Se fizermos a relação entre o tempo de ocupação das

moradias com o resultado da pesquisa e o processo de expansão do espaço urbano de Manaus, veremos que os 70% se deu concomitantemente com a implantação do Distrito Industrial. Enquanto que as demais moradias apresentam ocupação mais recente (pós Z.F). Nesse sentido a produção de cada fragmento do espaço da Cidade Nova está relacionada aos diferentes contextos da história econômica da cidade, assim a expansão do espaço urbano da cidade de Manaus está associada a história econômica do Estado do Amazonas. (Tabela 03).

Tabela. 03: Tempo de ocupação de moradia no entorno do Parque Estadual Sumaúma. N=115

Tempo de residência	Frequência de entrevistados (%)
De 1 a 7 anos	4%
De 8 a 15 anos	26%
De 16 a 28 anos	70%

A maioria dos moradores chegou à Cidade Nova muito jovem. Um deles relata que, ao chegarem, o bairro não tinha a infra-estrutura de hoje, mas por outro lado, o lugar era muito bom pra se viver comenta o morador *“o clima era mais agradável, tudo era tranquilo. Ao amanhecer, ouvia-se o cantarolar de várias espécies de aves, dava gosto acordar bem cedo, o local era uma espécie de rural e urbano”*, (Sabóia, 65).

A dificuldade era, segundo os moradores, o desafio de se chegar até o bairro, pois não havia asfalto entre a Torquato Tapajós e a entrada da Cidade Nova, ou seja, todo o Max Teixeira era só piçarra. A situação ficava mais complicada quando chegava o inverno, vivia-se duas situações; no inverno enfrentava-se a lama e no verão a poeira, não havia outra opção para chegar a Cidade Nova, a não ser pela Torquato. Os moradores residentes mais recentes, não enfrentaram a poeira nem a lama, porém desfrutaram pouco da beleza natural do Bairro. No entanto eles demonstraram ter apego pelo local e não querem pensar em ir para outro bairro.

Nota-se que ao *“longo do processo de desenvolvimento urbano, algumas formas desaparecem, outras se transformam e/ou são recuperadas passando a ter novos conteúdos,*

embora não percam algumas das características pretéritas”. O autor sinaliza que a análise de Manaus de hoje só é possível com a compreensão clara de como suas formas pretéritas se refletem nas formas presentes. Identificar os projetos implementados na cidade e as transformações e permanência ocorrida são desafios que nos possibilitam entender a espacialidade da cidade (Oliveira 2003, p 179).

Outro dado relevante é o fato de 89,82% dos residentes terem casa própria. Este é um fator importante e determinante para a preservação do Parque a partir de sua relação com o ambiente.

A população do entorno do Parque Estadual Sumaúma é formada por comunidades normalmente ligadas às igrejas católicas e evangélicas, instituições estudantis, agremiações esportivas, associações de moradores, associações comerciais e demais segmentos distribuída ordenadamente (Figura 20).

O CONCLAME teve atuação efetiva frente à questão do Parque Estadual Sumaúma até meados de 2004. Neste momento a organização social da comunidade local sofre uma ruptura de conduta, marcada pelo entendimento, por parte das lideranças locais, da ineficiência do CONCLAME como instrumento institucional de organização e atuação política.

O Instituto Ecológico e Comunitário do Amazonas – IECAM, criado por lideranças comunitárias para suprir demandas reprimidas do CONCLAME, que teve como objetivo resolver problemas associado ao Parque Estadual Sumaúma, mesmo sendo sabedores que o gerenciamento do Parque é executado por órgão estadual (SDS) composto por conselho gestor formado por representantes de organizações locais. Constata-se que 98,5% dos entrevistados têm participação ativa no processo social, o que significa uma busca de identidade do local

com aquelas comunidades no sentido da coletividade, do plano do vivido, imprimindo no espaço suas características inquietantes.

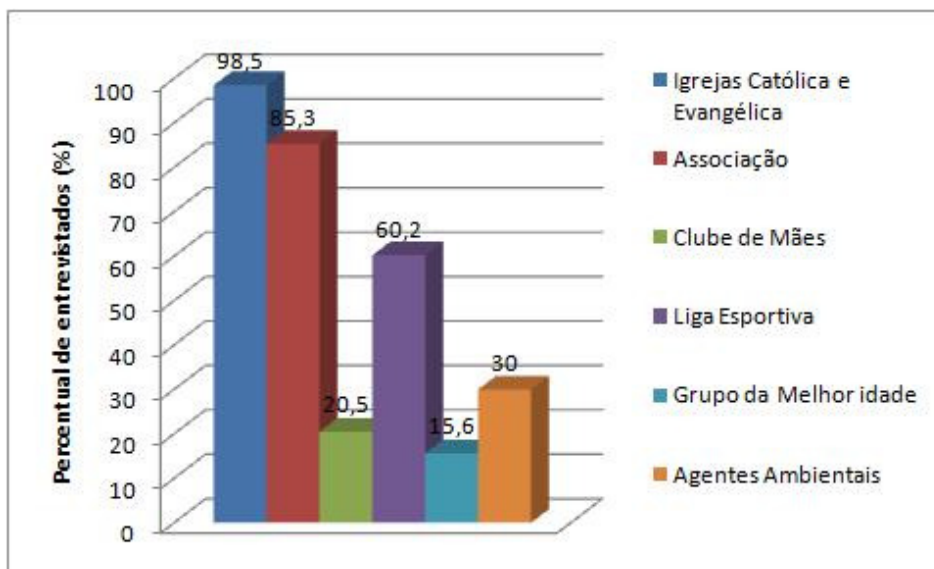


Figura 20. Participação social dos moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

O abastecimento de água da população da borda da UC revela que 69 % utilizam água canalizada através do serviço público. Esse percentual é mais elevado no entorno do parque atingindo 76% que utilizam água canalizada. Seguido de 26,5% da borda e 22% do entorno utilizam água canalizada de poço próprio, os demais; 4,5% e 2% de poço público (Figura 21).

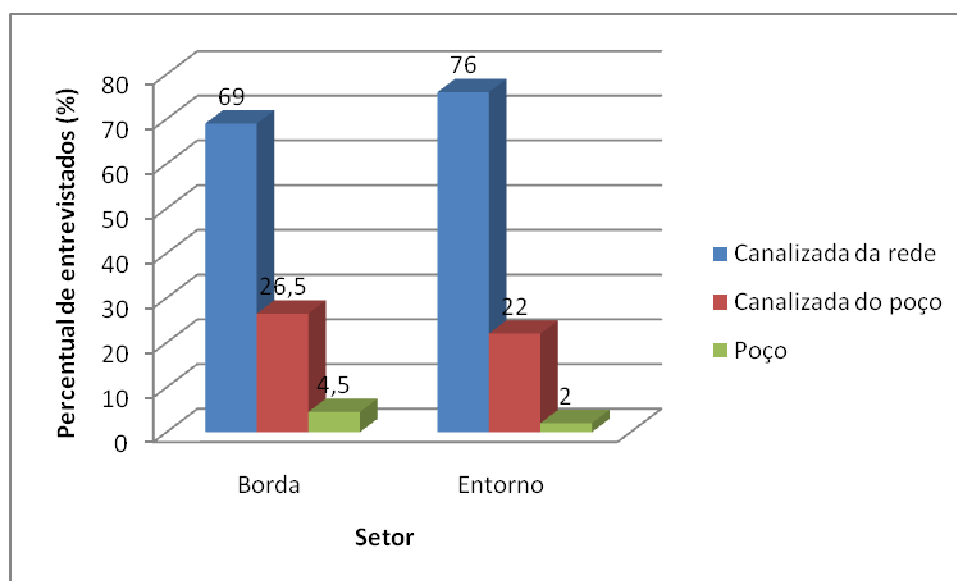


Figura 21: Abastecimento de Água dos moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

A população mundial passou por um processo acelerado de urbanização no século XX. O crescimento das cidades tem se dado, de maneira geral, da forma mais desordenada possível, causando uma série de impactos ao ambiente. Esses impactos trazem vários prejuízos ao ambiente urbano e aos próprios habitantes da cidade.

Uma outra consequência do crescimento urbano desordenado é a poluição atmosférica não só em função da maior densidade populacional, mas, também, porque a cidade de Manaus comporta maior concentração de atividades industriais. Manaus está localizada numa região próxima ao centro da bacia Amazônica, cujo abastecimento de água é realizado pelas águas do Amazonas, sendo efetuado por captação da drenagem superficial do rio Negro e por poços tubulares (SILVA, 2009).

Em relação a esses índices, o abastecimento de água na área do entorno da UC, pode-se afirmar que é satisfatório. Mesmo com os serviços de manutenção precária, principalmente na Borda do Parque Estadual Sumaúma, o governo municipal instalou poços artesianos para suprir à falta d'água nessa área. Os poços não suprem à demanda local por isso os moradores abrem poços em suas residências. Foi identificado de acordo com os entrevistados que a água não recebe nenhum tratamento. Isso desencadeia em uma série de complicações principalmente nas crianças menores de 10 anos, pois as mesmas são infestadas de doenças causadas pela água (Tabela 04).

Tabela 04: Doenças causadas por falta de saneamento, listadas pelos residentes do entorno do Parque Estadual Sumaúma. N=115

Doença	Agente causador	Forma de contágio
Amebíase ou disenteria amebiana	Protozoário <i>Entamoeba histolytica</i>	Ingestão de água ou alimentos contaminados por cistos
Ascaridíase ou lombriga	Nematóide <i>Ascaris lumbricoides</i>	Ingestão de água ou alimentos contaminados por ovos
Disenteria bacilar	Bactéria <i>Shigella</i> sp.	Ingestão de água, leite e alimentos contaminados.
Febre amarela	Vírus <i>Flavivirus</i> sp.	Picada do mosquito <i>Aedes aegypti</i>
Febre paratifóide	Bactérias <i>Salmonella paratyphi</i> , <i>S. schottmuelleri</i> e <i>S. hirshjedi</i>	Ingestão de água e alimentos contaminados, e moscas também podem transmitir.
Hepatite A	Vírus da Hepatite A	Ingestão de alimentos contaminados, contato fecal-oral
Malária	Protozoário <i>Plasmodium</i> ssp.	Picada da fêmea do mosquito <i>Anopheles</i> SP
Poliomielite	Vírus <i>Enterovirus</i>	Contato fecal-oral, falta de higiene.
Salmonelose	Bactéria <i>Salmonella</i> sp.	Animais domésticos ou silvestres infectados

Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br>, adaptada pela autora.

Durante as entrevistas referentes ao questionário socioeconômico, duas questões foram pertinente ao tema transporte. Primeiramente procurou-se saber o número de usuários do transporte público e em segundo buscou-se o número de moradores não usuários do transporte público do entorno do Parque Estadual Sumaúma (Tabela 05).

Tabela 05: Números de usuários do Transporte público do entorno do Parque Estadual Sumaúma. N=115

Amostragem	Setor Norte	Setor Sul	Setor Leste	Setor Oeste	Total
Usuário de transporte público	53,2%	51,%	50,5%	66%	55,2%
Não usuários	46,8%	49,%	49,5%	34%	44,8%

Observa-se a tabela acima que há uma expressiva dependência da população em relação ao serviço de transporte público. Apesar do bairro da Cidade Nova, em particular a região que compreende o Norte da área pesquisada, ter um Pronto Atendimento ao Cidadão – PAC e privados bem desenvolvido, a grande distância em relação ao centro da cidade e outros bairros importantes de Manaus faz com que o transporte público seja essencial para a mobilização dessa população. Alguns moradores ressaltam que antes do crescimento do

entorno do bairro, o serviço de transporte público era mais satisfatório, *“possuía uma rota indo direto para o centro da cidade e quando voltava era da mesma forma, pegava o ônibus lá na Praça da Matriz e vinha direto para o bairro da Cidade Nova”* (José Silva, 52).

Ressalta-se que o bairro da Cidade Nova, tem uma malha viária medianamente desenvolvida, e no setor norte do Parque Estadual Sumaúma, desde 1998 está localizado o terminal de ônibus T3, reformado em 2002. Atualmente esse terminal recebe 45 linhas; entre elas estão às alimentadoras¹⁹ e as chamadas troncais²⁰. Nessa área pode-se contar como opção os executivos atendem uma parcela desses usuários de transporte público.

Quanto à coleta de lixo na área do entorno do Parque Estadual Sumaúma, foi comprovada a eficácia desse serviço. Fato evidenciado pelos moradores residentes na área da pesquisa, através das entrevistas no questionário socioeconômico aos 115 domicílios que têm seu lixo coletado diariamente pelo serviço público de limpeza.

Porém com relação ao serviço de esgoto, como bem observa a jovem estudante, *“a água da chuva desce para o interior do Parque, e além de assorear os córregos, deixa os quintais das residências cheios de valas e águas empoçadas causando uma série de problemas de saúde”* (Giovanna, 19).

O serviço de saúde da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma, é atendida no setor sul, Rua 17, Pronto Socorro Municipal “Balbina Mestrinho”, o posto de saúde tem em sua estrutura 13 leitos, diariamente são realizados em média 800 atendimentos, normalmente na área de clínica médica tais como; obstetrícia, pediatria, dermatologia, odontologia, vacinas, dentre outros inerentes a clínica médica. Atualmente foi inaugurado o SPA Danilo Corrêa – Avenida Noel Nutels, s/n, Cidade Nova 1, Maternidade da Cidade Nova

¹⁹ Linhas de ônibus *alimentadoras*: são aquelas que ligam os bairros aos terminais de integração. Ex. uma linha de ônibus que perpassa pelo T3 Cidade Nova linha nº 419 em seguida conduzirá um usuário até o T5 no bairro de São José, Decreto 8297/2006.

²⁰ Linhas de ônibus chamadas *troncais*: são aquelas que ligam os terminais de integração ao centro da cidade, utilizando para isso os corredores viários, Decreto 8297/2006.

– Rua Camapuã, s/n, Cidade Nova 2, Caic Avenida Noel Nutels, s/n, Cidade Nova 1 no entorno do Parque. Ressalta-se que não houve reclamação dos entrevistados do entorno do Parque Estadual Sumaúma com relação à assistência a saúde pública. Pelo contrário eles enfatizaram que são bem servidos e que os agentes das casas de saúde passam com frequência em suas residências.

O atendimento ao serviço público na área da educação é satisfatório, destaca-se a estrutura de provimento do serviço da educação. 7 escolas públicas, em funcionamento pleno, sendo que 3 fazem limites com a área de estudo. Dessas sete escolas somente em uma não foi realizada visita, pois, não conseguimos contato com o gestor. Quanto às visitas, dois aspectos foram analisados, primeiramente conhecer a estrutura das escolas (Tabela 06) e o segundo foi medir o grau de envolvimento dos docentes e discentes com relação o Parque Estadual Sumaúma.

Das Escolas visitadas, as que têm envolvimento estreito com o Parque são: Escola Estadual Sen. João Bosco Ramos de Lima, Escola Estadual Dom João de Souza Lima e Escola Estadual Professora Sebastiana Braga. A primeira desenvolve vários trabalhos com os alunos de ensino médio na área de educação ambiental, história, geografia, biologia e arte.

Pode-se constatar que a maior parte da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma tem o ensino fundamental completo 47,2%, seguida do ensino médio com 40,5%. E graduação completa atinge 2,3% não atingindo índice percentual de 3% do total, segundo dados apresentados acima, este deverá em breve sofrer alterações, haja vista 6,8% das pessoas da área de entorno e da borda do Parque Estadual Sumaúma cursam ensino superior.

Tabela 06. Relação das Escolas do Entorno do Parque estadual Sumaúma. N=115
Fonte. Pesquisa de Campo jul/07 a jul/08.

Nome	Data Fundação	Modalidade do Ensino	Alunos Matriculados	Nº de Docentes	Nº Sala de Aula	Frequência
Escola. Estadual Professora Sebastiana Braga	2001	Médio	1394	46	11	Matutino Vespertino e Noturno
Escola Estadual Dom João de Souza Lima	1985	Do 1º ao 9º cículo, médio e EJA	2058	80	24	Matutino Vespertino e Noturno
Centro Municipal de Educ. Infantil Mário Jorge Couto Lopes	1997	Maternal e Fundamental	520	22	10	Matutino e Vespertino
Esc. Est.Desembarg. André Vidal de Araújo	1981	Fundamental, médio e EJA	1600	46	12	Matutino Vespertino e Noturno
Esc. Estadual Hilda Tribuzy	1982	Alfabetização, Fundamental, médio e EJA	2600	70	33	Matutino Vespertino e Noturno
Esc. Est. Profa Ruth Prestes Gonçalves (Aldeia do conhecimento)	2003	Do 6º ao 9º ano e médio	2464	110	24	Matutino Vespertino e Noturno
Esc. Est. Senador João Bosco Ramos de Lima	1981	Médio	1680	47	12	Matutino Vespertino e Noturno

Através do estudo socioeconômico foi possível traçar o perfil da população, sendo essencial identificar a real situação dessa parcela da sociedade para então buscar soluções cabíveis a tais problemas. Percebe-se através do resultado encontrado nos dez itens, que a população da borda e entorno do Parque encontra-se no contexto social apropriado em relação a maioria das demais comunidades das UC's estudadas, visto que a maior parte das famílias tem atendimento à educação, saúde, moradia, transporte dentre outros serviços públicos. (Figura 22).

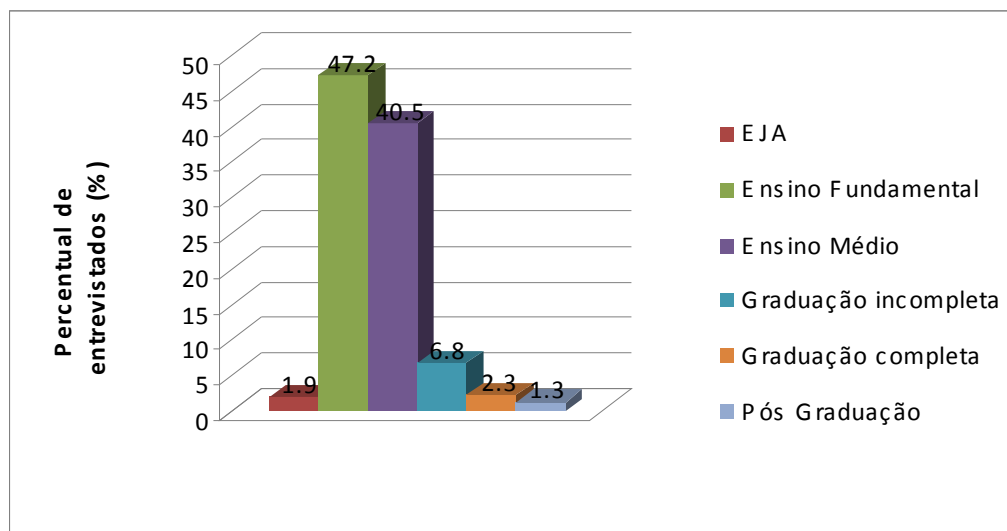


Figura 22: Total de pessoas estudantes por níveis de ensino dos moradores do entorno e borda a do Parque Sumaúma. N= 115

3.3.4 Percepção Ambiental dos Moradores

No entorno do Parque Estadual Sumaúma, os impactos ambientais são fortemente perceptíveis. A observação é identificada devido à deficitária efetivação das Políticas Públicas, além de que muitos dos sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o Parque estão descompromissados com a real necessidade para que esta UC's se torne uma área de manutenção da diversidade deste ambiente urbano.

A pesquisa socioambiental se preocupou em levantar informações a respeito da percepção da população de entorno com relação a temas associados ao Parque Estadual Sumaúma. Para isso, foram estruturadas algumas questões pertinentes ao Parque Estadual Sumaúma, conforme consta no apêndice (a). Nessa etapa do estudo, procurou-se avaliar o saber local através de perguntas e respostas abertas, sendo semi-estruturadas e, outras fechadas (estruturadas) em números de opções que variavam de acordo com o conteúdo das informações desejadas (Figura 23). Os dados coletados pelo estudo foram organizados e apresentados de forma a acatar o conteúdo temático das questões e propiciar maior número de informação e a riqueza do saber local.

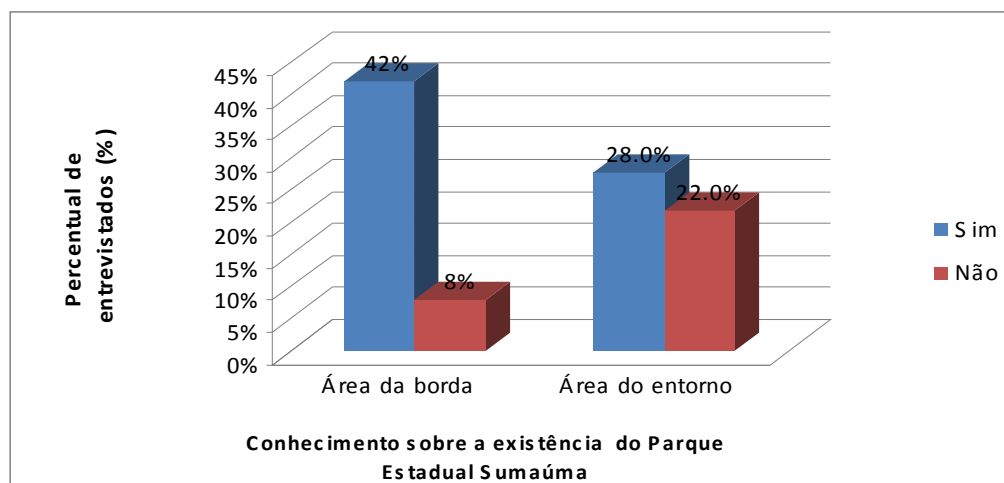


Figura 23: Conhecimento dos moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

Em se tratando de conhecimento dos moradores do entorno e da borda, acerca do Parque Estadual Sumaúma, as respostas acima indicam a falta de informação principalmente pela população do entorno, onde se obteve que 42% da área de Borda conhecem o Parque, e 8% desconhecem que àquela área verde seja um Parque. Seguida de 28% da população do entorno que conhecem o Parque de várias formas; uns dizem que conhecem porque adentraram, outros conhecem pela TV, jornais dentre outros. No entanto, 22% dos moradores da borda seguido de 8% dos moradores residentes no entorno desconhecem o parque. Logo as medidas adotadas não são suficientes para o alcance de um resultado eficaz, levando em consideração as informações obtidas pelos moradores do entorno do Parque. Alguns aspectos observados contribuem para a situação atual, merecendo, portanto, atenção em alguns fatores que poderiam colaborar para a reversão do quadro atual. Tais como, colocar em prática o Plano de Gestão que foi entregue a comunidade no dia 5 de setembro do ano em curso, quando do aniversário de 5 anos de criação do Parque Estadual Sumaúma; a implementação da revisão do Plano de Manejo; a permanência do gestor do parque no local e a opinião dos moradores da localidade.

No entanto, a figura a seguir mostra um entendimento inverso (Figura 24), o resultado das seis opções de respostas das quais 12% do universo dos entrevistados não respondeu ou não sabe o que representa uma Unidade de Conservação, enquanto que 88% fizeram sua opção por uma ou mais das respostas às quais representam uma UC. Um entrevistado foi enfático em sua concepção, uma unidade de conservação representa um oásis dentro da cidade, pelos benefícios que proporciona à oxigenação e purificação do ar; a vegetação densa contribui para a estabilidade do clima; contribui para a qualidade de vida representando uma opção de lazer para a população. Além de “*oferecer um laboratório vivo para os estudantes e pesquisadores*” (Terezinha, Escola Estadual Dom João de Souza Lima).

Entende-se que a população em geral não é obrigada a possuir conhecimento técnico e científico, todavia, as respostas acima selecionadas demonstram o caráter superficial com qual o entendimento popular se apresenta sobre as unidades de conservação. Observa-se que a UC atinge em parte seu objetivo perante os moradores da localidade.

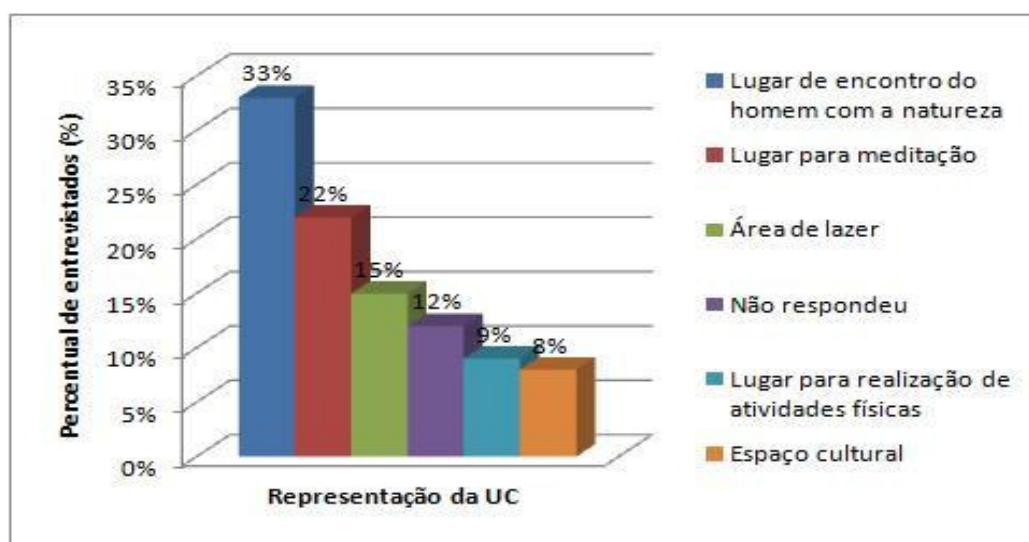


Figura 24: O que representa para você uma Unidade de Conservação para os moradores do entorno e borda do Parque Sumaúma. N= 115

Quanto ao conhecimento no aspecto físico da estrutura do Parque Estadual Sumaúma.

Perguntado: *Você conhece a estrutura do parque?* O objetivo da referida questão era

identificar se a população do entorno tem o *habitus* de freqüentar ao Parque Estadual Sumaúma, (Figura 25).

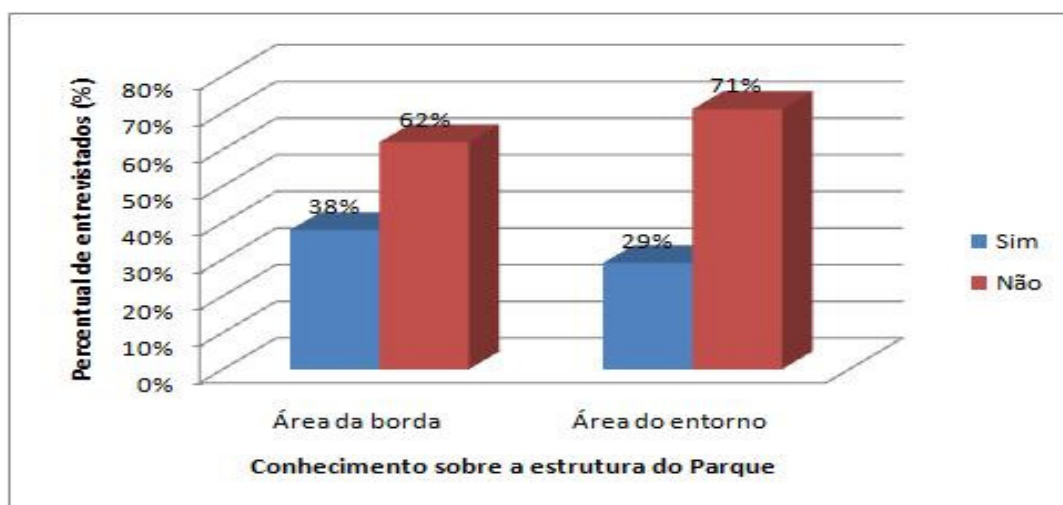


Figura 25: Conhecimento dos moradores sobre a estrutura do Parque Estadual Sumaúma. N= 115

Constatou-se que o grau de conhecimento acerca da estrutura (prédio de visitantes e de apoio administrativo e pedagógico, viveiro de mudas, placas, prédio onde irá funcionar a biblioteca e o laboratório, trilhas, estacionamento) do Parque Estadual Sumaúma, entre os moradores dos dois setores, área de Borda apresenta 38% em relação aos moradores do entorno 31%. Caracterizando esse resultado, que na área de Borda, os moradores têm um conhecimento maior sobre a estrutura com 7% a mais que os moradores que residem no entorno da UC. Embora a falta de conhecimento acerca da estrutura do Parque Estadual Sumaúma dos dois setores (borda e entorno), não terem sido elevada, procurou-se avaliar através da fala dos moradores, o grau de conhecimento sobre dois aspectos; primeiro o fator “conhecer” associado a freqüentar, visitar ou adentrar ao Parque Estadual Sumaúma. O segundo fator é “conhecer” associado à existência do Parque. Isto foi constatado a partir de um cruzamento de dados entre as duas questões especificamente para os entrevistados da localidade.

Nesse sentido a proximidade do Parque Estadual Sumaúma, transforma a percepção do fator “conhecer” na relação dos moradores de Área de Borda com o mesmo, presente muito mais do que no caso dos moradores do setor de Entorno. Embora a questão tenha sido aplicada de modo apenas a propiciar respostas fechadas (sim ou não), muito dos moradores do entorno, declarou que só conhecem o Parque Estadual Sumaúma pelo nome, por “ouvir falar” ou “de vista”. Outras só tiveram conhecimento que aquela área verde se tratava de um parque após afixação das placas de aviso colocadas pelo IPAAM no local, e ultimamente em algumas reportagens em jornal e TV, assim como houve casos em que se estava tendo conhecimento a partir da entrevista da pesquisa.

Dos 115 entrevistados, 38% afirmam que já adentraram ao Parque e relacionam a existência de uma área recreativa da prefeitura na Área de Borda, com um campo de futebol e bancos para repouso na Rua 47. Ali estão afixadas algumas placas informativas do IPAAM e acaba confundindo parte da população que utiliza o espaço recreativo administrado pela prefeitura municipal pensando que ele faz parte do Parque Estadual Sumaúma. A área de Borda apresentou maior grau de informação dos moradores a respeito da estrutura. Mas vale ressaltar 36% moradores entrevistados da Borda vêem o Parque simplesmente como uma mata que serve de depósito de lixo, onde acumula insetos, ratos, cobras dentre outros (D. Iolanda, 47) moradora da rua 47, Borda do Parque.

A seguir esse quadro apresenta-se invertido, pois quando perguntado ao universo dos entrevistados se concordavam que o Ser Humano também fazia parte do Ambiente: 93% dos entrevistados citam que o homem faz parte do meio ambiente (Figura 26).

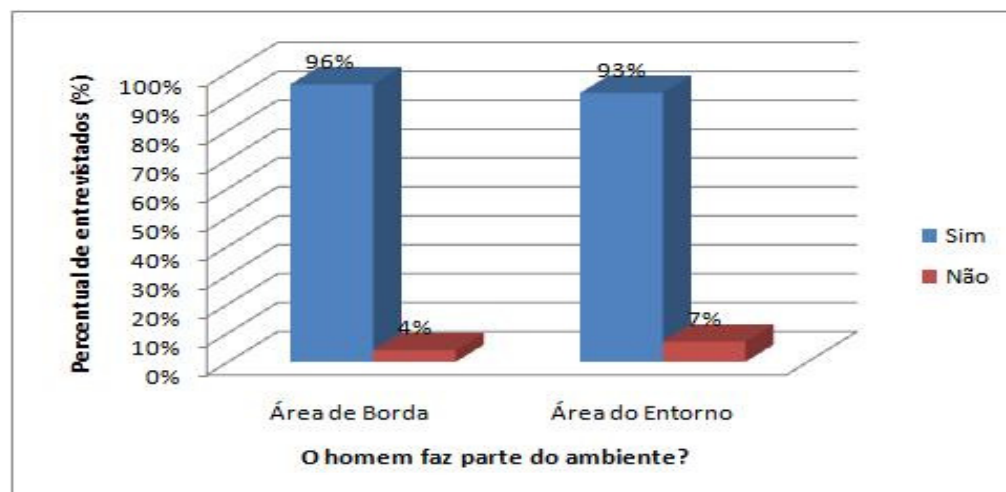


Figura 26: O homem faz parte do ambiente? N= 115

A maioria dos entrevistados, além de concordarem com inclusão do ser humano como parte integrante do ambiente, demonstraram uma relação mais estreita com a natureza, é o caso dos moradores dos setores Sul e Norte da borda do Parque estadual Sumaúma, aqui representada por um morador que relata. *“Mas a população tradicional é mais sabia que nós, porque ela se preocupa em preservar e sempre esteve mais próxima da natureza, respeitando-a”* (Tobias. 62. Fig.27). Somente (5,5%) responderam que o homem não faz parte do meio ambiente. *“Nunca a temática ambiental foi tão discutida e também nunca se ouviu falar tanto em desmatamento, mas vejo-o cada dia jovens mais sensíveis aos problemas ambientais, programas, projetos, leis, discursos, pesquisas dentre outros, voltados para a questão ambiental estiveram tão ventilados nos últimos anos. No entanto contradiz o que vem ocorrendo com o Ambiente, pois o mesmo continua sendo desrespeitado e os problemas ambientais aumentam a cada dia no mundo todo”* (Ivoneide, 49. moradora do setor Norte da Borda).

Moscovici (1978) estabeleceu que a estrutura das representações sociais se configura ao longo de três dimensões: da informação, do campo de representação e da ação ou atitude. A informação se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social (p. 66).



Fig. 27: Tobias, morador da borda setor sul do Parque Estadual Sumaúma.
Foto: Guimarães, M.S.S.S

Contudo, não se pode subestimar o saber tradicional dentre os entrevistados, um residente da borda do Parque Estadual Sumaúma, foi enfático ao dizer que “*o homem é o único ser racional, mas no contexto ambiental ele se torna o mais irracional de todos os animais, mata para satisfazer a fome e o bicho homem por ambição ou satisfação pessoal*”. (João de Deus morador do setor Norte da Borda do Parque Estadual Sumaúma).

O resultado a seguir tem como as variáveis representadas pelas letras O (Ótima), B (Boa) e R (Regular). Dos 115 moradores entrevistados no Entorno e da Borda do Parque Estadual Sumaúma, 74% afirmam que têm uma ótima relação com a natureza; 21% dizem ter (boa) relação, seguido de 20% que foram enfáticos em dizer que sua relação é regular com a natureza. Avaliando esse panorama percebe-se que há certa coerência nas resposta dos moradores. Essa dinâmica vem se configurando de forma tímida, mas há um indicativo de sensibilidade acerca da preservação.

Dos entrevistados, 72% dizem ter uma “relação ótima com a natureza”, 18% têm uma boa relação e apenas 10% reconhecem que sua relação é regular. Um morador é enfático ao dizer que. *Se essa pergunta fosse feita a “mãe natureza”, sabe-se que a resposta seria outra, talvez ela respondesse que somente a minoria tivesse uma ótima relação com a natureza.* Dessa forma, diante da dinâmica social não nos interessa julgar os resultados, e sim como ocorre essa prática. Todavia, tal questionamento não se dá em descrever o relacionamento desses atores, mas como isso se configura na contemporaneidade. (Tabela 07).

Tabela 7: Opinião dos moradores sobre a relação Homem/Natureza. N= 115

Sequência	Ótima	Boa	Regular
Área de Borda	22%	8%	22%
Área do Entorno	25%	10%	13%
Total	47%	18%	35%

A pesar de 47% dos entrevistados terem afirmado que mantêm uma ótima relação com a natureza, um morador do entorno Parque, foi enfático ao desabafar que, a maioria da população local perdeu o vínculo com suas origens. Esse desabafo retrata o mal-estar existente na relação Homem-Natureza, No entanto a ação do homem moderno segundo Roja (1996) é um tanto questionável, à medida que ninguém perde sua referência, mas sim mascarado de tal forma pelo uso e manipulação de idéias em busca de conquistas do poder das classes dominantes.

Por outro lado à relação com o ambiente é evidenciada a partir do conhecimento que os moradores têm sobre as espécies vegetais e animais da mata, bem como, pelos indicadores naturais observados ao longo dos anos. Segundo os moradores, nos últimos anos as árvores têm crescido mais e também é percebida uma tímida mudança na qualidade da água das duas nascentes no interior do Parque. Destaca-se que a partir da presença da cerca construída em

2005, houve uma redução de invasores no local. Os moradores destacam que o ambiente fica mais arejado pela presença das árvores e as plantas estarem mais viçosas pela presença de flores.

Os dados mostram o grau de desconhecimento dos moradores do Parque Estadual Sumaúma, referente ao Plano de Manejo, a falta de informação é fator presente no entorno da UC. 58% da população local desconhecem o Plano de Manejo, somente 42% têm conhecimento do que seja um documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da unidade de conservação, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação da estrutura física necessária à gestão da unidade, ainda é pouco pulverizada. A comunidade ainda não incorporou que ela também é responsável pela preservação do ambiente. (Figura 28).

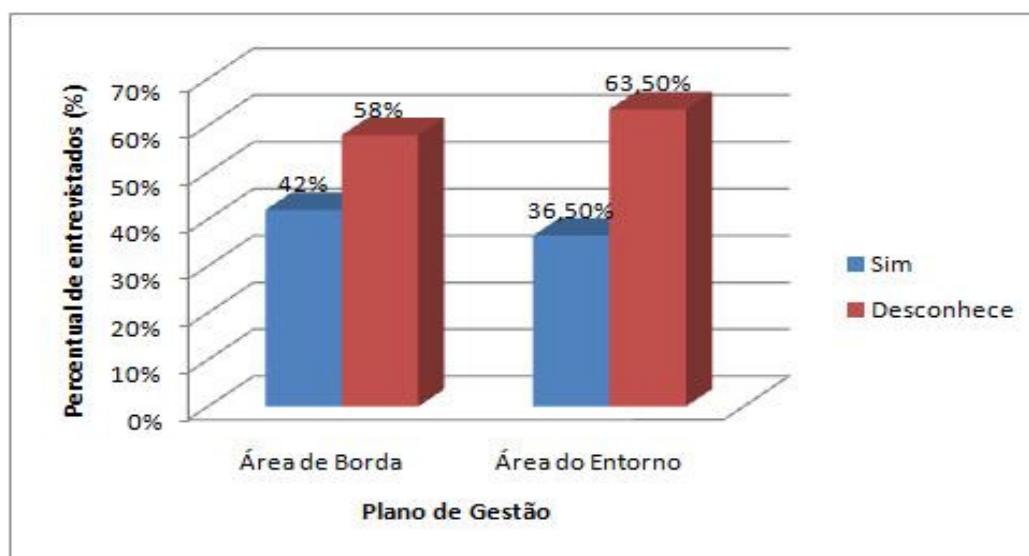


Figura 28: Conhecimento do Plano de Gestão para a consolidação do Parque Estadual Sumaúma. N= 115

Em geral para os 42% dos moradores do Parque Estadual Sumaúma informou ter conhecimento do Plano de Gestão, da importância dele para manutenção da UC. Dado importante, no entanto, quando perguntado se eles haviam participado da elaboração do Plano de Gestão, esses foram categóricos em responder que não, somente uma minoria respondeu que havia participado. “Após a inauguração do parque, o órgão gestor na época (IPAAM)

mandou fazerem medição da área juntamente com alguns membros da comunidade”, (Sr. Francisco, morador da Borda do Parque Estadual Sumaúma), mas até o momento eles não sabem se o plano de gestão²¹ foi elaborado ou não. Conforme o analista ambiental Agenor “*a falta de informação deixa o homem sem conhecimento, a margem da ignorância*”. Isso retrata que até pouco tempo a questão das políticas públicas tão em voga nos dias atuais não era de interesse dos sujeitos comuns.

Os 58% desconhecem o Plano de Manejo e nem imaginam o que vem a ser. Esse percentual demonstra a falta de informação e interesse dos moradores pela administração pública. Por outro lado a de se considerar que os órgãos gestores responsáveis por essas unidades de conservação também deixam a desejar uma vez que não conseguem aproximar-se da comunidade local para estabelecerem uma parceria de execução dos trabalhos.

Quanto às espécies frutíferas é comum observar mais de uma espécie em um mesmo local, característica encontrada em ambientes bastante diversificados como: mamão banana, açaí, buriti, ingá e outras. Essas árvores frutíferas são encontradas nas quintas das residências que adentram ao Parque Estadual Sumaúma. Porém é comum encontrá-las também no interior do Parque; uma diversidade bem maior de árvores frutíferas, muitas são nativas e outras são plantadas pelos moradores, as mesmas servem de alimentos para a fauna e por outro lado, atrativo para os invasores adentrarem ao Parque, segundo os moradores. (Tabela 08).

Animais existentes no Parque Estadual Sumaúma, são citados pelos moradores, isto evidencia em parte a relação de conhecimento que os moradores tem com a fauna do Parque Estadual Sumaúma. A maioria desses animais aparecem próximo às residências em busca de alimentos e de refugio. Segundo os moradores, as espécies como a Bicho-preguiça (*Bradypus*

²¹ O plano de Gestão responderá aos mesmos requisitos legais e características técnicas que o documento descrito como Plano de Manejo na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no seu artigo 2º, inciso XVII.

tridatylus), a cutia (*Dasyprocta aguti*) a paca (*Agouti paca*) e o Camaleão (*Chamaeleo chamaeleon*) são encontradas com mais frequência nos quintais das residências que fazem limites com o Parque.

Tabela 08: Espécies de árvores frutíferas existente no interior do Parque Estadual Sumaúma. N= 115.

Família	Espécie	Nome comum
Arecaceae	<i>Euterpe oleracea</i>	Açaí
Arecaceae	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba
Musaceae	<i>Musa paradisiaca</i>	Bananeira
Arecaceae	<i>Mauritia flexuosa</i>	Buriti
Malvaceae	<i>Theobroma cacao</i>	Cacau
Fabaceae	<i>Inga edulis</i>	Ingá
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	Jenipapo
Passifloraceae	<i>Passiflora</i> spp.	Maracujá do Mato
Arecaceae	<i>Jessenia batava</i>	Patauá
Sapindaceae	<i>Talisia esculenta</i>	Pitombeira
Caryocaraceae	<i>Caryocar villosum</i>	Piquiá
Arecaceae	<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha
Anacardiaceae	<i>Spondias lutea</i>	Taperebá
Arecaceae	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Tucumã
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i>	Urucum

É possível perceber a preocupação dos moradores quando se trata da exploração dos recursos naturais, assim como, a preocupação pela caça desses animais por pessoas que vêm de outras localidades, Esse fato é uma das maiores inquietações dos moradores locais, pois o Parque Estadual Sumaúma têm somente dois (2) vigias que fazem “rondas” em uma área de 51ha; torna-se impossível dar conta dos vândalos no local. (Tabela 09).

Tabela 09: Espécies de animais existentes no Parque Estadual Sumaúma.
N= 115

Nome popular	Nome Científico	Família
Mamíferos		
Bicho-preguiça	<i>Bradypus tridactylus</i>	Bradypodidae
Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>	Dasyproctidae
Mucura	<i>Didelphis marsupialis</i>	Didelphidae
Paca	<i>Agouti paca</i>	Agoutidae
Quati	<i>Nasua nasua</i>	Procyonidae
Sauim de coleira	<i>Saguinus Bicolor</i>	Cebidae
Tatu	<i>Priodontes giganteus</i>	Dasypodidae
Répteis		
Camaleão	<i>Chamaeleo chamaeleon</i>	Chamaeleonidae
Jacaré	<i>Caiman trigonatus</i>	
Jararaca	<i>Bothrops atrox</i>	Viperidae
Sucuriçu		
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>	Pelomedusidae
Aves		
Arara	<i>Ara ararauna</i>	Psittacidae
Beija Flor	<i>Glaucis dohrnii</i>	Trochilidae
Curica	<i>Graydidascalus brachyurus</i>	Psittacidae
Curió	<i>Oryzoborus angolensis</i>	Emberizidae
Japiim	<i>Cacicus haemorrhous</i>	Icteridae
Pica-Pau	<i>Celeus flavescens</i>	Picidae
Sabiá	<i>Turdus rufiventris</i>	Muscicapidae
Sanhaço	<i>Thraupis sayaca</i>	Thraupidae
Tucano	<i>Ramphastos toco</i>	Ramphastidae

A Participação Pública na Gestão Ambiental nesta última fase da pesquisa procurou-se saber da opinião pública sobre o nível de comprometimento que a parcela da sociedade local entrevistada tem sobre a proteção ambiental e a gestão compartilhada entre Governo e Sociedade.

Em entrevista sobre em quem está a responsabilidade de proteger o Ambiente ou Meio Ambiente: (26%) disseram que está nos cidadãos; (24%), alegaram que a responsabilidade está nos governos; (21%) responderam que isso é competência dos órgãos ambientais; (15%) que isso era coisa para os ambientalistas; (14%) responderam que está nos políticos. Porém no geral os entrevistados reconhecem sua responsabilidade frente ao Ambiente. E são enfáticos

em dizer que é costume transferir ou delegar suas responsabilidades para outras instâncias e/ou outras instituições (Figura 29).

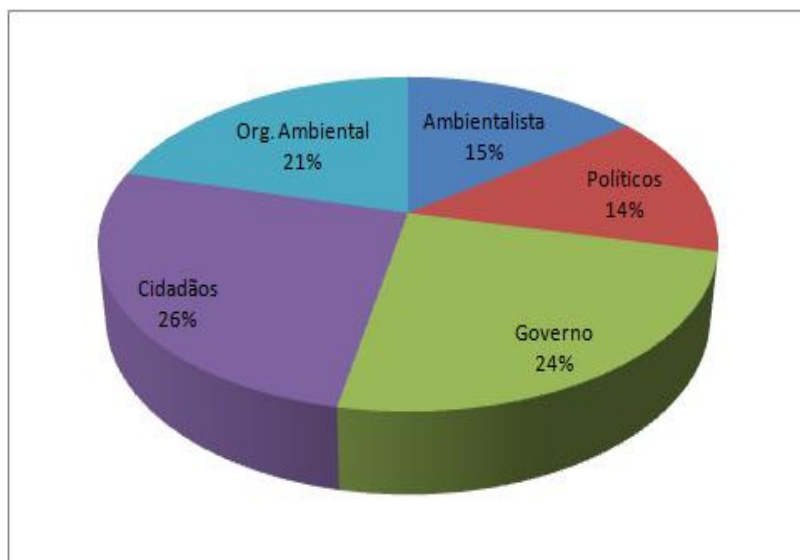


Figura 29: A quem é atribuída a responsabilidade para proteger o Ambiente?
N= 115

Na figura abaixo se observa que uma parte da população do entorno do Parque Estadual Sumaúma, leva a sério a questão ambiental, haja vista que eles por iniciativa própria resolveram fazer reflorestamento em uma área que antes era utilizada como campo de futebol, e atualmente entre esse canteiro há uma pista para a comunidade fazer caminhada. (Fig.30)



Figura 30: Reflorestamento executado por moradores do entorno, área noroeste do Parque Estadual Sumaúma, jun/2008.

Foto: Guimarães S.S.S.M.

De acordo com as figuras abaixo; 31-C, julho/07, 30-D maio/08) e 30-E. Registra-se aparente mudança na qualidade da água, que pode ser avaliada por análise química. No entanto, registra-se também em que pese a crescente luta pela conservação do Parque, ainda há quem continue depositando lixo no entorno. Há conflito entre a ausência de educação ambiental e a ação ambiental de moradores comprometidos com a preservação, fruto de um trabalho de sensibilização positiva. registra



Figura 31: C – visão parcial do encontro das duas nascentes do parque Sumaúma (jul/2007). D – (mai/2008) e E (15 de ago/2008).

Foto: Guimarães, M.S.S.S

Com dados socioeconômicos dos residentes do entorno do Parque Estadual Sumaúma obteve-se o resultado que os moradores têm acesso à moradia construída em alvenaria. A condição de habitação representa a “dimensão do poder, e o seu planejamento implica a tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada em uma especialidade hierarquizada, determinando o modo como e por quem o espaço será ocupado” (OLIVEIRA, 2007). Essa hierarquia é clara, pois, dentre as áreas estudadas, a distância que separa os moradores das oito localidades não está só na temporalidade, mas sim no poder aquisitivo.

Os seres humanos, como organismos biológicos e sociedades equipadas com determinadas bagagens culturais, possuem um comportamento e um instrumental para transformar o meio ambiente de forma qualitativamente diferente dos outros seres vivos. Mas para que haja um equilíbrio é necessário que o homem queira utilizar racionalmente o meio ambiente ou pelo menos minimizar danos irreversíveis, incorporando a visão de mundo como

nosso lar comum e, a partir daí, criar um planeta sustentável para nossas crianças e para as futuras gerações, o que é uma tarefa para todos nós. (CAPRA, 2005).

Para Foladori (2001) o conhecimento e o respeito que cada ser deve ter, podem-se chegar ao consenso de possibilidade de convivência tolerante entre o que o homem precisa e o que a natureza pode dar.

A análise socioambiental obtida na pesquisa confirma que, os residentes do entorno do Parque Estadual Sumaúma, embora medianamente, estão conscientes da necessidade do seu relacionamento direto com a preservação dos recursos naturais, percebendo que a saúde deles e de seus familiares está estritamente relacionada com o equilíbrio do ecossistema da região.

Com o crescimento acelerado da cidade de Manaus, novos espaços vão surgindo o que deixa essa identidade um tanto quanto exacerbada. Com isso a realidade urbana e sua problemática fragmentam-se indefinidamente entre a prática e a teoria em representações esparsas tal como, o “meio ambiente” (LEFEBVRE, 1999). Porém no Parque Sumaúma, apesar de ter impacto do crescimento em seu entorno essa identidade ainda não foi corrompida.

A falta de um programa que envolva a participação ativa de entidades públicas e privadas, assim como a população sentindo-se co-responsável pela conservação do Parque, decorre do fato de que os atores não possuem informações adequadas sobre o tema, acarretando um maior impedimento à emergência de representação ambiental nas comunidades do entorno, dificultando também por outro lado, a não consolidação da parceria entre os sujeitos envolvidos com a questão ambiental (comunidade, poder público, ambientalistas, empresários e políticos) é o principal fator responsável pela não consolidação de Unidades de Conservação Urbanas de Manaus – Am.

Essa percepção é comprovada pela fala de um morador da borda do Parque.

“Os empresários não querem saber de zelar pela natureza, apesar de se dizerem que estão dispostos, mas isso não é verdade, não atribuo só a eles tem morador que não dá importância para o parque. Tenho muito receio também com relação a essa nova via que o governo esta construindo a chamada “avenida das torres”, isso será o maior desastre ecológico urbano na nossa localidade. Eu não gostaria de ver o sumiço do Parque, pra mim isso é falta de compromisso do poder publico para com a população. Criei todos os meus filhos aqui eles brincavam com os bichos como; a preguiça, camaleão e uma quantidade enorme de passarinhos que comiam nossas frutas”. (Olívio morador da borda do parque).

Embora uma parcela expressiva, ainda precise tomar consciência que a degradação ambiental, quase que em sua totalidade, é causada pela própria comunidade, ainda falta interesse das pessoas em preservar o seu próprio ambiente diz um morador da borda do Parque, Sr. Walterney 48. *“Plantei essas árvores que hoje servem de sombra para minha família e para as pessoas que desfrutam do futebol aos sábados e aos domingos, além de outros benefícios que uma arvore pode nos dá. No entanto, isso é pouco, nós moradores poderíamos fazer muito mais e nos unirmos para impedir que outros moradores da vizinhança não joguem lixo no Parque”.*

Nesse sentido, uma questão de grande relevância no que tange as políticas públicas na Amazônia deveria ser aplicada a partir de sensibilizar da população local sobre a importância do Plano de Gestão para essas UC`s.

Analisando as figuras 26, 28 e 29 se pergunta. É possível a preservação do meio ambiente a partir de uma consciência de ação conjunta entre o cidadão e o Estado?. A construção de uma consciência ecológica conjunta é possível? .

É pouco possível fazer algo sem que transformações mais amplas operem nas relações políticas entre o Estado, a sociedade e os mecanismos clássicos da democracia representativa

(Krause, 1997). Sem que se amplie à consciência ambiental, sem que se busque uma reelaboração interdisciplinar dos saberes, sem que haja uma disposição pessoal e transparente para com o conjunto, não há Educação Ambiental, por fim só haverá sustentabilidade se houver “uma nova ética que oriente os valores e comportamentos sociais para objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social” (LEFF, 2004).

Segundo Vasconcellos (2002), essa “matriz determinada pela posição social do indivíduo” encaminha julgamentos estéticos e morais que explicam, embora parcialmente, o gosto manifesto e os juízos de valor emitidos pelas pessoas quanto às práticas do cotidiano. O conceito de *habitus* ajuda a entender a relação sujeito/sociedade (subjetividade/objetividade) na visão de que não há uma absoluta autonomia, e sim uma independência do indivíduo na apropriação e expressão dos bens culturais uma vez que pelos *habitus* incorporados acontece a interiorização da exterioridade expressa nas visões de mundo que informam o senso comum.

Perante Bourdieu (2003), esta relação será, sobretudo, de correspondência, variando a composição das classificações com as posições sociais ocupadas pelos sujeitos, nas diferentes distribuições de poder de que participam: daí a opção pela vanguarda na matriz teórica do seu pensamento e a outra, inversa, às vezes, chamada de "sociologista", ocultando a pluralidade dos papéis sociais e sua dependência para com a posição ocupada em cada campo social, em particular e no sistema das classes sociais, em geral.

Não é possível falar em paisagem, criação de um espaço habitável, sem a percepção e a interpretação cultural que interferem na vida do homem amazônida, já que é notória a abundância, a diversidade cultural e societária desse povo é posta fora de qualquer dúvida (FREITAS, 2004).

Tanto a Agenda 21 como a Agenda HABITAT serviram para que os Estados Nações fizessem compromissos com a promoção de assentamentos humanos sustentáveis e que as

organizações não governamentais passassem a utilizar, com a devida crítica, esse conjunto de diretrizes e ações como instrumentos para a concretização do desenvolvimento sustentável. Nestes termos, podemos afirmar de forma preliminar que o direito à cidade sustentável deverá surgir de uma gestão do meio ambiente urbano, onde as decisões são amplamente descentralizadas, levando em consideração que os aspectos econômicos das cidades devem visar o bem-estar social de seus habitantes. Logo essa responsabilidade é de todos, de um lado o governo e do outro a população.

O agravante do Parque Estadual Sumaúma é que essa UC encontra-se em uma área populosa e o saneamento básico deficitário, acarretando danos ambientais incalculáveis aos mananciais aquíferos do Parque, causando também aos moradores doenças infecto contagiosas, em especial, às crianças²².

Acredita-se que comportamento irresponsável com o meio ambiente, deve-se ao fato de que a maioria dos entrevistados não conhecem os conceitos de educação ambiental e nem possuem conhecimentos sobre unidades de conservação. Desta feita são agentes passivos quando se referem às contribuições efetivas em prol da unidade de conservação da qual fazem parte, no entorno ou que moram na borda do Parque.

Quanto à óptica ambiental, no que concerne a ação pública, são ainda maiores. Pode-se dizer que ainda é inexpressiva a capacitação das comunidades, face, às dificuldades de manutenção do Parque.

Percebe-se que o significado do que seja uma UC, ainda é mínima para a realidade dos moradores da borda e do entorno. Essa consciência do brasileiro ainda se encontra em construção, ou seja, em um “profundo sono”. No entanto, não há como negar que houve nesta última década uma notável evolução no que se pode chamar de *consciência ambiental* no

²² Conforme tabela 4.

Brasil e isto pode ser medido através de vários dados e indicadores da pesquisa do Ministério do Meio Ambiente - MMA e Instituto de Estudos da Religião - ISER.

Hoje, quando se fala na problemática ambiental já é consenso encontrar como culpado o homem, ou melhor, o ser humano que, ao longo de sua existência, tem modificado o espaço mais do que a sua necessidade. Essa relação com o ambiente, também é evidenciada a partir do conhecimento de que: “Os seres vivos, como organismos biológicos e sociedades equipadas com determinadas bagagens culturais, possuem um comportamento e um instrumental para transformar o meio ambiente de forma qualitativamente diferente daquela usada pelo restante dos seres” (FOLADORI, 2001).

Com o resultado da figura 26, constatou-se que os entrevistados afirmam que o Ser Humano também faz parte do Ambiente. Esse tipo de atributo de valor aos Ambientes Naturais e Sociais é fortemente influenciado pelos fatores intrínsecos (herança histórico-cultural, preconceitos, ideologias, patrimônio genético, escolaridade, aspectos psicológicos etc.) que compõem a formação humanista, mas sem descartar o quadro sócio-político-econômico em um dado momento. Konder (1981) estabeleceu que a estrutura das representações sociais se configurasse ao longo de quatro dimensões: A Lei da ação recíproca e conexão universal onde tudo se relaciona; Transformação do desenvolvimento incessante campo de representação e da ação ou atitude se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social. O campo de representação remete à idéia de imagem, de quantidade em qualidade, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação e a luta dos contrários, negação da negação, ação ou atitude termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social.

Nesse caso específico, o tipo de informação que as pessoas receberam ao longo de suas vidas com essa perspectiva holística ou não sobre o conceito de Ambiente, seja por meio de um processo educativo formal e/ou informal, influenciou fortemente na reprodução e multiplicação dos conceitos e dos valores atribuídos ao mesmo no decorrer desta pesquisa. Nota-se que 74% dos entrevistados, inclui o ser humano como parte integrante do (Ambiente), contrastando com a resposta da pergunta anterior. Enfatiza o morador *“a sociedade é imprescindível independente de sua categoria é ela que dá vida em qualquer processo humano”* (Sr. Agenor, 57). Esses conceitos e valores às vezes encontram-se adormecidos no subconsciente, carecendo um indicativo; (símbolos ou imagens) para fazê-lo presente na aplicabilidade de suas concepções adquiridas no decorrer de sua vivência.

Os moradores consideram inaceitável quaisquer propostas que resultem na redução da área do Parque e/ ou na premiação de infratores ambientais responsáveis por extensos desmatamentos no interior/e ou borda do Parque. A construção da Avenida das Torres contrária o direito, e o total desacordo com a atual política ambiental do município de Manaus. *“A legislação brasileira e sua abrangência compromete a qualidade de vida das populações residentes em UC’s. Porquanto não admite sua permanência, entendendo-a como incompatível com os propósitos de criação de uma UC. Este fato, além de reduzir a oferta turística cultural da destinação, inviabiliza a possibilidade de integrá-las às necessárias e praticamente inexistentes ações de manejo das UC’s, com vistas a limitar o “eco-turismo predatório”. Além disso, fere a constituição, à dignidade da pessoa humana e à cultura coletiva. Mas por outro lado, a legislação legaliza o limite da área abrangente, seja qual for a categoria das UCs. Porém, nem o direito à proteção ambiental, nem o direito das populações tradicionais de manterem o seu modo de viver são garantidos”*. Relata o morador Agenor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta pressupostos teóricos do trabalho, pode-se afirmar que a consolidação das unidades de conservação de Manaus é dependente da política pública e da influência na relação sociedade natureza.

O método utilizado no âmbito da pesquisa de abordagens (qualitativa e quantitativa), foi adequado, pois se conseguiu expressar e confirmar as hipóteses inferidas em função do universo de entrevistas aplicadas para estudo do fenômeno proposto. A abordagem fenomenológica permitiu reconhecer e descrever a essência dos problemas, através dos níveis de percepção e de consciência dos sujeitos sociais sobre o Ambiente. A abordagem qualitativa buscou a identificação e a interpretação dos fenômenos observados, valorizando a subjetividade e a indução do pesquisador. A abordagem quantitativa, complementar à pesquisa qualitativa, viabilizou a constatação e mensuração desses fenômenos.

Na área estudada, as paisagens naturais na Borda estão modificadas, logo refletem ao grau de intensidade e rapidez traduzida na violenta fragmentação dos ecossistemas naturais pela ação antrópica. A integridade ecológica dos ecossistemas primitivos ou das áreas remanescentes das unidades amostra estudadas sempre estiveram em constante perigo, dada as ameaças exercidas pela população local, em função da visão antropocentrista ou desinformada.

Nesse contexto, falta uma tarefa, a maior de todas, para impulsionar o processo: investir fortemente na educação ambiental das crianças. Mudança de valores, com novas atitudes em sua magnitude, é a ferramenta social mais premente para a sensibilização, pois, optar pela Educação é, antes de mais nada, optar pela vida, pois ela é a estruturação dessa nova sociedade, disposta a rever suas posturas e práticas em prol da qualidade ambiental de modo contínuo e permanente. É preciso desenvolver uma ética ambiental em cada cidadão. A

condição primordial para garantir a sustentabilidade ambiental, nas suas vertentes natural, cultural, social e econômica.

Em tempos contemporâneos, tem-se conclamado intensamente pelo concreto exercício da cidadania das diversas populações mundiais no sentido de colaborar na gestão pública. Porém, muitas vezes, nos cenários ideológicos existentes, esse dogma não tem passado de um mero discurso, de certo modo, antagônico às propostas hegemônicas de manutenção de poder por parte do Estado.

A ação do cidadão tornando-se consciente e ativo nos processos poderá se constituir em fortes impedimentos ao corporativismo e a exploração de diversos grupos organizados, principalmente, com relação à proteção ambiental. As revelações e atitudes de preservação, conservação e de proteção a um ambiente equilibrado ecológico e socialmente deve ser muito mais que um exercício de cidadania, é um compromisso ético com as atuais e futuras gerações.

Diante dos fatos apresentados, entende-se que o conhecimento da população só se consolidará quando for viabilizado o seu acesso a uma educação plena, crítica, emancipadora e de forma aplicada às questões ambientais, contextualizando o desenvolvimento sustentado à luz do etnodesenvolvimento e valorizando os saberes locais. É imperioso que o poder público constituído tenha a compreensão de que a gestão ambiental é sinônima de administração e mediação dos interesses e conflitos culturais, sociais e econômicos diante da natureza. Para isso, as disposições e ações pautadas à gestão ambiental local devem ser atendidas e compartilhadas de forma democrática, participativa pelo poder público, organizações não governamentais e, principalmente, pela população.

A dimensão conceitual de ambiente é configurada de forma ampla e complexa por parte da gestão pública, principalmente por ocupantes de cargos e funções estratégicas, dificultando a internalização do enredamento das questões ambientais e das interconexões dos

sistemas natural, cultural, social e econômico. O poder público não pode ser neutro diante das questões ambientais, necessária à locação e/ou implementação de determinados instrumentos.

Essa compreensão é importante, pois, a crescente urbanização atual impõe-se, daí ser importante também interrogar sobre os desafios com os quais se deparam os agentes públicos/privados e a capacidade de nossa sociedade de controlar o desenvolvimento urbano. Sob esse ponto de vista, constata-se forçosamente que nos encontramos perante uma dicotomia crescente dos espaços, visto que a cidade que determina sua evolução adota de forma autônoma mecanismos de afetação territorial diferenciados, os quais ela tende, por vezes, a desenvolver de forma mais aprimorada. Resta claro, ainda, que as autoridades se confrontam cada vez mais com a necessidade de vencer o conjunto de contradições com que se deparam.

O reconhecimento de que o sistema econômico vigente penaliza tanto o meio ambiente, quanto as populações nele inseridas, tem levado ao questionamento do conceito de Unidades de Conservação como mecanismo eficaz para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contido. Isso confirma nossa hipótese quanto à consolidação das Unidades de Conservação Urbanas de Manaus-AM é dependente das Políticas Públicas e da influência na relação sociedade/natureza entre os habitantes do Município. Também se evidencia que há um distanciamento muito grande entre o plano de manejo e a realidade das UC's, no Município de Manaus.

São varias as questões que se contrapõem ao atual contexto de gestão das UC's, primeiramente acerca da legislação, apesar de ser notadamente considerada uma das mais avançadas, porém deixa a desejar quando se trata de UC's urbanas, distanciando da realidade da Amazônia. A falta concreta de educação ambiental por parte dos atores envolvidos. Porém é um fato louvável que na ultima década se avançou, principalmente no que tange a criação de Unidade de conservação tanto municipal quanto estadual. O caso do Parque Estadual Sumaúma no Bairro da Cidade Nova, é uma realidade viva.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGENDA 21: **Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3ª ed. Brasília, 2003.

AMAZÔNIA NA AGENDA 21 BRASILEIRA. Disponível no site: www.gta.org.br. Acesso: 09 agosto, 2007.

AGENDA 21 BRASILEIRA. VIANA Gilciney. Disponível no site: www.ambientebrasil.com.br . Acesso dia 03.09.07.

BERNARDES, Júlia Adão; Miranda Ferreira, Francisco Pontes de. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2003.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva 2002.

BRAGA, Carlos Eduardo de Souza. **Implementação do Sistema de Unidades de Conservação Estadual**. Revista Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, Manaus, v.1, 2007.

BRAGA, Robério. **O Instituto do Tombamento e Proteção do Bem Cultural**, UEA Edições. 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (Coord.) **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: O desafio para a educação do século 21**. In: **Meio Ambiente no Século 21**. 4 ed. Campinas. SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

_____. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**.

Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo-SP: Cultrix, 1997.

_____. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo- SP: Cultrix, 2002.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas-SP: Millennium, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CRESPO, Samyra. **Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990**. In: Meio Ambiente no Século 21. 4 ed. Campinas. SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto; Manaus 1890-1920**. Manaus, ed. Valer 1999.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo-SP. HUCITEC: NUPAUB/CEC/USP. 2004.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Trad. De João Alves dos Santos. Revisão Bastos. Coordenação editorial Antonio Cristofolletti. 4º Ed. Rio de Janeiro-RJ: Bernard Brasil, 1998.

FELDMANN, Fábio. **A parte que nos cabe: Consumo Sustentável?** In: Meio Ambiente no Século 21. 4 ed. Campinas. SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**/trad. Marise Manoel – Campinas, SP. Ed da UNICAMP. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ditos e Escritos, vol. II. (2000).

FREITAS, Marcílio de. **Os impasses da cultura ocidental: In. A Ilusão da Sustentabilidade**. Org. Marcílio de Freitas; Colaboradores Marilene Corrêa da Silva de Freitas, Luis Marmoz. Ed. Gov. do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, 2003, (Série Amazônia terra do Homem).

GIDDENS. Antony. **E as consequências da modernidade**. Revista Espaço Acadêmico, nº 38 julho 2004.

GORDO, M. **Saguinus bicolor**. In: Angelo Barbosa Monteiro Machado, Gláucia Moreira Drummond, Adriano Pereira Paglia.. (Org.). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. 1 ed. Brasília: MMA, 2008,

GUIMARÃES, Mauro. **Sustentabilidade e Educação Ambiental**. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **A questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro-RJ. Bertrand Brasil, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria Analítica da Ciência Dialética**. São Paulo, Coleção os Pensadores, Ed. Abril, 1980.

HARVEY, D. A teia da Vida. In:____**Espaço de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Loyola, 2004.

IBAMA. **Ecossistema Amazônico**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Populacionais**. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/contagem. Acesso em: 04 maio. 2008.

LEFF, Enrique. **Hacia una cultura ecológica**. México: Fundación Friedrich Ebert, 1989.
_____**Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Venezuela. 3ª ed – São Paulo: Cortez, 2002.

_____**Saber Ambiental Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**; Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth – 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias: São Paulo. Centauro, 2001.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MILANO, Miguel Serediuk. **Unidades de conservação: conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e gestão**. Curitiba: UNILIVRE, 1994.

_____. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica.** In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O desafio do conhecimento.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MACHADO, Paulo Affonso L. **Direito Ambiental Brasileiro.** ed 13º, Ed. Malheiros. São Paulo. 2005

MINC, Carlos. **A ecologia nos barrancos da cidade.** In. VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (org). **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental.** São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MORIN, Edgar. **Complexidade e ética da solidariedade.** In: CASTRO, G. de; CARVALHO, E. de A.; ALMEIDA, M. C. de (org.) **Ensaio de Complexidade.** Porto Alegre: Sulina, 1997.

MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: Economia e política dos recursos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MMA. **Espécie da Fauna Amazônica em extinção.** Disponível:<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2006.

OLIVEIRA, J. A. **Questão Urbana – Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões – A Igreja arma sua Tenda na Amazônia,** Manaus: Edua, 2003.

_____. **A Cidade de Manaus visões interdisciplinares.** Organizadores José Aldemir de Oliveira ..[et al.].Manaus, EDUA, 2003.

_____. **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural.** Org. Elenise Sherer e José Aldemir de Oliveira. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

SANTILLI, J. F. da R. **Socioambientalismo e Novos Direitos. A proteção jurídica da diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Editora Fundação Petrópolis 2005.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5ª edição. Guarulhos-SP. Cortez, 2002.

ROJAS, Enrique. **O homem Moderno: a luta contra o vazio**. Trad. De Wladir Dupont. São Paulo: Mandarin, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Avaliação de Políticas Públicas: notas na perspectiva da gestão democrática e da ampliação da cidadania**. In: Adão Francisco de Oliveira; Claudemiro Godoy do Nascimento. (Org.). **Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006, v. , p. 29-49.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

_____. **O Paiz da Amazonas** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/UniNorte, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constituição**, São Paulo. Malheiros Editores, 2002.

SILVA, Marcio Luiz da. **Características das águas subterrâneas numa faixa de norte-sul da Cidade de Manaus (AM)** . www.scielo.br. 20.02/09

SIOLI, Harald. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1990.

STAKE. R. E. **Case studies**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2000.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente na idade da mídia: In: Meio Ambiente no Século 21**. 4 ed. Campinas. SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

VANDERLEI, Renato. **Amazônia: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Ícone, 2004.

VIANA, Vírgilio Maurício. **As Florestas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Ed Valer, Manaus, 2006.

_____. **Unidades de Conservação do Uatumã.** Disponível em:
<http://www.sds.am.gov.br/noticia>. Acesso em: 12 Jun. 2008.



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA- PPG-CASA-CCA-UFAM.
APÊNDICE “A”**

CONTROLE DA ENTREVISTA

I - Dados do (a) Entrevistado(a):

Nome: do (a) Entrevistado (a) _____

Nº: _____ DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ Idade _____ Sexo ()F ()M

Onde Nasceu? _____

(Não sendo natural de Manaus), mora na cidade há quanto tempo? _____

End. Rua _____ nº _____ Compl _____ Bairro _____

_____ Zona _____

Profissão _____

Categoria do (a) Entrevistado (a)

() Estudante do Ensino Fundamental; () Estudante do Ensino Médio; () Estudante de Nível Superior-Graduação e Pós-Graduação; () Professor do Ensino Fundamental; () Professor do Ensino Médio; () Professor do Ensino Superior-Graduação e Pós-Graduação; () Gestor(a) de Escolas Públicas; () Empreendedor; () Gestor do Órgão responsável pela UC. () Coordenador da UC; () Comunitário.

II – Pesquisa Socioeconômica da Comunidade

01. Quantas pessoas moram na casa: ____

NOME	Idade	sexo	Local de nascimento	Escolaridade	Renda/média

2. - Nível de escolaridade:

- | | |
|---|---|
| ☐ - Fundamental incompleto | ☐ - Fundamental completo |
| ☐ - Médio incompleto | ☐ - Médio completo |
| ☐ - Superior incompleto | ☐ - Superior completo |
| ☐ - especialista | ☐ - mestrado incompleto |
| ☐ - Mestre | ☐ - Doutor |

2.1 – Renda mensal média: Qual é a renda mensal da familiar?

- | | |
|--|---|
| ☐ De um a dois salários mínimos | ☐ - De dois a três salários mínimos |
| ☐ De três a quatro salários mínimos | ☐ - De quatro a cinco salários mínimos |
| ☐ De cinco a seis salários mínimos | ☐ - De seis a sete salários mínimos |
| ☐ De sete a oito salários mínimos | ☐ - De oito a nove salários mínimos |
| ☐ De nove a dez salários mínimos | ☐ - De dez a 11 salários mínimos |
| ☐ De 11 a 12 salários mínimos | ☐ - De 12 a 13 salários mínimos |
| ☐ De 13 a 14 salários mínimos | ☐ - Acima de 15 salários mínimos |

2.2 – Tipos de habitação:

- ☐ Madeira, ☐ Alvenaria e ☐ Mista (madeira e alvenaria,

2.3 – Condição de moradia dos residentes é:

- ☐ Cedida, ☐ alugada, ☐ Própria com ônus, ☐ Própria quitada.

2.4 – Tempo de moradia dos residentes:

- ☐ De 1 a 7 anos ☐ De 8 a 15 anos ☐ de 16 a 28 anos.

2.5 – Quanto ao abastecimento de água:

- ☐ Tem rede de água potável, ☐ Poço da comunidade, ☐ Poço próprio.

03 – Meio de transporte que mais utiliza:

- ☐ Bicicleta, ☐ ônibus, ☐ Outros, ☐ Moto, ☐ Carro próprio.

04 – Participação social dos moradores:

Igrejas; ☐ - Católica ☐ Evangélica e ☐ outras

☐ - associação, ☐ clube de mães, ☐ liga esportiva, ☐ grupo de melhor idade e ☐ agentes ambientais

5 – Como é feito o Abastecimento:

☐ Canalizada da rede pública, ☐ Canalizada do poço particular e ☐ canalizada poço público

6 – Quais as doenças mais freqüentes transmitidas pela água.? R_____.

7 – Qual a escola que freqüenta ? Nome da Escola?_____.

II – Dados da Pesquisa Socioambiental

1. O entrevistado se considera uma pessoa interessada pelas questões relacionadas ao **Ambiente** ou ao **Meio Ambiente?** () Sim, () Não. Por que?_____

2. Que conhecimento tem sobre a existência do Parque Estadual Sumaúma?_____.

3. O que representa para você uma **Área Natural Protegida** ou **Unidades de Conservação**,? .
Pode marcar até três respostas)

- () Uma área de lazer; () Um espaço cultural; () Um lugar para meditação;
() Um lugar de encontro do Homem com a Natureza; () Um exemplo de conservação do Ambiente; () Um lugar para realizar atividades físicas (caminhadas, passeio de bicicleta);
() Não significa nada;
() Outras resposta. Qual? _____

4. Que conhecimento tem sobre a infra-estrutura da Unidade de Conservação (Parque Estadual Sumauma) ? _____.

5. Você concorda que o **Ser Humano** também faz parte do **Ambiente** ou **Meio Ambiente**?
Sim () Não (). Porque? _____

6. Como você ver a relação homem natureza? _____

7. Qual a percepção do entrevistado sobre o plano de manejo? _____

8. O plano de manejo é importante para a consolidação da Gestão da Unidade de Conservação? () Sim () Não. Se Sim Por quê? _____

9. Em sua opinião o plano de Gestão da Unidade de Conservação já esta sendo executado,
() Sim, () Não. Em caso positivo desde quando ? _____

10. Qual o conhecimento sobre a biodiversidade existente no Parque Estadual Sumauma?.

10.1.Quais os tipos de vegetação o entrevistado conhece?R: _____

10.2.Quais são as espécies de animais desse ambientes? _____

11. Se Você fosse atribuir responsabilidade para proteger o Ambiente, a quem responsabilizaria?

() Ambientalista; () Políticos ;() Governo; () Cidadãos ou () aos órgãos Ambientais.

12 . Você sabe o que é uma **Unidade de Conservação**? Sim () Não (). Se Sim Quais a que você conhece em Manaus? _____

13. Você sabia que Manaus Possui várias **Áreas Naturais Protegidas** ou **Unidades de Conservação**?Sim (), Não ()

14. Caso a resposta anterior tenha sido **SIM**, você poderia citar as **Áreas Natural Protegida** ou **Unidades de Conservação**, na cidade de Manaus ou próximo do local onde mora, estuda ou trabalha? _____

15. O Entrevistado concorda com a legislação vigente para **Área Natural Protegida** ou **Unidades de Conservação** Sim (), Não () Por quê?

R: _____

16. Em sua opinião, há um distanciamento muito grande entre o plano de manejo e a realidade das Unidades de Conservação. Por quê? R: _____

17. Quais os indicadores identificados para determinar a degradação do ambiente?
R:_____

18. Quais são os principais indicadores naturais observados ao longo dos anos, por exemplo, mudanças climáticas (seco/úmido), comportamento da paisagem plantas (fenomenologia: flores, frutos) e animais (reprodução),R._____

19. O que é percebido como sendo os recursos naturais (em potencial) do Parque Estadual Sumaúma?_____

20. Quais os efeitos desses impactos sobre a vida da localidade (fornecimento de recursos naturais, saúde, etc)? R:_____

21. Quais os efeitos desses impactos sobre a vida dos animais silvestres da localidade?_____

22. A área do Parque é todo de uso público? ou parte dela é de propriedade particular, familiar ou comunitária? Em caso afirmativo, como funciona?R:_____

23. Que metodologia o órgão gestor utiliza para sensibilizar a comunidade sobre a preservação da Unidade de Conservação? R:_____

24. Que importância tem a Unidade de Conservação para a comunidade local e para o Município de Manaus?_____

25. Quais os impactos humanos sobre o meio ambiente e os recursos naturais do local são visivelmente identificados? R:_____

26. Como o Parque se encontra hoje?_____

a): Poluição (sedimentos industriais, esgotos, resíduos sólidos), (☐) Sim (☐)Não.

Porquê?_____

b);Níveis de água alterados (por exemplo, como resultado da construção de empreendimentos e estradas) (☐) Sim (☐)Não. Por quê?_____

27. As comunidades do entorno da Unidade de Conservação participa do planejamento do Plano de Gestão?_____

28. Como os representantes das comunidades se organizam para decidirem prioridades que estejam em conformidade com os anseios da maioria? _____

29 . Como é a relação das comunidades locais com o Órgão gestor_____

30. De que forma você se relaciona com a natureza?_____

31. Você concorda que a participação social é um instrumento importante para a proteção das Unidades de Conservação? (☐) Sim (☐)Não. Por quê_____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM

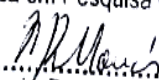


PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0304.0.115.000-07, intitulado: **“Políticas Públicas em unidades de conservação urbana: o caso do Parque Estadual Sumaúma”** tendo como Pesquisadora Responsável Maria Suely Silva Santos Guimarães.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 06 de dezembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFAM


.....
Prof.ª Dr.ª Maria Rosa Lozano Borrás
Coordenadora